

Boletim de Transparência Fiscal

RIO DE JANEIRO | 3º BIMESTRE DE 2014



SECRETÁRIO DE ESTADO DE FAZENDA

Sérgio Ruy Barbosa

SUBSECRETÁRIO-GERAL

Cláudia Uchôa

SUBSECRETÁRIO DE FINANÇAS

Rebeca Virginia Escobar Villagra

SUBSECRETÁRIO DE POLÍTICA FISCAL

Josélia Castro de Albuquerque

SUBSECRETÁRIO DE RECEITA

George André Palermo Santoro

SUPERINTENDENTE DO TESOURO ESTADUAL

Cláudia Torres Santoro

SUPERINTENDENTE DE PROGRAMAÇÃO

FINANCEIRA

Daniela de Melo Faria

**SUPERINTENDENTE DE RELAÇÕES
FEDERATIVAS E TRANSPARÊNCIA FISCAL**

Marco Aurélio Alves de Mendonça

**SUPERINTENDENTE DE CONTROLE E
ACOMPANHAMENTO DA DÍVIDA**

Valéria Barbosa

SUPERINTENDENTE DE FINANÇAS

Elvécio Vital da Silva

**SUPERINTENDENTE DE CAPTAÇÃO DE
RECURSOS**

Pablo Villarim Gonçalves

**EQUIPE BOLETIM DE TRANSPARÊNCIA
FISCAL**

Alexandre Emilio Zaluar

Alessandro Lima da Rocha

Ana Cecília de Souza

Ana Paula Quedinho

Creusa Mattoso de Almeida

Denise Gomes de Castro

Eduardo de Andrade

Fabio Souza Pontes

Fernando Rezende Filho

Gustavo Franco Corrêa

Hamilton Correa Zambito Horacio

Henrique Diniz de Oliveira

Henrique Reis Pompeu de Moraes

Joana Pimentel Meneses de Farias

João Souza

Karine de Souza Vargas

Larissa Silva Carvalho

Leandro Diniz Moraes Pestana

Leila Klein

Leonardo Silva Carvalho

Liliane Figueiredo da Silva

Luciana Vicky Mazloum

Luísa Regina Mazer

Marcelo Fernandes Lima Gomes

Maria Gisele Bastos Soares

Maria Helena Pitombeira

Mariana Schmid Blatter Moreira

Marina Lavocat Barbosa Ernesto

Pedro Bastos Carneiro da Cunha

Raphael Philipe Moura

Robledo da Cunha Pereira

Sérgio da Costa Peixoto



O BOLETIM DE TRANSPARÊNCIA FISCAL é uma publicação bimestral da Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro. Sua elaboração é de responsabilidade da Subsecretaria de Política Fiscal e da Subsecretaria de Finanças. Ele é chamado de TRANSPARÊNCIA fiscal porque vai além do registro de cifras macroeconômicas ou associadas a metas de equilíbrio fiscal, que são essenciais para a avaliação da solvência do Estado. O boletim procura também dar uma ampla visão do uso dos recursos públicos pelas diversas funções do gasto. Este é um elemento chave para posteriores análises da efetividade e eficiência no uso das receitas de impostos e de outros recursos públicos, com vistas a avaliar se este uso atende aos objetivos do governo e da sociedade, respondendo corretamente às demandas sociais e atuando como elemento indutor do desenvolvimento econômico. A frequência bimestral do boletim se espelha na avaliação dos riscos para o cumprimento das metas fiscais referidas nos artigos 8º e 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000).

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Informações:

Tel: (21) 2334-4929

Home Page: <http://www.sefaz.rj.gov.br>

Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, nº 670

Rio de Janeiro, RJ, CEP 20071-910



SUMÁRIO

I. Economic Outlook.....	14
I.I The Domestic and International Context.....	14
I.II Economic Activity in Rio de Janeiro	16
I.III Labor Market	19
I.V External Sector.....	21
I. Panorama Econômico	22
I.I O Contexto Internacional e Doméstico.....	22
I.II Atividade Econômica no Rio de Janeiro.....	24
I.III Mercado de Trabalho.....	27
I.IV Inflação	28
I.V Setor Externo	29
II. Metas Bimestrais de Arrecadação e Cronograma de Desembolso do Estado do Rio de Janeiro.....	30
III. Resultados Fiscais.....	40
III.I Resultado Orçamentário	40
III.II Resultado Orçamentário sem RIOPREVIDÊNCIA.....	42
III.III Resultado Primário	44
IV. Receita Estadual	46
IV.I Receitas Correntes.....	48
IV.I.1 Receita Tributária	50
IV.I.1.1 Arrecadação de ICMS comparativo do Estado por Setor Econômico.....	55
IV.I.2 Receita Patrimonial e Royalties	61



IV.I.3 Demais Receitas Correntes.....	65
IV.I.3.1 Receita de Transferências.....	69
IV.I.3.2 Transferências da União.....	70
IV.II Receitas de Capital	75
V. Despesas do Estado do Rio de Janeiro	77
V.I - Despesa Total.....	77
V.II - Créditos adicionais.....	78
V.III - Despesas por Fontes de Recursos.....	79
V.IV Despesas por Grupo	83
V.V Cumprimento das despesas vinculadas aos índices constitucionais: Educação, Saúde, FAPERJ, FECAM e FEHIS.....	91
VI – ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA.....	105
VI.1 Cota Financeira.....	105
VI.2 Pagamento de PD's	106
VI.3 Administração do Saldo de Caixa do Tesouro.....	107
VI.4 Adimplemento de concessionárias e prestadores de Serviços Públicos	108
VI.5 Requisições Judiciais de Pagamento.....	111
VI.7 Evolução da Dívida Financeira do Estado do Rio de Janeiro e de seu Dispêndio com a dívida pública.....	113
VI.8 Acompanhamento Financeiro de Convênios.....	123
VI.9 Análise de Viabilidade Econômica de PPP's.....	124



Apresentação

Este é o trigésimo nono número do boletim bimestral de transparência fiscal elaborado pela Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, e o terceiro referente ao exercício de 2014. Seu objetivo é aperfeiçoar os mecanismos de controle e transparência na execução do orçamento estadual.

Tais mecanismos possuem pelo menos duas vertentes. A primeira liga-se à solvência e à previsibilidade no gasto, em decorrência do reconhecimento de que uma das principais premissas de um governo responsável é executar o orçamento dentro da previsão da receita, ou seja, despesas não podem ser criadas, compromissos assumidos, ou contratos assinados sem um lastro seguro na arrecadação ou em outros recursos orçamentários.

De acordo com os dispositivos legais, em vigor há mais de quarenta anos, não pode haver despesa sem empenho. Apenas assim as obrigações poderão ser honradas tempestivamente e sem sobressaltos, trazendo previsibilidade, tranquilidade e transparência à ação pública.

Dessa forma, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) impõe metas fiscais que devem ser cumpridas sob risco de sanções aos administradores e ao próprio ente federativo, como a suspensão de transferências voluntárias. O Estado deve, por exemplo, alcançar uma meta de superávit primário suficiente para, no mínimo, cumprir as obrigações com pagamento da dívida, e dispor de suficiente folga de caixa de maneira que toda a Administração possa planejar seus gastos com segurança. É claro que haverá períodos em que será necessário implementar investimentos estruturantes que resultarão em queda deste resultado primário, devido ao endividamento. Porém, o retorno se dará no futuro, com o maior dinamismo da economia e, por conseguinte, da arrecadação.

A segunda vertente diz respeito à aplicação dos recursos. Aqui, importa cumprir a lei (e.g., vinculações) e procurar

É parte do Estado Democrático de Direito a obrigação do administrador público de prestar contas à sociedade, demonstrando a adequabilidade da aplicação dos recursos às demandas econômicas e sociais.

O Boletim procura fornecer, com presteza, detalhes da despesa em cada área, para que haja transparência nos gastos públicos e efetivo acompanhamento pela sociedade.



alcançar, entre outros, os objetivos constitucionais de eficiência, economicidade e efetividade. Para essa avaliação, é importante que se conheçam detalhes da aplicação de recursos por função (e.g., saúde, educação) e o perfil temporal desses gastos.

Os dados aqui disponibilizados foram extraídos do Sistema de Informações Gerenciais (SIG) do Governo do Estado do Rio de Janeiro, no dia 28/07/2014.

A despesa refere-se, em regra, ao conceito de empenho liquidado; já a receita, por sua vez, corresponde ao conceito de realizada (regime de caixa), ambas depuradas das rubricas intraorçamentárias.

O Boletim é dividido em seis seções, além desta apresentação. As quatro seções iniciais fazem uma breve análise dos agregados fiscais, da evolução das diversas rubricas de receita e das metas correspondentes. A quinta seção apresenta a despesa no seu agregado de execução orçamentária e detalhes dos gastos por área, principalmente aquelas que se beneficiam de vinculação de receitas e pisos de gastos, como Saúde, Educação e Meio Ambiente, assim como demonstrativos da execução do PAC e do DER. Por fim, a sexta seção remete aos elementos da política financeira do Estado, notadamente o estabelecimento e uso das cotas financeiras programadas para os órgãos, a tempestividade dos pagamentos requeridos por esses órgãos, a aplicação dos saldos do Tesouro, a quitação de restos a pagar de administrações anteriores, assim como dos precatórios judiciais. A seção também informa a situação da dívida pública do Estado e traz dados sobre a execução de convênios.

“O Orçamento Nacional deve ser equilibrado. As Dívidas Públicas devem ser reduzidas, a arrogância das autoridades deve ser moderada e controlada. Os pagamentos a governos estrangeiros devem ser reduzidos, se a Nação não quiser ir à falência. As pessoas devem novamente aprender a trabalhar, em vez de viver por conta pública.”

Marcus Tullius Cícero – Roma, 55 A.C.



RESUMO EXECUTIVO

O Estado do Rio de Janeiro fechou o primeiro semestre de 2014, com arrecadação das receitas totais na ordem de R\$ 41.695,12 milhões, ultrapassando a meta prevista em 4,8%.

As receitas correntes apresentaram variação de 1,3% quando comparadas a meta estipulada (+ R\$ 430,28 milhões), impulsionadas pelas receitas patrimoniais e tributárias, cujo crescimento foi de 5,2% (+ R\$ 231,12 milhões) e 6,1% (+ R\$ 1.247,16 milhões), respectivamente, na comparação com o primeiro semestre de 2013. O principal tributo, o ICMS, apresentou incremento de R\$ 906,84 milhões (+6,1%) no período.

Com relação às receitas de capital, o desempenho foi 81,5% acima do auferido em 2013 (+ R\$ 3.309,93 milhões), devido a alienação de bens, e superaram a meta em 24,7% (+ R\$ 1.493 bilhão).

Quanto ao balanço orçamentário, o primeiro semestre de 2014 fechou com alta de 64,8% (+ R\$ 3.997,88 milhões), em grande parte, pelo superávit de capital, uma vez que as receitas de capital ultrapassaram as despesas de capital em R\$ 1.840,75 milhões e pelo superávit orçamentário de R\$ 2.493,24 milhões (+905%) do Rioprevidência, apresentado no período.

As contas públicas fluminenses apresentaram déficit primário de R\$ 467,51 milhões no primeiro semestre, por conta do crescimento de despesas de investimento no período. Na comparação com o resultado obtido em 2013, observou-se piora de 134,7%.

Ademais, a execução das receitas de royalties e participações especiais do petróleo apresentou crescimento modesto no primeiro semestre: 2,2% (+R\$ 91,17 milhões), decorrente da queda de 2,7% no preço do óleo do tipo Brent, e redução de 2% na produção dos barris de óleo, o implicou perda de participação do Estado do Rio de Janeiro na produção nacional (68,4%).

As despesas do ERJ para o exercício 2014 foram fixadas na Lei Orçamentária Estadual em R\$ 77,09 bilhões, um crescimento de R\$ 4,35 bilhões (+6,0%) frente ao aprovado para o exercício 2013.

Nesse 1º semestre, a dotação autorizada chegou a R\$ 78,74 bilhões, demonstrando uma expansão orçamentária de R\$ 1,65 bilhão (+2,1%) sobre o inicial. Excluídas as despesas intraorçamentárias da análise, o crescimento foi de R\$ 1,51 bilhão, acréscimo motivado pela abertura de créditos adicionais, dos quais R\$ 258,88 milhões suplementaram as fontes de recursos do Tesouro Estadual e R\$ 1,25 bilhão as Demais Fontes de recursos. O suplemento ocorreu por conta do ingresso de recursos vinculados, os quais não integravam o orçamento inicial: R\$ 539,90 milhões contratados em Operações de Crédito, R\$ 363,00 milhões por Convênios e R\$ 607,51 milhões nas demais fontes (Tesouro e Outras Fontes).

Os créditos adicionais abertos foram aplicados diretamente em áreas estratégicas de governo. Do montante indicado em Operações de Crédito, R\$ 594,95 milhões foram efetivamente destinados à Secretaria de Estado de Obras, R\$ 174,35 milhões aplicados na Fundação de Departamento de Estradas de Rodagem e R\$ 103,08 milhões gastos na Secretaria de Estado de Educação.



Em relação à execução, nesse primeiro semestre, foram liquidados R\$ 31,77 bilhões no Poder Executivo e R\$ 3,10 bilhões nos Outros Poderes totalizando R\$ 34,68 bilhões, este montante é 11,7% maior que o apurado no mesmo período de 2013. Excluídas as despesas intraorçamentárias e as empresas públicas independentes (CEDAE e Imprensa Oficial), a execução foi de R\$ 32,33 bilhões. Deste montante, R\$ 22,34 bilhões foram sustentados por recursos do Tesouro Estadual e R\$ 9,99 bilhões a partir de Outras Fontes de Recursos, crescimento de 7,1% e 16,5%, respectivamente, ao 3º bimestre de 2013.

As Despesas Correntes do ERJ até o 3º bimestre (R\$ 27,86 bilhões) apontaram crescimento quando comparadas aos valores de 2013: 6,7%, ou em valores absolutos, +R\$ 1,75 bilhão. As despesas relacionadas ao grupo de Pessoal e Encargos Sociais apresentaram destaque até Junho: R\$ 10,65 bilhões liquidados, apresentando um crescimento de 13,0% (+R\$ 1,22 bilhão). Tal variação foi motivada, em grande parte, pelas melhorias que o Governo do ERJ tem realizado nas carreiras dos servidores da Segurança Pública, Educação, Defesa Civil e Ciência e Tecnologia.

As Outras Despesas Correntes do ERJ corresponderam a 55,0% do total liquidado até o momento (R\$ 17,8 bilhões), excluídas as despesas intraorçamentárias, apresentando um crescimento de 7,1% em relação a 2013. Esta elevação é justificada pelo fortalecimento de determinadas ações estratégicas do Estado: no âmbito da saúde foi liquidado R\$ 1,18 bilhão apresentando um crescimento de 9,0% (+R\$ 47,18 milhões) em relação a 2013, o gasto se deu basicamente na implantação de unidades de pronto atendimento, na Educação Pública o total liquidado foi de R\$ 712,95 milhões, parte destes recursos foram gastos em nutrição escolar (R\$ 106,87 milhões).

Os recursos aplicados em Investimentos e Inversões Financeiras somaram R\$ 2,89 bilhões, elevação de 48,1% (R\$ 918,44 milhões) em relação ao mesmo período de 2013. O montante liquidado foi imprescindível para o financiamento de importantes ações do estado nas funções Transporte, Urbanismo, Educação e Saneamento dentre outras.

As Transferências Constitucionais Obrigatórias apresentaram ligeiro aumento no acumulado do ano: incremento foi de 2,0%, ou seja, +R\$ 126,37 milhões. Os cálculos dos índices parciais demonstram a evolução dos gastos, que serão cumpridos ao fim do exercício, conforme estabelecido pela Lei.

No âmbito dos índices constitucionais, o índice da Educação apresentou uma pequena evolução em relação ao verificado no mesmo período do exercício passado (+1,27 pontos percentuais). Entretanto, numa análise mais apurada, pode-se observar o fortalecimento na execução do índice: aumento de 5,4% de sua receita base (+R\$ 870,80 milhões), resultando numa maior liquidação (10,9%, +R\$ 429,48 milhões).

Na Saúde, o índice constitucional também indicou para uma realização praticamente igual em relação à de 2013. Constatou-se crescimento na receita base de 5,4% (R\$ 870,80 milhões) já na liquidação das despesas ocorreu queda de 13,0% (-R\$ 194,17 milhões).



A FAPERJ apresentou crescimento em sua receita base (+5,4%, +R\$ 516,06 milhões) e na despesa liquidada do período apresentou queda de 13,1% (- R\$ 19,70 milhões).

O FECAM apurou-se crescimento tanto na receita base (+11,2%; ou seja;+ R\$ 406,51 milhões) como na despesa liquidada (+9,5%; ou seja; R\$ 9,35 milhões).

O FEHIS apresentou crescimento em sua receita base (+6,0%, +R\$ 82,81 milhões) e redução na execução das despesas (- 15,6%, - R\$13,86 milhões).



EXECUTIVE SUMMARY

The State of Rio de Janeiro closed the first half of 2014, with total revenues of R \$ 41,695.12 million, exceeding the target set at 4.8%.

Current revenue changed by 1.3% when compared to the set target (+ R\$ 430.28 million), driven by equity and tax revenues, which grew by 5.2% (+ R\$ 231.12 million) and 6.1% (+ R\$ 1,247.16 million), respectively, compared to the first half of 2013. The main tax, the ICMS, showed an increase of R\$ 906.84 million (+ 6.1%) in the period .

With respect to capital revenue, performance was 81.5% above the income in 2013 (+ R\$ 3,309.93 million) due to sale of assets, and surpassed the target by 24.7% (+ R\$ 1.493 billion).

As for the budget balance, the first half of 2014 closed up 64.8% (+ R\$ 3,997.88 million), largely by surplus capital, since capital revenues exceeded expenses in capital by R\$ 1,840.75 million and the budget surplus of R\$ 2,493.24 million (+ 905%) of Rioprevidência presented in the period.

The Rio's public accounts showed a primary deficit of R\$ 467.51 million in the first half, due to the growth of capital expenditure in the period. In comparison with the result obtained in 2013, there was worsening of 134.7%.

Moreover, the implementation of revenue and royalties cameos oil showed modest growth in the first half: 2.2% (+ R\$ 91.17 million), resulting from the decline of 2.7% in the price of Brent crude oil, and 2% reduction in the production of barrels of oil, the implied loss of participation of the State of Rio de Janeiro in national production (68.4%).

RJ State Expenditures for the year 2014 were fixed in State Budget Law in R\$ 77.09 billion, a marked increase (+6.0%), the growth was R\$ 4.35 billion, compared to approved for the year 2013.

By the 1th bimester, the authorized expenditure reached R\$ 77.86 billion, showing a considerable increase of 1.0% over the originally planned, therefore, R\$ 771.99 million incorporated in the annual budgetary law. Excluding intra-budgetary expenditure from the analysis, the growth was R\$ 792.24 million, an increase motivated by the opening of additional credits, which R\$ 385 million supplemented the State Treasury and R\$ 407 million to Other Sources of revenues. The main supplement was due to the entry of secured funds, which were not part of the initial budget: R\$ 450 million in Loan (Credit Operation), R\$ 167 million in Covenants and R\$ 239 million in Other Sources of Revenues (financial surpluses and revenue excess).

The additional credits opened this year were applied directly into strategic programs of government. The amount indicated on loan (credit operations), R\$ 684.87 million was allocated to the implementation of infrastructure projects, R\$ 142.96 million for implementation and improvement of highways and R\$54.38 million recovery in the mountainous region.



Regarding the execution, in the first bimester, R\$ 11.67 billion were liquidated, this amount 17.4% higher than in the same period of 2013. Excluding intra-budgetary expenditure and independent public companies (CEDAE and Official Press), the implementation was R\$ 10.63 billion. This amount, R\$7.70 billion were supported by funds from the State Treasury and R\$ 2.93 billion from Other Funding Sources, 10.4% and 21.9 %, respectively, for the 1th bimester of 2013.

The current expenses of the ERJ in two months (R\$ 9.66 billion) recorded growth compared to the values of 2013: 9.7%, or in absolute values, + R \$ 851.89 million. Expenses related to group Payroll had highlighted until February: R \$ 2.74 billion settled, an increase of 7.8% (+ R\$ 198.61 million). This change was motivated in large part by the improvements that the Government of states has made the careers of Public Safety, Education, Civil Defense servers and Science and Technology.

Other current expenditures of the State accounted for 60.8% of the liquidated until moment (R\$ 6.46 million), excluding intra-budgetary expenses, showing growth of 10.7% compared to 2013. This increase is justified by strengthening of certain strategic actions of the state: the social, the operationalization of the Single Ticket, Surrender and Best social Rent, which together totaled R\$ 139.42 million expenditures liquidated, an increase of 51.1% (+ R\$47.18 million) compared to 2013; public health, the actions taken by the Government of state accounted for R\$ 108.09 million of funds executed this bimester: increase of 98.7% (+ R\$ 53.70 million).

The resources invested in Investment and Financial Investments totaled R\$ 493.90 million, an increase of R\$ 325.57 million in the same period of 2013. The amount paid was essential to fund important state actions in transport functions, Urbanism, Education and Sanitation, among other.

The Constitutional Mandatory Transfers showed slight increase was 1.3% (+ R\$ 40.94 million). The calculations of partial indexes show the evolution of expenses will be enforced at the end of the year, as established by Law.

Under the constitutional indices, the index of Education showed a small improvement compared to the same period last year (+0.3 percentage point). However, a closer analysis, it can be observed in the implementation of the strengthening ratio: 11.0% increase in revenue from its base (+ R\$ 606.88 million), resulting in greater losses (12.5% - +R\$ 159.02 million).

In Health, the constitutional index also indicated for execution similar with the expenditures executed in 2013. Contacted up growth on the base income and expenses settled index: +11.0% (R\$ 606.88 million) and +7, 6% (+ R \$ 22.51 million) respectively.

The FAPERJ presented at its base revenue growth (+10.9%, + R\$ 359.06 million) and expenses paid for the period (+19.5% - R\$ 6.08 million).

The FECAM presented early this year, falls both in its base revenue (-28.5%, - R\$ 538.36 million) as liquidated their spending (+52.9%, R\$ 5, 26 million).



The FEHIS presented at its base revenue growth (+6.0%, + R\$ 28.69 million) and executed expenditure (+2.3%).



I. Economic Outlook

I.I The Domestic and International Context¹.

Two main factors have worked together so that the forecasts for world growth for 2014 were slightly reduced: on one hand, the scenario of geopolitical instability, considering the persistent crisis in Ukraine and the heightening of tensions between Palestinians and Israelis; on the other hand, growth was lower than expected, observed in the central economies in the first quarter, particularly in the United States. There are still doubts about the pace of growth in emerging economies, particularly the Chinese, and about the speed of recovery of the economies in the Eurozone. The combination of these factors caused the IMF to revise down the forecasts for world growth this year, from 3.7% to 3.4%. Despite this decline, growth projections for next year have remained relatively stable.

The poor performance of the US economy in the first quarter, very strongly affected by the particularly harsh winter, made the US monetary authority design a longer period for the economic stimulus program by injecting liquidity via bond buying. The interest rate should remain unchanged, between 0% and 0.25% per year, until at least the beginning of next year, enabling the compatibility of monetary policy instruments, as already indicated in the previous edition of this Newsletter.

In the Eurozone, inflation below the forecast for April and its stability in May caused the ECB to signal a monetary policy more active, reducing the rate of interest. Growth projections for member countries in 2014 indicate the level of 1%, reaching 1.1%. Despite this weak growth this year and the resistance to the economic recovery process, the forecasts for 2015 show growth of 1.5% and slight price recovery.

Obvious concern of several world authorities has been the discussion about reducing risks. Stands out the growing perception of geopolitical risk in the Middle East, with possible impacts on the price of oil, which would place an additional and unwelcome brake on the slow process of global economic recovery. In the United States, the greatest risks are the fine-tuning of monetary policy required to balance the progressive withdrawal of monetary stimulus and smooth rise in interest rates in order to make it neutral for the recovery process. In the Eurozone the risks are concentrated in excessively slow economic recovery and its ability to withstand adverse shocks in the present moment. For emerging countries the risks are concentrated in the progressive deterioration of their financial conditions and the risk of reversing the flow of international resources.

The forecasted growth for Latin America remains at 2% for 2014, with an average drop of 20% over the previous year. Brazil and Mexico, two of the largest economies in the region, had reduced their growth forecasts for the current year. In Brazil, the most fragile fiscal conditions, persistent inflation and the progressive reduction of business and consumer confidence, with significant impacts on the level of investment, have provoked continual reductions in economic growth projections for 2014. The forecasted growth for Mexico reflects the poor performance of the construction sector and the slower recovery of the USA in the second quarter. The IMF projects growth of 1.3% for Brazil and 2.0% for Mexico for 2014.

¹ This analysis uses data available to August 29, 2014.



In Brazil, the Gross Domestic Product (GDP) fell in the second quarter of 2014 compared to the previous quarter (-0.6%), slightly below market expectations (-0.4%). Compared with the same quarter of 2013, down 0.9%. In the year through June, up 0.5%. And in 12 months in June, growth of 1.4%. The negative result in the second quarter (-0.6%) after the result (revised) also negative in the first quarter (-0.2%), can be considered a technical recession, which has not happened since the first quarter of 2009 (the international crisis). The sector that had been leading the pace of economic activity, 'Agriculture', was the only positive result in the second quarter (+0.2%), but remained stable compared to the same period last year (0.0%). The industrial sector disappoint again, down 1.5% compared to the previous quarter, and down 3.4% compared with the same quarter of 2013, the latter is the lowest since the first quarter of 2009. In comparison with the previous quarter, the main sectors responsible are: 'Construction' (-2.9%) and 'Manufacturing industry' (-2.4%), the latter due to the drop in the automotive sector. Thanks to the 'mining and quarrying' (+3.2%) the industry did not result in worse. The sector of 'Services', the largest share of GDP, also fell in the second quarter of the year compared to the previous quarter (-0.5%). 'Trade' negatively influenced the outcome (-2.2%), and 'Information Services' positively (+ 1.1%).

On the demand side, 'Gross fixed capital formation' (-5.3%) shows that the poor result in GDP in the second quarter could not have been different. Compared with the second quarter of 2013, became even more pronounced: -11.2%. These results may be explained, among other factors, by the fall of domestic production (primarily in 'Construction') and also by the reduction of imports of capital goods. The bad performance of this item directly influenced the fall in the investment rate: from 18.1% (second quarter 2013) to 16.5%, considered very low. 'Household consumption', whose result was negative in the first quarter (-0.2%), showed a slight growth in the second quarter (0.3%) and when compared to the same quarter of the previous year (+1.2%). Market expectations² for industrial production in end of 2014 are negative (-1.76%) and directly impact the prospects of low GDP growth (0.70%).

Considering the external sector, the Balance of Trade registered in June the fourth consecutive surplus in the year (U.S.\$ 2.36 billion). However, the trade balance remained negative (due to the months of January and February) in the first half of 2014 (U.S.\$ - 2.49 billion), slightly better than the same period 2013 (U.S.\$ - 3.07 billion). In exports, compared to the first half of 2013, highlight positive 'Crude oil' (28.6%) and 'Ground Soybeans' (+ 16.7%); and negative 'Vehicles' (-31.6%). In imports, the highlights are 'Crude oil' (-4.2%) and 'Vehicles and tractors parts' (-9.2%).

Inflation measured by the National Consumer Price Index (IPCA) increased 0.40% in June 2014, the lowest rate since September 2013. The main contributing factor was the sector of 'Food & Beverage' (-0, 11%), important segment for the calculation of official inflation. Accumulated in 12 months (in June), the general index increased 6.52%, above the target ceiling, but lower than in the same period last year, when it had 6.70%. Accumulated in six months, high of 3.75% (+3.15% in June 2013), with emphasis on 'Education' (+

² Focus Bulletin of August 22th, 2014.



7.34%), 'Personal expenses' (+ 6.02%) and 'Food & Beverage' (+ 5.07%). For the end of 2014, market expectations³ are of high price 6.27%.

In the labor market, the number of net registered workers, according to the CAGED/MTE, registered a huge drop in June compared with the same month of 2013 (-80%), which influenced the poor result for the 1st half, the worst since 2009 (for 1st semester), generating less than 600,000 net jobs (-29% compared to the same period of 2013). The outlook for the coming months is a continuous reduction in the generation of new jobs.

The collection of federal revenues, both administered by the RFB and by other agencies, amounted to R\$ 578.5 billion in the first half of 2014. This result represented a nominal increase of 6.36% and real increase of 0.28% (IPCA), compared to the same period of 2013. In May 2014, the monthly federal revenue totaled R\$ 87.9 billion, representing an increase of 0.04% in nominal terms and down 5.95% in real terms (IPCA) YoY. In June, there was acceleration of revenue, with nominal growth of 6.66% and real growth of only 0.13%, compared to the same month of 2013, reaching R\$ 91.3 billion.

Among the several factors that contributed to this result in the year, include: reduction in the collection of income tax/social contribution in the months of January and February; extraordinary collection in May 2013 amounting to approximately R\$ 4.0 billion related to the COFIN/PIS (R\$ 1.0 billion) and income tax/social contribution (R\$ 3.0 billion) due to court filing and sale of shares, respectively; tax expenditures on payroll, the basic food basket and the ICMS calculation basis of PIS/COFINS – Imports; and the performance of key macroeconomic indicators that influence the collection of taxes.

The main actual decreases (IPCA) occurred during the first half of 2014, compared to the same period last year were registered in the following tributes: ITR (-18.56%); CSLL-Financial Entities (-18.53%); IR-Financial Entities (-18.03%); Cide-Fuels (-17.75%); and Contribution to FUNDAF (-14.23%). On the positive side, showed real increases (IPCA): PIS/PASEP-Financial Entities (+14.39%); IPI-Cars (+16.78%); IRRF-Income Capital (+17.39%); IRRF-Income Residents Abroad (+18.44%); COFINS-Financial Entities (+26.76%).

I.II Economic Activity in Rio de Janeiro

Industry. The performance of the State Industry grew 5.4% in June over the previous month. Comparing to the same period last year, it fell 2.2%. For the country, the indices in the two comparisons retracted, when industrial production fell 1.4% compared to May, and significant fall of 6.9% compared to June 2013. This picture also reflects the uncertainties and adjustments that have characterized the international and Brazilian economies. From January to June, the industry of RJ registers negative result of 4.0%, a scenario that repeats when compared to Brazil, which fell 2.6%. In the last 12 months, Rio's industrial sector accumulates down of 2.6%; in Brazil, the variation was only -0.6%.

In terms of the main aggregates, Oil & Gas and Mining and Manufacturing Industry declined in June (-1.8% and -2.3%, respectively) compared to the same period last year. Nationally, these industries grew by 2.9% and drop by 8.0%, respectively, over the same period.

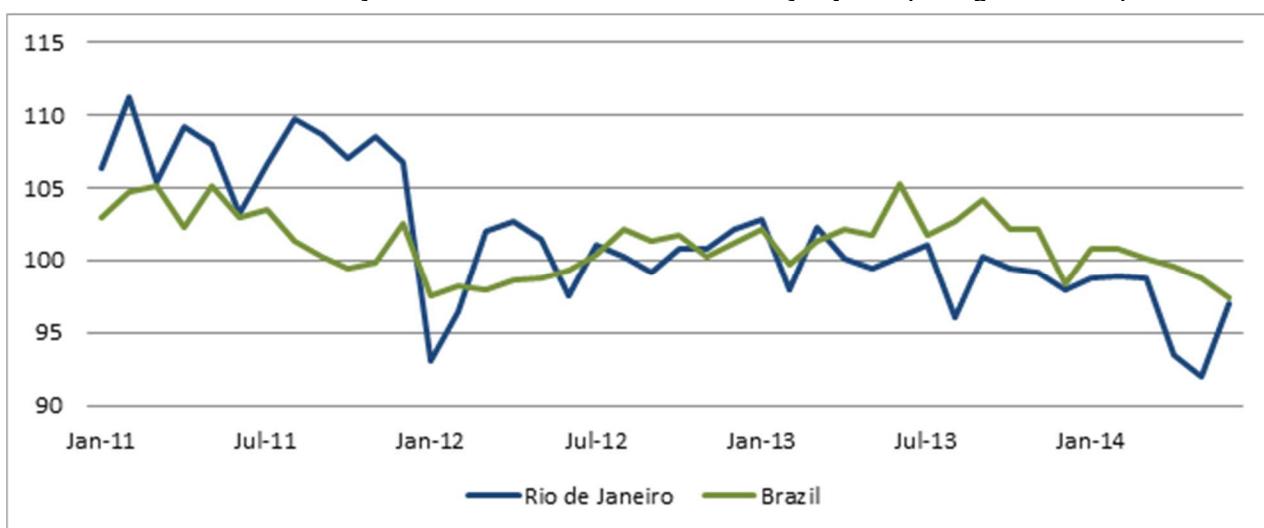
³ Idem.



The analysis of the thirteen activities of the Manufacturing Industry in the ERJ reveals the slowdown in industrial activity in the state over the previous year, when seven of these activities decreased production. The main negative impact on the industry average was the production of Vehicles (-64.5%), influenced mainly by the reduced production of cars, trucks and chassis with engines for buses or trucks. It is also noteworthy the decreases observed in Metallurgy (-9.4%), Pharmaceutical (-17.9%) and Other Chemicals (-13.3%), explained largely by lower production of thick coils carbon steel uncoated, unwrought aluminum alloys, carbon steel wire rod, tinplate sheets and bars of carbon steel in the first activity; drugs in the second; paints and varnishes for printing, additives for lubricating oils and polypropylene in the latter. On the other hand, the most important positive contribution came from the Petroleum coke, products and biofuels industry (+26.0%), driven by increase in manufacturing of fuel oils, automotive gasoline, liquefied petroleum gas (LPG) and kerosene for aviation.

In the first half 2014, compared to the same period of 2013, the industrial production of Rio de Janeiro faced decrease of 4.0%, a consequence of the fall in Oil & Gas and Mining (-1.5%) and Manufacturing Industry (-4.9%). The decline in manufacturing is explained by the decrease in nine of the thirteen activities. The main negative impact on the overall average was due to the activity of Vehicles (-25.0%). It is also noteworthy the decreases observed in Petroleum coke, products and biofuels industry (-2.8%), Other Chemicals (-11.6%), Metallurgy (-4.0%) and Pharmaceutical (-12.5%), mainly explained by the decrease in the production of diesel and fuel oils in the first activity; paints and varnishes, printing, additives for lubricating oils and insecticides for agricultural use in the second; unwrought aluminum alloys, tinplate coils and thick carbon steel in the third; and drugs in the last. In the opposite direction are Rubber and Plastic (8.6%); Maintenance, repair and installation of machinery and equipment (+7.4%); and Beverages (+ 5.9%), activities that brought the most positive contributions to the general industry, driven mainly by higher production of plastic articles for household usage, tires and tubs, showers, sinks and plastic washbasins in the first; the maintenance and repair of ships or other vessels, maintenance and repair of machines and equipment for industrial use, maintenance and repair of aircraft and maintenance and repair of electric motors not in the second; and the production of beer and draft beer in the last.

Graph 1
General Industry - Brazil and Rio de Janeiro - seasonally adjusted (average 2012 = 100)



Source: PIM/IBGE



Commerce. The state of Rio de Janeiro, in comparison with Brazil, had higher increase in sales in four retail segments (and extended retail) in the third two months of 2014, compared to the same two months last year. Considering the general indices of retail trade, the growth of sales in Brazil in May-June is lower than the growth in ERJ: 2.7% (BR) and 4.8% (ERJ). YTD through June, the national result is slightly higher than the state (+4.2% and +3.6%, respectively). In the expanded retail, negative in the third two months in Brazil (-2.6%) and almost zero growth in the ERJ (+0.2%), both due mainly to 'Vehicles'. In the year, the same segment restricted both the national growth (+0.1%) and the state (+2.0%).

The four segments mentioned above, three have higher increase in sales volume in the ERJ compared to the national average in the YTD: 'Fuels and lubricants', 'Hypermarkets, supermarkets, food products, beverages and tobacco' and 'Textiles, apparel and footwear'. The first two, by having shown better outcomes in previous bimesters, closed the semester ahead of the national average. The third segment reversed the unfavorable (and negative) situation in the second two months with good results in the third two months (+5.5%), enough to finish the semester positive and higher than the national average, which registered a decrease (+1.3 % and 0.7%, respectively).

It is important to mention that in the 1st half of 2013 only two segments registered negative result in ERJ (and none considering the national average): 'Furniture and appliances' (-3.9%) and 'Textiles, clothing and footwear' (-0, 7%). In the same period of 2014, both the ERJ and Brazil recorded four segments with drop in sales volume, especially 'Books, newspapers, magazines and stationery' (-5.7% and -5.6%, respectively) and 'Vehicles, motorcycles, parts and pieces' (-1.2% and -7.9%, respectively).

Table 1
Volume of retail sales – variation period over period

Activity	RJ		BR	
	June	Jan.-Jun.	June	Jan.-Jun.
Fuels and lubricants	-0.3	5.2	-3.0	4.1
Hypermarkets, supermarkets, foods, beverages and tobacco	5.6	4.9	0.5	3.5
Textiles, clothing and footwear	10.4	1.3	-2.4	-0.7
Furniture and appliances	-1.7	-0.2	0.1	5.1
Pharmaceuticals, medicals, orthopedics, perfumery and cosmetics	3.6	4.0	7.8	10.1
Books, newspapers, magazines and stationery	-9.1	-5.7	-12.1	-5.6
Equipment and office supplies, computer and communication	-2.9	-8.4	-7.0	-2.9
Other articles of personal and domestic use	5.4	4.6	7.9	9.6
Retail Trade	4.5	3.6	0.8	4.2
Vehicles, motorcycles, parts and pieces	-14.6	-1.2	-18.7	-7.9
Building material	-5.3	1.3	-4.6	2.0
Expanded Retail Trade	-2.1	2.0	-6.1	0.1

Source: PMC/IBGE.



I.III Labor Market

The economically active population (PEA, in Portuguese) of the metropolitan region of Rio de Janeiro (RMRJ) grew 1.4% in the first half of the year, YoY, twice that observed in 2013 (+0.7%). This increase in the state in 2014 is explained by the growth in the first four months of the year, when the PEA increased 1.5%. In the country, the index for the first four months of 2014 shows an increase of 1.3%, close to that observed in the state⁴.

Contrary to the PEA, the employed population in Rio de Janeiro remained the same in the first half of 2014, compared to the same period of 2013. It can be observed that this maintenance is given by the combination of the positions of the occupation: registered workers grew 2.7% in the period; informal workers (34% of total) were reduced, self-employment decreasing 9.1% and unregistered workers decreasing 1.0%. Still outnumber the jobs 'Military or civil servants' (+ 4.3%).

Evaluating the economic sectors in the period, the occupation in Rio de Janeiro was driven by hiring in 'Public administration and defense, social security, education, health and social services' (+4.9%), accounting for 21% of employment in June, 'Quarrying and processing and production and distribution of electricity, gas and water supply' (+2.7%), corresponding to 12%, and 'Other Services' (+0.1%), corresponding to 20%. On the other hand, the sectors that showed shrinkage in the occupation were: 'Domestic Services' (-7.8%), corresponding to 6%, 'Financial intermediation and real estate activities, rentals and services to the company' (-3.6%), corresponding to 15%, 'Construction' (-3.3%), corresponding to 7%, and 'Trade, repair of automotive vehicles and of personal and household goods' (-1.0%), corresponding to 18%.

Dealing only of formal jobs in the period, the data in CAGED show that there were net admissions in the State of Rio de Janeiro totaling 32,850 jobs, less than in the previous year (42,063 net admissions in the period). This result is due to the higher volume of net disconnections in the sector 'Trade' (-19,734). Also noteworthy the sector of 'Services', which in the first half of 2014 generated fewer disconnection (-2.2%) than in 2013, accounting for an increase of 33.4% in net admissions.

As to the real average income –July 2014 prices – of workers in the RMRJ, there was a substantial real increase (+4.4%) in the year. Interestingly, the average real income of registered workers in the state increased above the total for the period (+6.4%).

I.IV Inflation

In 2014, the National Consumer Price Index – IPCA in the State of Rio de Janeiro had positive change of 0.55% and 0.40% in the months of May and June respectively. Regarding Brazil, the variations presented for the same period were also positive (+0.46% and +0.40%, respectively). It is noteworthy that in Rio de Janeiro the index reached 4.29% in the year, higher than in the same period of 2013 (+3.16%). Regarding the Brazil, YTD through June was 3.75%.

⁴ Indexes of May and June for the country are not available.



In the last 12 months, the change in Rio de Janeiro was 7.33%, down from 7.34% in the same period of 2013, exceeding the target ceiling. The index in the state was above the country in the same period, when inflation was 6.52%. The target set by the Central Bank for inflation in 2014 is 4.50%, ranging from 2 percentage points more or less. To contain the inflationary process, in the last meeting of the Monetary Policy Committee – COPOM was decided to keep the Selic rate at 11.00%. The end of elevation process of the Selic rate was to avoid further weakening the country's economy.

Groups that pushed inflation in June were Transport (+1.2%) and Personal Expenses (+0.29%). The Transport group was pressed mainly by the increase of the air passages (+33.5%), because of increased demand due to the World Cup. Another group affected by the World Cup was personal expenses with the increasing by 43.52% on hotel stays. Among the groups that helped contain inflation in the period are Foods and Beverages (+0.37%) and Health and Personal Care (+0.56%), which showed a decline in its growth rate, and Housing (-0.40%), which deflated in the period.

Table 2
Variation of IPCA without seasonal adjustment

Index 2 nd period of two months	RJ		YTD (June)		YoY (June)	
	May	June	RJ	BR	RJ	BR
General Index	0.55	0.40	4.29	3.75	7.33	6.52
Foods and Beverages	0.74	0.37	6.36	5.07	9.06	7.51
Housing	1.17	-0.40	2.71	3.74	7.35	7.46
Household Articles	1.79	0.41	3.51	3.59	9.19	7.70
Clothing	0.80	0.79	2.35	1.55	5.61	4.73
Transport	-0.58	1.20	4.31	1.53	5.56	3.65
Health and Personal Care	1.18	0.56	4.00	4.32	6.71	6.91
Personal Expenses	0.12	0.29	4.43	6.02	9.52	10.36
Education	0.20	0.12	8.06	7.34	10.16	8.55
Communication	0.41	0.00	-1.04	-0.99	0.40	0.40

Source: IPCA/IBGE.



I.V External Sector

The exports made by RJ reached U.S. \$ 9.0 billion in the year, down 5.3% compared to the same period of 2013. This result is due to the observed increase in March 2013, when exports for the month totaled U.S. \$ 2.7 billion, and the average of the remaining months of 2013 equal to U.S. \$ 1.3 billion, below the monthly average for the first half of 2014: U.S. \$ 1.5 billion. On the import side, there was a reduction in the period of entry of goods (3.3%) reaching U.S. \$ 10.9 billion. This result is due to the decrease in imports in March 2014, compared with the same month last year. The balance in 2014 was a deficit of U.S. \$ 1.9 billion, close to that obtained in the same period of 2013, when the deficit was U.S. \$ 1.8 billion.



I. Panorama Econômico

I.I O Contexto Internacional e Doméstico⁵.

Dois fatores principais atuaram em conjunto para que as previsões de crescimento mundial para 2014 fossem ligeiramente reduzidas: de um lado o cenário de instabilidade geopolítica, tendo em vista a persistente crise na Ucrânia e o acirramento das tensões entre palestinos e israelenses; de outro, o crescimento abaixo do previsto, verificado nas economias centrais no primeiro trimestre, particularmente nos Estados Unidos. Persistem ainda dúvidas quanto ao ritmo de crescimento das economias emergentes, particularmente a chinesa, e quanto à velocidade de recuperação das economias da Zona do Euro. A combinação desses fatores fez com que o FMI revisasse para baixo as projeções de crescimento mundial para o corrente ano, de 3,7% para 3,4%. Apesar desse recuo nas expectativas para 2014, mantém-se relativamente estáveis as projeções de crescimento para o próximo ano.

A baixa performance da economia americana no primeiro trimestre, muito fortemente afetada pelo inverno particularmente severo, fez com a autoridade monetária norte-americana projetasse um período mais longo de manutenção do programa de estímulo econômico através da injeção de liquidez via compra de títulos. De modo a compatibilizar os instrumentos de política monetária, a taxa de juros deve permanecer no mesmo patamar, entre 0% e 0,25% aa, até pelo menos o início do ano que vem, como já indicado em edição anterior desse Boletim.

Na Zona do Euro, a inflação abaixo do previsto para abril e sua estabilidade em maio fez com que o BCE sinalizasse uma política monetária mais ativa, com redução na taxa de juros. As projeções de crescimento para os países do Bloco em 2014 indicam patamar de 1% podendo atingir 1,1%. Apesar desse fraco crescimento no presente ano e da resistência no processo de recuperação econômica, as projeções para 2015 indicam crescimento de 1,5% e leve recuperação de preços.

Preocupação evidente de várias autoridades mundo tem sido a discussão sobre a redução de riscos. Destaca-se a percepção de crescente risco geopolítico no Oriente Médio, com possíveis impactos nos níveis de preço de petróleo, que colocaria um freio adicional e indesejável no lento processo de recuperação econômica mundial. Nos Estados Unidos, os riscos mais severamente identificados referem-se ao ajuste fino necessário de política monetária para equilibrar a progressiva retirada de estímulos monetários e suave elevação da taxa de juros de modo a torná-la neutra no processo de recuperação. Na zona do Euro os riscos estão concentrados na excessivamente lenta recuperação econômica e sua capacidade de enfrentar choques adversos no presente momento. Para os países emergentes os riscos estão concentrados na piora progressiva de suas condições financeiras e o risco de reversão do fluxo de recursos internacionais.

A projeção de crescimento para a América Latina mantém-se em 2% para 2014, com queda média de 20% em relação ao ano anterior. Brasil e México, duas das maiores economias da região tiveram suas projeções de crescimento diminuídas para o corrente ano. No caso brasileiro, as condições fiscais mais frágeis, a inflação persistente e a progressiva redução da confiança de empresários e consumidores, com

⁵ Esta análise utiliza dados disponíveis até 29/08/2014.



impactos importantes no nível de investimento, têm provocado reduções contínuas nas projeções de crescimento econômico para 2014. O crescimento projetado para o México reflete a baixa performance do setor de construção civil e a mais lenta recuperação dos EUA no segundo trimestre. O FMI projeta crescimento de 1,3% para o Brasil e 2,0% para o México para 2014.

No Brasil, o Produto Interno Bruto (PIB) registrou queda no segundo trimestre de 2014 em relação ao trimestre imediatamente anterior (-0,6%), um pouco abaixo do esperado pelo mercado (-0,4%). Na comparação com o mesmo trimestre de 2013, queda de 0,9%. No acumulado no ano em junho, alta de 0,5%. E no acumulado em 12 meses em junho, variação de 1,4%. O resultado negativo no segundo trimestre (-0,6%), após resultado (revisado) também negativo no primeiro trimestre (-0,2%), pode ser considerado uma recessão técnica, o que não ocorria desde o primeiro trimestre de 2009 (com a crise internacional). Setor que vinha puxando o ritmo da atividade econômica, 'Agropecuária', foi o único resultado positivo no segundo trimestre (+0,2%), mas permaneceu estável (0,0%) na comparação com o mesmo período do ano anterior. Já o setor industrial desapontou novamente ao registrar queda de 1,5% na comparação com o trimestre anterior, e queda de 3,4% se comparado com o mesmo trimestre de 2013, sendo este último o pior resultado desde o primeiro trimestre de 2009. Na comparação com o trimestre anterior, os principais responsáveis são: 'Construção civil' (-2,9%) e 'Indústria de transformação' (-2,4%), com quedas principalmente no setor automobilístico. Não fosse 'Indústria extrativa' (+3,2%), o resultado da indústria seria ainda pior. O setor de 'Serviços', de maior peso no PIB, também apresentou queda no segundo trimestre do ano em relação ao trimestre anterior (-0,5%). 'Comércio' influenciou negativamente (-2,2%) o resultado, e, positivamente, 'Serviços de informação' (+1,1%).

Pela ótica da demanda, 'Formação bruta de capital fixo' (-5,3%) mostra que o resultado ruim do PIB no segundo trimestre não poderia ter sido diferente. Na comparação com o segundo trimestre de 2013, queda ainda maior: -11,2%. Esses resultados são justificados, entre outros fatores, pela queda de produção interna (principalmente em 'Construção civil') e também pela redução das importações de bens de capital. O péssimo rendimento deste item influenciou diretamente na queda da taxa de investimento, de 18,1% (segundo trimestre de 2013) para 16,5%, considerada muito baixa. 'Consumo das famílias', que vem de resultado negativo no primeiro trimestre (-0,2%), apresentou leve crescimento no segundo (+0,3%), e alta um pouco superior na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior (+1,2%). As expectativas de mercado⁶ para a produção industrial ao final de 2014 são negativas (-1,76%) e impactam diretamente nas perspectivas de baixo crescimento do PIB (0,70%).

Considerando o setor externo, a balança comercial registrou em junho o quarto superávit consecutivo do ano (US\$ 2,36 bi). No entanto, o saldo da balança comercial permaneceu negativo (em função dos meses de janeiro e fevereiro) no primeiro semestre de 2014 (US\$ - 2,49 bi), mas um pouco melhor que o registrado no mesmo período de 2013 (US\$ - 3,07 bi). Nas exportações, na comparação com o primeiro semestre de 2013, destaque positivo para 'Óleos brutos de petróleo' (+28,6%) e 'Soja mesmo triturada' (+16,7%); e negativo para 'Automóveis de passageiros' (-31,6%). Nas importações, os destaques são 'Óleos brutos de petróleo' (-4,2%) e 'Partes e peças para veículos automóveis e tratores' (-9,2%).

⁶ Boletim Focus de 22/08/2014.



A inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) variou 0,40% em junho de 2014, a menor taxa desde setembro de 2013. O principal fator de contribuição foi o setor de 'Alimentação e bebidas' (-0,11%), de grande peso no cálculo do índice. No acumulado em 12 meses (em junho), o índice geral variou 6,52% (ou seja, acima do teto da meta), porém inferior ao observado no mesmo período do ano anterior, quando atingira 6,70%. No acumulado em seis meses, alta de 3,75% (+3,15% em junho de 2013), com destaque para 'Educação' (+7,34%), 'Despesas pessoais' (+6,02%) e 'Alimentação e bebidas' (+5,07%). Para o final de 2014, as expectativas de mercado⁷ são de alta de preços de 6,27%.

No mercado de trabalho, o número de postos líquidos de trabalho com carteira assinada, de acordo com o CAGED/MTE, registrou enorme queda para o mês de junho em comparação com o mesmo mês de 2013 (-80%), o que influenciou o fraco resultado do 1º semestre, o pior (para o 1º semestre) desde 2009, gerando menos de 600 mil postos líquidos (-29% em relação ao mesmo período de 2013). A perspectiva para os próximos meses é de contínua redução na geração de novos postos de trabalho.

A arrecadação das receitas federais, tanto administradas pela RFB quanto por outros órgãos, atingiu o valor de R\$ 578,5 bilhões no primeiro semestre de 2014. Esse resultado representou o aumento nominal de 6,36% e real de 0,28% (IPCA), em relação ao mesmo período de 2013. Em maio de 2014, a arrecadação federal mensal somou R\$ 87,9 bilhões, o que representou o aumento de 0,04% em termos nominais e queda de -5,95% em termos reais (IPCA), comparando-se com o mesmo mês do ano anterior. Houve aceleração em junho, com crescimento nominal de 6,66% e crescimento real de apenas 0,13%, ante o mesmo mês de 2013, chegando ao valor de R\$ 91,3 bilhões.

Entre os diversos fatores que contribuíram para esse resultado no acumulado do ano, destacam-se: redução na arrecadação do IRPJ/CSLL nos meses de janeiro e fevereiro; arrecadação extraordinária em maio de 2013, no valor de cerca de R\$ 4,0 bilhões, referente à COFINS/PIS (R\$ 1,0 bilhão) e ao IRPJ/CSLL (R\$ 3,0 bilhões), decorrente a depósito judicial e venda de participação societária, respectivamente; desonerações tributárias da folha de pagamento, da cesta básica e do ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS – Importação; e o desempenho dos principais indicadores macroeconômicos que influenciam a arrecadação de tributos.

Os principais decréscimos reais (IPCA) verificados no primeiro semestre de 2014, em relação ao mesmo período do ano anterior, foram registrados nos seguintes tributos: ITR (-18,56%); CSLL-Entidades Financeiras (-18,53%); IR-Entidades Financeiras (-18,03%); Cide-Combustíveis (-17,75%); e Contribuição para o FUNDAF (-14,23%). Pelo lado positivo, destacam-se os seguintes aumentos reais (IPCA): PIS/PASEP-Entidades Financeiras (+14,39%); IPI-Automóveis (+16,78%); IRRF-Rendimentos de Capital (+17,39%); IRRF-Rendimentos de Residentes no Exterior (+18,44%); e COFINS-Entidades Financeiras (+26,76%).

I.II Atividade Econômica no Rio de Janeiro

Indústria. O desempenho da indústria fluminense em junho teve crescimento de 5,4% em relação ao mês anterior; na comparação com igual período do ano anterior, houve queda de 2,2%. Para o país, o

⁷ Idem.



movimento é de retração em ambas as comparações, quando a produção industrial apresentou queda de 1,4% em relação a maio, e queda significativa de 6,9% em relação a junho de 2013. Tal quadro ainda reflete as incertezas e ajustes que têm caracterizado as economias internacional e brasileira. No acumulado de janeiro a junho, a indústria fluminense registra resultado negativo de 4,0%, cenário que se repete para o Brasil, que registrou queda de 2,6%. No acumulado dos últimos 12 meses, o setor industrial fluminense acumula queda de 2,6%; no Brasil, a variação foi de apenas -0,6%.

Em termos dos principais agregados, a indústria extractiva e de transformação fluminense em junho apresentaram queda (-1,8% e -2,3%, respectivamente) em relação ao mesmo período do ano anterior. No âmbito nacional, as indústrias de extração e transformação apresentaram crescimento de 2,9 e queda de 8,0%, respectivamente, no mesmo período.

A análise das treze atividades da indústria de transformação no ERJ mostra desaceleração na atividade industrial fluminense em relação ao ano anterior, quando sete destas atividades apresentaram redução da produção. O principal impacto negativo sobre a média da indústria ficou com a produção de Veículos automotores, reboques e carrocerias (-64,5%), pressionada, principalmente, pela menor fabricação de automóveis, caminhões e chassis com motor para ônibus ou para caminhões. Cabe ressaltar também os recuos observados em Metalurgia (-9,4%), Produtos farmoquímicos e farmacêuticos (-17,9%) e Outros produtos químicos (-13,3%), explicados, em grande medida, pela menor produção de bobinas grossas de aços ao carbono não revestido, ligas de alumínio em formas brutas, fio-máquina de aços ao carbono, folhas-de-flandres e barras de aços ao carbono, na primeira atividade; de medicamentos, na segunda; e de tintas e vernizes para impressão aditivos para óleos lubrificantes e polipropileno, na última. Por outro lado, a contribuição positiva mais importante veio da indústria de Coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (+26,0%), impulsionada pela maior fabricação de óleos combustíveis, gasolina automotiva, gás liquefeito de petróleo (GLP) e querosenes de aviação.

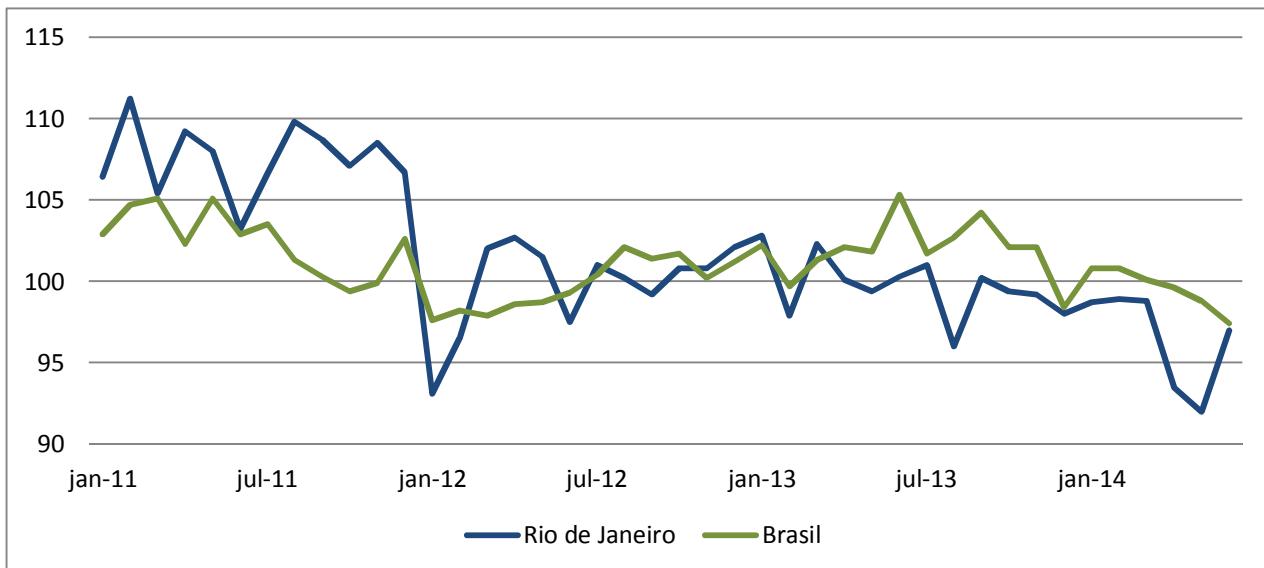
No primeiro semestre 2014, comparado ao mesmo período de 2013, a produção industrial do Rio de Janeiro assinalou recuo de 4,0%, consequência da queda na indústria extractiva (-1,5%) e de transformação (-4,9%). A retração na indústria de transformação é explicada pela retração em nove das treze atividades pesquisadas. O principal impacto negativo sobre a média global ficou com a atividade de Veículos automotores, reboques e carrocerias (-25,0%). Vale citar também os recuos observados em Coque, produtos do petróleo e biocombustíveis (-2,8%), em Outros produtos químicos (-11,6%), em Metalurgia (-4,0%) e em Produtos farmoquímicos e farmacêuticos (-12,5%), explicados principalmente pela queda na produção de óleo diesel e óleos combustíveis, na primeira atividade; tintas e vernizes para impressão, aditivos para óleos lubrificantes e inseticidas para uso na agricultura, na segunda; ligas de alumínio em formas brutas, folhas de flandres e bobinas grossas de aços ao carbono, na terceira; e de medicamentos, na última. Em sentido oposto estão Borracha e plástico (+ 8,6%); Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos (+7,4%); e Bebidas (+5,9%), atividades que exerceram as contribuições positivas mais relevantes sobre o total da indústria, impulsionadas, sobretudo pela maior produção de artigos plásticos para uso doméstico, pneus e banheiras, chuveiros, pias e lavatórios de plástico, na primeira; pela manutenção e reparação de navios ou outras embarcações, manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para usos indústrias, manutenção e reparação de aeronaves e



manutenção e reparação de máquinas motrizes não elétricas, na segunda; e pela produção de cervejas e chope, na última.

Gráfico 1

Indústria Geral – Brasil e Rio de Janeiro – com ajuste sazonal (média de 2012 = 100)



Fonte: PIM/IBGE

Comércio. O estado do Rio de Janeiro, em comparação com o Brasil, apresentou crescimento superior do volume de vendas em quatro segmentos do comércio varejista (e varejista ampliado) no terceiro bimestre de 2014, comparado com o mesmo bimestre do ano anterior. Considerando-se os índices gerais de comércio varejista, o crescimento do volume de vendas brasileiro no terceiro bimestre é inferior ao crescimento do ERJ: +2,7% (BR) e +4,8% (ERJ). No acumulado no ano até junho, o resultado nacional é ligeiramente superior ao estadual (+4,2% e +3,6%, respectivamente). No comércio varejista ampliado, resultado negativo no terceiro bimestre no Brasil (-2,6%) e crescimento quase nulo no ERJ (+0,2%); ambos em função, principalmente, de 'Veículos, motocicletas, partes e peças'. No acumulado no ano, o mesmo segmento restringiu tanto o crescimento nacional do volume de vendas (+0,1%) quanto o estadual (+2,0%).

Dos quatro segmentos citados acima, três tem crescimento superior no volume de vendas no ERJ em relação à média nacional no acumulado no ano: 'Combustíveis e lubrificantes', 'Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo' e 'Tecidos, vestuário e calçados'. Os dois primeiros, por terem apresentado resultados superiores em bimestres anteriores, fecharam o semestre à frente da média nacional. Já o terceiro segmento reverteu a situação desfavorável (e negativa) no segundo bimestre com o bom resultado no terceiro bimestre (+5,5%), suficiente para terminar o semestre positivamente e superior à média nacional, que registrou retração (+1,3% e -0,7%, respectivamente).



É importante mencionar que no 1º semestre de 2013 apenas dois segmentos registraram resultado negativo no ERJ (e nenhum considerando a média nacional): 'Móveis e eletrodomésticos' (-3,9%) e 'Tecidos, vestuário e calçados' (-0,7%). No mesmo período de 2014, tanto o ERJ quanto o Brasil registraram quatro segmentos com queda no volume de vendas, com destaque para 'Livros, jornais, revistas e papelaria' (-5,7% e -5,6%, respectivamente) e 'Veículos, motocicletas, partes e peças' (-1,2% e -7,9%, respectivamente).

Tabela 1

Volume de vendas do comércio varejista – variações em relação a igual período do ano anterior (%)

Atividade	RJ		BR	
	Junho	Jan-Jun	Junho	Jan-Jun
Combustíveis e lubrificantes	-0,3	5,2	-3,0	4,1
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	5,6	4,9	0,5	3,5
Tecidos, vestuário e calçados	10,4	1,3	-2,4	-0,7
Móveis e eletrodomésticos	-1,7	-0,2	0,1	5,1
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	3,6	4,0	7,8	10,1
Livros, jornais, revistas e papelaria	-9,1	-5,7	-12,1	-5,6
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	-2,9	-8,4	-7,0	-2,9
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	5,4	4,6	7,9	9,6
Comércio varejista	4,5	3,6	0,8	4,2
Veículos, motocicletas, partes e peças	-14,6	-1,2	-18,7	-7,9
Material de construção	-5,3	1,3	-4,6	2,0
Comércio varejista ampliado	-2,1	2,0	-6,1	0,1

Fonte: PMC/IBGE.

I.III Mercado de Trabalho

A população economicamente ativa (PEA) da região metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) cresceu 1,4% no primeiro semestre do ano, na comparação anual, o dobro do observado em 2013 (+0,7%). Este aumento no estado em 2014 é explicado pelo crescimento nos primeiros quatro meses do ano, quando a PEA cresceu 1,5%. No país, o índice para os quatro primeiros meses de 2014 mostra aumento de 1,3%, próximo ao observado no estado⁸.

Contrariamente à PEA, a população ocupada no Rio de Janeiro manteve igual no primeiro semestre de 2014, na comparação com igual período de 2013. Pode-se observar que esta manutenção é dada pela combinação entre as posições da ocupação: os postos de trabalho 'Com carteira assinada' apresentaram crescimento de 2,7% no período; já o setor informal (34% do total) apresentou queda, com empregos 'Contra própria' diminuindo 9,1% e 'Sem carteira assinada' diminuindo 1,0%. Ainda se sobressaem os postos de trabalho 'Militares ou funcionários públicos estatutários' (+4,3%).

Avaliando os setores econômicos no período, a ocupação no Rio de Janeiro foi impulsionada pelas contratações no setor 'Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde e serviços sociais' (+4,9%), correspondendo a 21% da ocupação em junho, 'Indústria extrativa e de transformação e

⁸ Os índices de maio e junho para o país não estão disponíveis.



produção e distribuição de eletricidade, gás e água' (+2,7%), correspondendo a 12%, e 'Outros serviços' (+0,1%), correspondendo a 20%. Por outro lado, os setores que apresentaram retração na ocupação foram: 'Serviços domésticos' (-7,8%), correspondendo a 6%, 'Intermediação financeira e atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados à empresa' (-3,6%), correspondendo a 15%, 'Construção' (-3,3%), correspondendo a 7%, e 'Comércio, reparação de veículos automotores e de objetos pessoais e domésticos' (-1,0%), correspondendo a 18%.

Tratando apenas dos empregos com carteira assinada, os dados do CAGED mostram que no período houve admissões líquidas no Estado do Rio de Janeiro no total de 32.850 postos, resultado inferior ao observado no ano anterior (42.063 admissões líquidas no período). Este resultado é decorrente do maior volume de desligamentos líquidos no setor 'Comércio' (-19.734). Destaca-se também o setor de 'Serviços', que no primeiro semestre de 2014 gerou menor número de desligamento (-2,2%) que em 2013, contabilizando o aumento de 33,4% nas admissões líquidas.

Quanto ao rendimento médio real – preços de julho de 2014 – dos trabalhadores na RMRJ, houve aumento real expressivo (+4,4%) no ano. É interessante observar que o rendimento médio real dos trabalhadores com carteira assinada no estado aumentou acima do total no período (+6,4%).

I.IV Inflação

Em 2014, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA no Estado do Rio de Janeiro registrou variação positiva de 0,55% e 0,40%, nos meses de maio e junho respectivamente. Em relação ao Brasil, as variações apresentadas para o mesmo período foram positivas também (+0,46% e +0,40%, respectivamente). Ressalte-se que no Rio de Janeiro o índice alcançou 4,29% no acumulado do ano, variação superior à observada no mesmo período de 2013 (+3,16%). No que tange ao Brasil, o acumulado no ano foi 3,75%.

Nos últimos 12 meses, a variação no Rio de Janeiro foi de 7,33%, abaixo dos 7,34% registrados no mesmo período de 2013, ultrapassando o teto da meta. O índice no estado ficou acima do observado no país, no mesmo período, quando a inflação foi de 6,52%. A meta estabelecida pelo Banco Central para inflação em 2014 é 4,50%, com variação de 2 p.p. para mais ou para menos. Para conter o processo inflacionário, o Comitê de Política Monetária – COPOM decidiu manter a taxa SELIC, nas últimas reuniões, em 11,00%. O fim do processo de elevação da taxa SELIC ocorreu para evitar o enfraquecimento, ainda maior, da economia do país.

Os grupos que pressionaram a inflação em junho foram Transportes (+1,2%) e Despesas Pessoais (+0,29%). O grupo Transportes foi pressionado, principalmente, pelo aumento das passagens aéreas (+33,5%), devido a maior demanda em função da Copa do Mundo de Futebol. Outro grupo afetado pela Copa do Mundo foi despesas pessoais, que teve seu índice influenciado pelo aumento de 43,52% nas diárias de hotel. Entre os grupos que ajudaram a conter a inflação no período estão Alimentação e Bebidas (+0,37%) e Saúde e Cuidados Pessoais (+0,56%), os quais apresentaram queda em seu ritmo de crescimento, e Habitação (-0,40%), que deflacionou no período.



Tabela 2
Variação do IPCA sem ajuste sazonal (%)

Índice 1º Bimestre	RJ		No ano (junho)		Em 12 meses (junho)	
	Maio	Junho	RJ	BR	RJ	BR
Índice Geral	0,55	0,40	4,29	3,75	7,33	6,52
Alimentação e bebidas	0,74	0,37	6,36	5,07	9,06	7,51
Habitação	1,17	-0,40	2,71	3,74	7,35	7,46
Artigos de Residência	1,79	0,41	3,51	3,59	9,19	7,70
Vestuário	0,80	0,79	2,35	1,55	5,61	4,73
Transportes	-0,58	1,20	4,31	1,53	5,56	3,65
Saúde e Cuidados Pessoais	1,18	0,56	4,00	4,32	6,71	6,91
Despesas Pessoais	0,12	0,29	4,43	6,02	9,52	10,36
Educação	0,20	0,12	8,06	7,34	10,16	8,55
Comunicação	0,41	0,00	-1,04	-0,99	0,40	0,40

Fonte: IPCA/IBGE

I.V Setor Externo

As exportações realizadas pelo RJ alcançaram US\$ 9,0 bilhões no ano, queda de 5,3% em relação a igual período de 2013. Este resultado se deu aumento observado em março de 2013, quando as exportações no mês totalizaram US\$ 2,7 bilhões, sendo a média dos demais meses de 2013 igual a US\$ 1,3 bilhão, abaixo à média mensal para o primeiro semestre de 2014: US\$ 1,5 bilhão. Do lado das importações, no período houve redução de entrada de mercadorias (3,3%), alcançando US\$ 10,9 bilhões. Este resultado é decorrente da diminuição das importações em março de 2014, em comparação com igual mês do ano anterior. O saldo no ano de 2014 foi de déficit de US\$ 1,9 bilhão, próximo ao obtido no mesmo período de 2013, quando o déficit foi de US\$ 1,8 bilhão.



II. Metas Bimestrais de Arrecadação e Cronograma de Desembolso do Estado do Rio de Janeiro

As receitas e metas bimestrais de arrecadação para 2014 foram divulgadas no Anexo I da Resolução SEFAZ N° 723 de Fevereiro de 2014.

- Receita Total Realizada

Bimestre: R\$ 14.192,66 milhões / 99,2% da meta realizada.

Acumulado: R\$ 41.695,12 milhões / 104,8% da meta realizada.

Tabela 3
Metas de Receita

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	META DE RECEITA (MAI - JUN) 2014	RECEITA REALIZADA (MAI - JUN) 2014	% REALIZADO SOBRE A META DO BIMESTRE	META DE RECEITA (JAN - JUN) 2014	RECEITA REALIZADA (JAN - JUN) 2014	% REALIZADO SOBRE A META ACUMULADA
RECEITAS CORRENTES (1)	11.661,76	10.509,76	90,1%	33.719,92	34.150,20	101,3%
RECEITAS DE CAPITAL (1)	2.643,58	3.682,90	139,3%	6.051,70	7.544,92	124,7%
TOTAL	14.305,33	14.192,66	99,2%	39.771,62	41.695,12	104,8%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro

Nota: Segundo artigo 13º da LRF.

(1) Valores incluem Receitas Intraorçamentárias.

As receitas correntes⁹ são os ingressos de recursos financeiros oriundos das atividades operacionais que não decorrem de uma mutação patrimonial, ou seja, são receitas efetivas.

Já as receitas de capital¹⁰ são as entradas de recursos financeiros decorrentes de atividades operacionais ou não operacionais derivadas da obtenção de recursos mediante a constituição de dívidas, amortização de empréstimos e financiamentos ou alienação de componentes do ativo permanente.

A receita total realizada no terceiro bimestre de 2014 alcançou o valor de R\$ 14.192,66 milhões (99,2% da meta prevista para o período).

No terceiro bimestre de 2014, a receita total foi de R\$ 14.192,66 milhões.

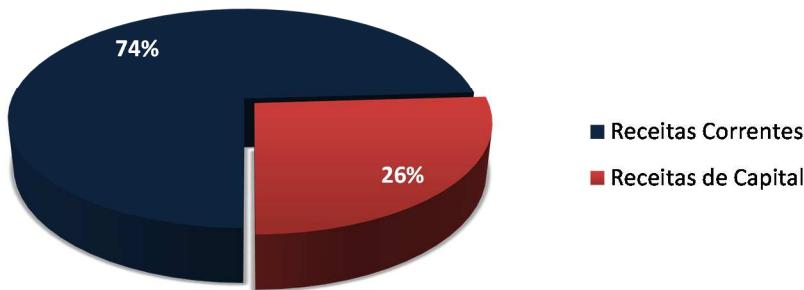
⁹ Fonte: Manual de Procedimentos de Receitas Públicas do Tesouro Nacional, página 24, 4ª Edição.

¹⁰ Fonte: Manual de Procedimentos de Receitas Públicas do Tesouro Nacional, página 27, 4ª Edição.



Gráfico 2

Composição da Receita Total 3º Bimestre



Fonte SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro

No bimestre, as receitas de capital contribuíram positivamente para o cumprimento da meta. O resultado alcançado por essas receitas foi de R\$ 3.682,90 milhões (39,3% acima da meta prevista), principalmente devido à receita de alienações de bens (+ 99.796,3%; + R\$ 3.373,06 milhões).

Já as receitas correntes realizaram R\$ 10.509,76 milhões, 90,1% da meta proposta para o bimestre. Este resultado, aquém da meta prevista, se deve principalmente ao não cumprimento da meta pelas receitas tributárias, que alcançaram 91,7% da meta estipulada. Mais explicações acerca da receita tributária na seção IV.I.1 do boletim.

No acumulado até junho, a totalidade de receitas alcançou R\$ 41.695,12 milhões, o que representou 104,8% da meta estabelecida. Pode-se observar pela tabela acima, que tanto as receitas correntes quanto as receitas de capital contribuíram para este resultado. As receitas correntes somaram R\$ 34.150,20 milhões (1,3% acima da meta) enquanto as receitas de capital R\$ 7.544,92 milhões, 24,7% acima da meta.

**- Receita Corrente Realizada**

Bimestre: R\$ 10.509,76 milhões / 90,1% da meta realizada.
Acumulado: R\$ 34.150,20 milhões / 101,3% da meta realizada.

Tabela 4
Metas de Receita

DISCRIMINAÇÃO	META DE RECEITA (MAI - JUN) 2014	RECEITA REALIZADA (MAI - JUN) 2014	% REALIZADO SOBRE A META DO BIMESTRE	META DE RECEITA (JAN - JUN) 2014	RECEITA REALIZADA (JAN - JUN) 2014	% REALIZADO SOBRE A META ACUMULADA
RECEITAS CORRENTES (1)	11.661,76	10.509,76	90,1%	33.719,92	34.150,20	101,3%
TRIBUTÁRIA	7.530,94	6.909,27	91,7%	22.566,10	21.787,56	96,5%
CONTRIBUIÇÕES	224,56	261,06	116,3%	673,24	832,08	123,6%
PATRIMONIAL	1.847,21	1.830,86	99,1%	4.280,35	4.673,18	109,2%
AGROPECUÁRIA	0,08	0,01	9,7%	0,25	0,03	12,1%
INDUSTRIAL	32,83	2,25	6,9%	98,49	52,41	53,2%
SERVIÇOS	77,40	65,55	84,7%	232,74	179,54	77,1%
TRANSF. CORRENTES	1.056,64	912,67	86,4%	3.253,14	3.082,63	94,8%
OUTRAS	307,61	382,73	124,4%	915,39	1.154,90	126,2%
INTRAORÇAMENTÁRIA	584,49	145,36	24,9%	1.700,23	2.387,87	140,4%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro

Nota: Segundo artigo 13º da LRF.

(1) Valores incluem Receitas Intraorçamentárias.

As receitas correntes são classificadas nos seguintes níveis de origem¹¹:

- Receita Tributária: Arrecadação de impostos, taxas e contribuições de melhoria.
- Receita de Contribuições: Contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas.
- Receita Patrimonial: Rendimentos sobre investimentos do ativo permanente, de aplicações de disponibilidades em operações de mercado e outros rendimentos oriundos de renda de ativos permanentes.
- Receita Agropecuária: Receita da atividade ou da exploração agropecuária de origem vegetal ou animal.
- Receita Industrial: Receita da atividade industrial de extração mineral, de transformação, de construção e outras, definidas como atividades industriais de acordo com a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

A receita corrente acumulada, no 3º bimestre de 2014 ultrapassou a meta prevista em + R\$ 430,28 milhões (+ 1,3%).

¹¹ Fonte: Manual de Procedimentos de Receitas Públicas do Tesouro Nacional, página 25, 4ª Edição.



f) Receita de Serviços: Receita da prestação de serviços de transporte, saúde, comunicação, portuária, armazenagem, inspeção e fiscalização, judiciária, processamento de dados, vendas de mercadorias e produtos inerentes à atividade da entidade e outros serviços.

g) Transferência Corrente: Ingresso proveniente de outros entes ou entidades, referente a recursos pertencentes ao ente ou entidade recebedora ou ao ente ou entidade transferidora, efetivado mediante condições preestabelecidas ou mesmo sem qualquer exigência, desde que o objetivo seja a aplicação em despesas correntes.

h) Outras Receitas Correntes: Ingressos correntes provenientes de outras origens não classificáveis nas anteriores.

No terceiro bimestre de 2014, as receitas correntes atingiram R\$ 10.509,76 milhões (90,1% em relação à meta estipulada).

A receita corrente mais significativa, como de costume, é a receita tributária. No terceiro bimestre, esta receita representou 65,7% das receitas correntes. Mesmo apresentando desempenho acima do mesmo período de 2013, a meta realizada ficou aquém da meta prevista em 8,3%, o que representa em valores monetários - R\$ 621,67 milhões.

Dentre as receitas tributárias, a receita do ICMS, principal imposto estadual, alcançou o valor de R\$ 5.049,58 milhões, representando 73,08% da receita tributária total. Mais detalhes acerca da receita tributária na seção IV.I.1 do boletim.

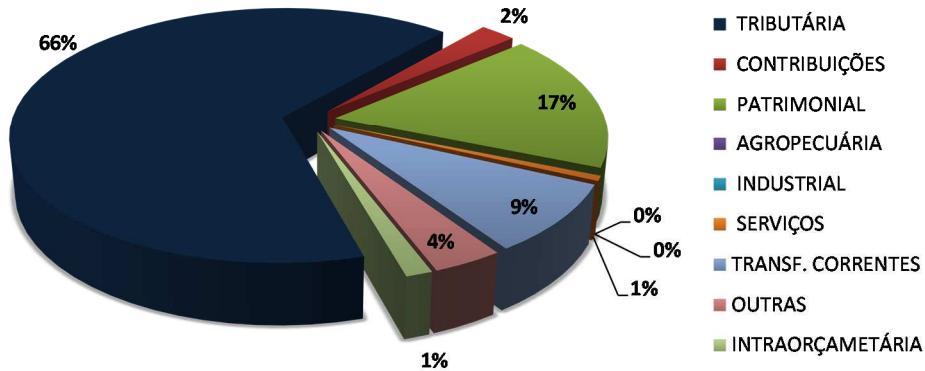
Além da receita tributária, a receita patrimonial também possui alta representatividade perante a receita total (12,9%). No bimestre, esta receita atingiu 99,1% da meta estipulada (R\$ 1.830,86 milhões), principalmente devido às receitas de participações especiais dos royalties de petróleo.

No terceiro bimestre, as receitas tributárias representaram 65,7% das receitas correntes do Estado.



Gráfico 3

Composição da Receita Corrente Realizada 3º Bimestre

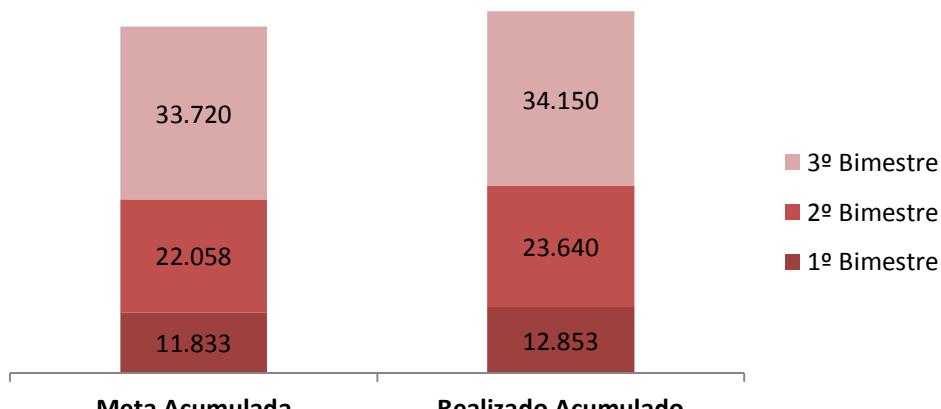


Fonte SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro

No acumulado, a receita corrente realizada superou a meta em 1,3% (+ R\$ 430,28 milhões). Têm destaque para esse desempenho: receita de contribuições (+ 23,6% acima da meta; + R\$ 158,84 milhões), receita patrimonial (+ 9,2% acima da meta; R\$ 392,83 milhões) e outras receitas correntes (+ 26,2% acima da meta ; + R\$ 239,51 milhões).

Gráfico 4

Meta acumulada (em R\$ milhões)



Mais informações sobre as Receitas Correntes na Seção IV.I deste boletim.

**- Receita de Capital Realizada**

Bimestre: R\$ 3.682,90 milhões / 139,3% da meta realizada.
Acumulado: R\$ 7.544,92 milhões / 124,7% da meta realizada.

Tabela 5
Metas de Receita

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	META DE RECEITA (MAI - JUN) 2014	RECEITA REALIZADA (MAI - JUN) 2014	% REALIZADO SOBRE A META DO BIMESTRE	META DE RECEITA (JAN - JUN) 2014	RECEITA REALIZADA (JAN - JUN) 2014	% REALIZADO SOBRE A META ACUMULADA
RECEITAS DE CAPITAL⁽¹⁾	2.643,58	3.682,90	139,3%	6.051,70	7.544,92	124,7%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2.466,34	166,33	6,7%	3.336,05	3.734,42	111,9%
ALIENAÇÃO DE BENS	3,38	3.376,44	99.796,3%	2.060,05	3.376,44	163,9%
AMORT. EMPRÉSTIMOS	34,51	43,28	125,4%	103,92	133,81	128,8%
TRANSF. CAPITAL	139,13	41,42	29,8%	550,30	125,64	22,8%
OUTRAS	0,00	0,05	0,0%	0,20	0,05	24,6%
INTRAORÇAMENTÁRIA	0,21	55,38	26.151,4%	1,18	174,56	14.763,1%
TOTAL	14.305,33	14.192,66	99,2%	39.771,62	41.695,12	104,8%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro

Nota: Segundo artigo 13º da LRF.

(1) Valores incluem Receitas Intraorçamentárias.

De acordo com a Lei nº 4.320/64, as receitas de capital são classificadas nos seguintes níveis de origem¹²:

- i. Operações de Crédito: São os ingressos provenientes da colocação de títulos públicos ou da contratação de empréstimos e financiamentos obtidos junto a entidades estatais ou privadas.
- ii. Alienação de Bens: Valores oriundos da alienação de componentes do ativo permanente.
- iii. Amortização de Empréstimos: É o ingresso decorrente da amortização, ou seja, parcela referente ao recebimento de parcelas de empréstimos ou financiamentos concedidos em títulos ou contratos.
- iv. Transferência de Capital: É o ingresso resultante de outros entes ou entidades, referente a recursos pertencentes ao ente ou entidade recebedora ou ao ente ou entidade transferidora, efetivado mediante condições preestabelecidas ou mesmo sem qualquer exigência, desde que o objetivo seja a aplicação em despesas de capital.

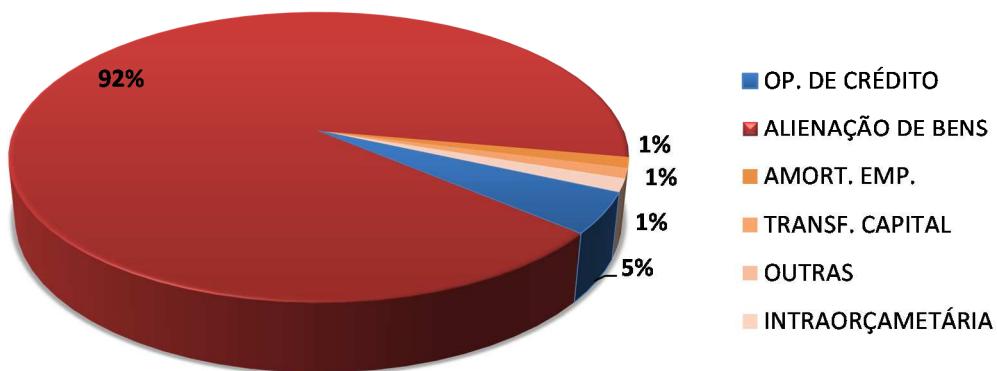
Outras Receitas de Capital: São os ingressos de capital advindos de outras origens não classificáveis nas anteriores.

¹² Fonte: Manual de Procedimentos de Receitas Públicas do Tesouro Nacional, página 28, 4ª Edição.



Gráfico 5

Composição Receita de Capital Realizada 3º Bimestre



Fonte SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro

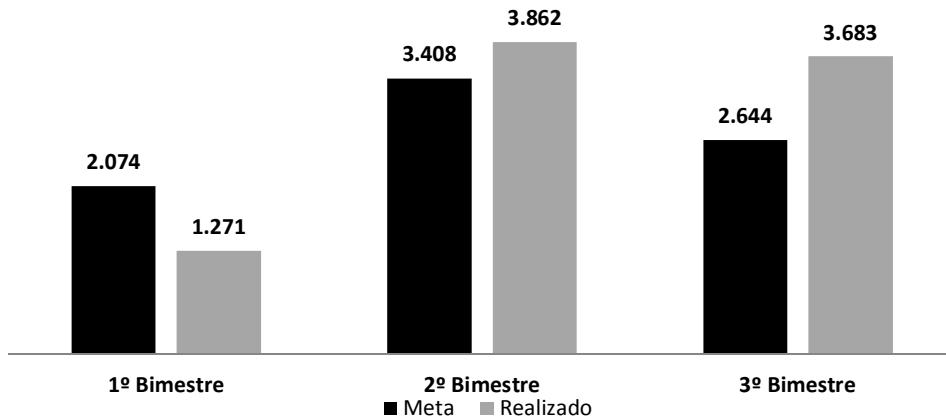
As receitas de capital, no terceiro bimestre de 2014, superaram a meta em 39,3% (+ 1.039,32 milhões). Esse resultado se deveu, principalmente, às receitas de alienações de bens, que, por si só, representaram 91,7% do total das receitas de capital. No acumulado, as receitas de capital também excederam a meta: 24,7% + R\$ 1.493,23 milhões) proveniente, também, do desempenho da receita de operações de crédito e da receita de alienação de bens.

A receita de alienações de bens, no bimestre, atingiu o valor de R\$ 3.376,44 milhões, superando a meta em 99.796,3% (+ R\$ 3.373,06 milhões). Esta receita, superior a meta estipulada, é explicada pelo ingresso financeiro da receita proveniente do RIOPREVIDÊNCIA, no valor de R\$ 3.371,00 milhões, em junho de 2014. No acumulado, a receita de alienações de bens também foi ajudada pelo ingresso financeiro da receita do RIOPREVIDÊNCIA, em que o grupo de receita superou a meta em 63,9% ou R\$ 1.316,39 milhões.

A receita de operações de crédito, nos meses de maio e junho, atingiu 6,7% da meta prevista (R\$ 166,33 milhões). Este valor, mesmo abaixo da meta, não representa efeitos negativos para o Estado, uma vez que é reflexo do cronograma de recebimento das operações de crédito. Assim, pelo acumulado, pode-se observar que a receita realizada está muito próxima da meta prevista: a receita realizada superou a meta em 11,9%, + R\$ 398,37 milhões.



Receita de Capital Acumulada 2014 Meta x Realizado (em R\$ milhões)



Fonte SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro

Outras informações sobre as receitas de capital na seção IV.II deste Boletim.

**Cronograma de Desembolso do Estado do RJ**

- Despesa Total Realizada: R\$ 36,08 bilhões / 102,3%¹³

No fim do terceiro bimestre, a dotação autorizada na Lei de Orçamento já fora suplementada em R\$ 1,65 bilhão¹⁴, aumento de 2,1%, por conta de alterações orçamentárias autorizadas, basicamente incorporação de superávit financeiro de convênios e de operações de crédito, com destinação definida, ai considerados R\$ 140 milhões de despesas intraorçamentárias.

Do total autorizado atualmente (R\$ 78,74 bilhões), R\$ 1,12 bilhão permanece contingenciado, diante da incerteza do cenário econômico nacional. O acompanhamento da receita arrecadada, aliada ao comportamento da economia do ERJ, atingida por essa realidade, orientará a adoção de medidas ao longo do exercício, no sentido de preservar o equilíbrio orçamentário e financeiro. A Tabela 6 ao lado evidencia em valores ora comentados.

Tabela 6

Valores em R\$

Lei Orçamentária do ERJ			
Análise do Orçamento ao longo do Exercício			
JANEIRO - JUNHO			
DOTAÇÃO	INICIAL	77.088.941.150	-
	ATUAL	78.741.758.924	2,1%
	DISPONÍVEL	77.621.318.845	98,58%
CONTINGENCIADO		1.120.440.079	1,42%
EXPANSÃO ORÇAMENTÁRIA		1.652.817.774	-

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 16/07/2014.

Tabela 7

R\$ Milhões

GRUPO DE DESPESA	CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - METAS DE EXECUÇÃO (art.8º/ LRF)*				
	METAS DE EXECUÇÃO**	JAN A JUN		Variação %	
	DESP. ORÇAM. REALIZADA	RP 2013 PAGO***	DESP. TOTAL REALIZADA		
PESSOAL E ENC. SOCIAIS	9.489	9.602	796	10.398	109,6%
OUTRAS DESP. CORRENTES	20.316	16.887	1.679	18.566	91,4%
INVEST /INVERSÕES	2.539	2.645	1.265	3.909	154,0%
JUROS E ENC. DA DÍVIDA / AMORTIZAÇÕES	2.944	3.209		3.209	109,0%
TOTAL	35.287	32.343	3.739	36.082	102,3%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 16/07/2014.

*Exclui CEDAE, Imprensa Oficial / Considerada a despesa paga

**Fonte: Resolução SEFAZ nº 724/2014

***Considerado apenas o pagamento de RP inscrito em 2013.

¹³ As informações representam: a execução até o bimestre e a variação percentual comparada à meta de desembolso publicada.

¹⁴ Valor exclui apenas as empresas não dependentes do ERJ.



A despesa total paga até Junho, R\$ 36,08 bilhões, superou em 2,3 a meta de R\$ 35,29 bilhões estimados no Cronograma de Desembolso do Estado, divulgado pela Resolução SEFAZ nº 174/2014 (+R\$ 794,58 milhões), que inclui o pagamento de R\$ 3,74 bilhões, referentes aos Restos a Pagar Inscritos em 2013, que requereram 10,4% do total pago.

O pagamento das despesas em Investimentos e Inversões superou a meta em R\$ 1,37 bilhão justificado em parte pelo expressivo montante adimplido de Restos a Pagar 2013, Acrescente-se ainda o pagamento de R\$ 2,64 bilhões de investimentos executados no exercício, com destaque para as obras de construção da Linha 4 – Função Transporte - que requereram R\$ 1,42 bilhão.

Nas despesas com Pessoal e Encargos Sociais, constatou-se uma realização acima da meta de R\$ 10,39 bilhões de variação positiva de 9,6% (R\$ 909,13 milhões). Nesse grupo, as maiores despesas estão registradas na Função Segurança Pública, R\$ 3,08 bilhões e na Educação, R\$ 2,30 bilhões, por conta do quantitativo de servidores, seguidas da Função Judiciária cujo gasto foi de R\$ 1,22 bilhão. O montante pago em Outras Despesas Correntes ficou abaixo da meta (-8,6% = R\$ 1,75 bilhão). Aqui inclusos os Encargos Especiais (R\$ 6,67 bilhões), despesas não discricionárias que não acarretam prestação de um serviço ou produção de um bem tais como as transferências constitucionais tributárias aos municípios.

Por fim, as despesas apuradas com o pagamento do Serviço da Dívida (Juros, Encargos da Dívida e Amortizações) apresentaram uma realização superior à meta traçada (+9,0%, ou seja, +R\$ 265 milhões), cuja base de cálculo ainda é influenciada pela receita de depósitos judiciais repassadas para o Tesouro em dezembro de 2013, para pagamento de precatórios judiciais.

As despesas realizadas no período são analisadas com maior detalhamento no item V deste Boletim.

Com uma meta de execução de R\$ 35,29 bilhões, o ERJ apresentou uma despesa total de R\$ 36,08 bilhões: 2,3% acima da meta.



III. Resultados Fiscais¹⁵

III.I Resultado Orçamentário

Bimestre: R\$ 2.137,25 milhões / + 34,0%
Acumulado: R\$ 3.997,88 milhões / + 64,8%

Tabela 8**Resultado Orçamentário**

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAI - JUN)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - JUN)		VAR %	(R\$ milhões)
	2013	2014		2013	2014		
I. RECEITA TOTAL (A)	13.445,72	14.192,66	5,6%	36.350,23	41.695,12	14,7%	
I.1 RECEITA CORRENTE	10.749,62	10.364,39	-3,6%	30.638,53	31.762,33	3,7%	
I.1.1 Tributária	6.837,60	6.909,27	1,0%	20.540,40	21.787,56	6,1%	
I.1.2 Patrimonial	1.792,19	1.830,86	2,2%	4.442,06	4.673,18	5,2%	
I.1.3 Transferências	876,39	912,67	4,1%	2.895,23	3.082,63	6,5%	
I.1.4 Demais Correntes	1.243,44	711,59	-42,8%	2.760,84	2.218,95	-19,6%	
I.2 RECEITA DE CAPITAL	2.310,93	3.627,52	57,0%	4.060,43	7.370,36	81,5%	
I.3 RECEITA INTRAORÇAMENTÁRIA	385,18	200,75	-47,9%	1.651,26	2.562,43	55,2%	
II. DESPESA TOTAL (B)	11.850,68	12.055,41	1,7%	33.924,12	37.697,2	11,1%	
II.1 DESPESA CORRENTE	9.658,93	10.056,40	4,1%	28.826,48	30.692,10	6,5%	
II.1.1 Pessoal e Enc. Sociais	4.858,14	5.191,26	6,9%	14.146,80	15.277,54	8,0%	
II.1.2 Demais Correntes	4.272,41	4.252,20	-0,5%	13.254,56	13.845,43	4,5%	
II.1.2.1 Juros e Enc. Dívida	528,37	612,95	16,0%	1.425,12	1.569,12	10,1%	
II.2 DESPESA DE CAPITAL	1.750,53	1.786,77	2,1%	3.315,69	4.469,50	34,8%	
II.2.1 Invest.	1.307,32	1.210,82	-7,4%	1.852,85	2.795,55	50,9%	
II.2.1.1 Obras e Instalações	1.169,83	942,59	-19,4%	1.494,40	2.224,32	48,8%	
II.2.1.2 Indenizações e Restituição	12,14	4,21	-65,3%	28,35	13,37	-52,8%	
II.2.1.3 Demais Investimentos	125,35	264,02	110,6%	330,10	557,86	69,0%	
II.2.2 Inv. Financ.	14,73	16,67	13,2%	57,82	33,57	-41,9%	
II.2.3 Amort. Dívida	428,48	559,28	30,5%	1.405,01	1.640,38	16,8%	
II.3 DESPESA INTRAORÇAMENTÁRIA	441,23	212,24	-51,9%	1.781,95	2.535,64	42,3%	
RES. ORÇAM. (A-B)	1.595,04	2.137,25	34,0%	2.426,10	3.997,88	64,8%	

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro

O resultado orçamentário, proveniente do balanço orçamentário, demonstra o resultado entre as receitas e despesas realizadas. O resultado da execução orçamentária pode ser superavitário ou deficitário.

No terceiro bimestre de 2014, o resultado orçamentário foi de R\$ 2.137,25 milhões, uma variação de + 34,0% (+ R\$ 542,21 milhões) frente ao mesmo período de 2013. Esse resultado pode ser explicado tanto pelo superávit corrente, quanto pelo de capital. No primeiro caso, as receitas correntes ultrapassaram as despesas correntes em R\$ 307,99 milhões, enquanto no caso do superávit de capital, as

¹⁵ O Resultado Fiscal leva em conta as despesas apuradas até o final do prazo limite para a liquidação do orçamento de alguns itens, que ocorrem em janeiro do exercício subsequente, conforme definido no Decreto nº2/2010.

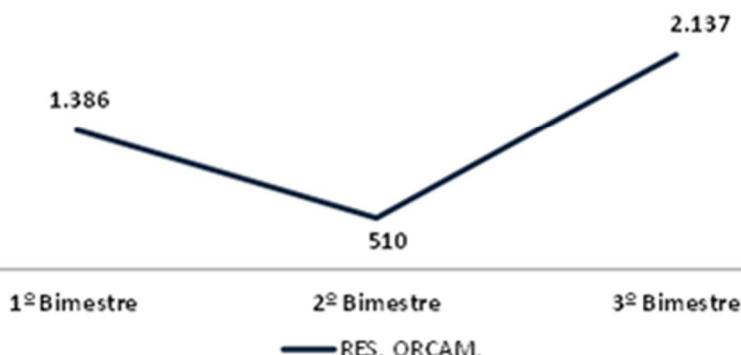


receitas de capital ultrapassaram as despesas de capital em R\$ 1.840,75 milhões.

Analisando o resultado orçamentário acumulado de 2014, observa-se uma variação de 64,8% (+ R\$ 1.571,77 milhões) com relação ao mesmo período de 2013. Este resultado é reflexo do resultado das receitas correntes e de capital, mas principalmente destas últimas.

Gráfico 6

Resultado Orçamentário (em R\$ milhões)



Fonte SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro



III.II Resultado Orçamentário sem RIOPREVIDÊNCIA

Bimestre: - R\$ 863,44 milhões / - 52,1 %
 Acumulado: R\$ 1.504,63 milhões / - 45 %

Tabela 9

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO SEM RIOPREVIDÊNCIA, 2013-2014.

Resultado Orçamentário sem o RIOPREVIDÊNCIA

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAI - JUN)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - JUN)		(R\$ milhões)
	2013	2014		2013	2014	
I. RECEITA TOTAL S/ RIOPREV. (A)	11.522,62	9.024,21	-21,7%	30.900,16	32.763,64	6,0%
II. DESPESA TOTAL S/ RIOPREV. (B)	9.864,37	9.887,64	0,2%	28.164,33	31.259,01	11,0%
RES. ORÇAMENTÁRIO S/ RIOPREV. (A-B)	1.658,25	-863,44	152,1%	2.735,84	1.504,63	-45,0%
RECEITA DO RIOPREVIDÊNCIA (C)	1.923,10	5.168,45	168,8%	5.450,06	8.931,48	63,9%
DESPESA DO RIOPREVIDÊNCIA (D)	1.986,31	2.167,77	9,1%	5.759,80	6.438,24	11,8%
RES. ORÇAM. RIO PREVIDÊNCIA (C-D)	-63,21	3.000,68	4847,1%	-309,73	2.493,24	905,0%
RES. ORÇAM. C/ RIOPREV. (A-B) + (C-D)	1.595,04	2.137,25	34,0%	2.426,10	3.997,88	64,8%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro

Analisando o resultado orçamentário, sem considerar o RIOPREVIDÊNCIA, o terceiro bimestre foi deficitário alcançando o valor de - R\$ 863,44 milhões. Nesse período, o RIOPREVIDÊNCIA foi superavitário em R\$ 3.000,68 milhões, contribuindo positivamente para o resultado orçamentário do Estado.

No acumulado, excluindo o RIOPREVIDÊNCIA da análise, observa-se que o resultado orçamentário foi superavitário em R\$ 1.504,63 milhões, com, uma variação de negativa de 45,0% em relação ao mesmo período de 2013 (- 1.231,21 milhões).

Para compreender o peso do RIOPREVIDÊNCIA no resultado orçamentário do Estado, será, a seguir, evidenciado o seu resultado orçamentário específico.

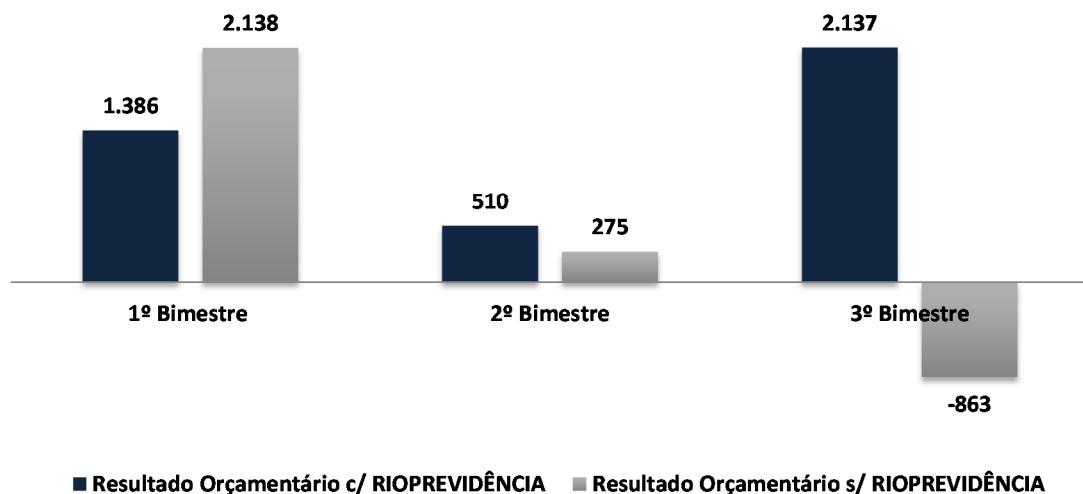
Pela tabela acima, observa-se que, no bimestre, as receitas do RIOPREVIDÊNCIA, atingiram o valor de R\$ 5.168,45 milhões enquanto as despesas obtiveram o valor de R\$ 2.167,77 milhões, ocasionando um superávit orçamentário de R\$ 3.000,68 milhões. Ao comparar o resultado orçamentário do RIOPREVIDÊNCIA entre 2013 e 2014, observa-se a variação (+ 4.847,1%), sendo explicada pelo ingresso financeiro da receita proveniente de alienação de ativos do RIOPREVIDÊNCIA, no valor de R\$ 3.371 milhões.

O resultado orçamentário do RIOPREVIDÊNCIA teve superávit de R\$ 3.000,68 milhões no terceiro bimestre de 2014.



Gráfico 7

Comparação Resultado Orçamentário (em milhões)



Fonte SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro

**III.III Resultado Primário¹⁶**

Bimestre: - R\$ 407,27 milhões / - 194,6%
Acumulado: - R\$ 467,51 milhões / - 134,7%

Tabela 10

RESULTADO PRIMÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2012-2013.

Resultado Primário

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAI - JUN)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - JUN)		(R\$ milhões)
	2013	2014		2013	2014	
RECEITAS TOTAL	13.445,72	14.192,66	5,6%	36.350,23	41.695,12	14,7%
RECEITAS FINANCEIRAS	2.177,44	3.728,23	71,2%	4.038,51	7.648,11	89,4%
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	385,18	200,75	-47,9%	1.651,26	2.562,43	55,2%
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (A)	10.883,11	10.263,68	-5,7%	30.660,45	31.484,58	2,7%
DESPESAS TOTAL	11.850,68	12.055,41	1,7%	33.924,12	37.697,24	11,1%
DESPESAS FINANCEIRAS	956,86	1.172,22	22,5%	2.830,13	3.209,51	13,4%
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	441,23	212,24	-51,9%	1.781,95	2.535,64	42,3%
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (B)	10.452,60	10.670,95	2,1%	29.312,04	31.952,09	9,0%
RESULTADO PRIMÁRIO (A-B)	430,51	-407,27	-194,6%	1.348,41	-467,51	-134,7%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro

O resultado primário mede o comportamento fiscal do governo no período, representando a diferença entre as receitas não financeiras e as despesas não financeiras.

O resultado primário no terceiro bimestre de 2014 foi de - R\$ 407,27 milhões, no bimestre e de - R\$ 467,51 milhões, no acumulado. Este valor é decorrente da prevalência das despesas primárias ou, despesas não financeiras, frente às receitas primárias ou não financeiras. As despesas primárias alcançaram o montante de R\$ 10.670,95 milhões no bimestre enquanto as receitas primárias atingiram o valor de R\$ 10.263,68 milhões.

No acumulado, observa-se que as receitas primárias totais obtiveram uma variação positiva frente a 2013 (+ R\$ 824,13 ; + 2,7%), porém mesmo com a variação positiva, ainda não foi suficiente para o resultado primário acumulado ser superavitário, uma vez que as despesas primárias cresceram em maior proporção (+ 9% ou + R\$ 2.460,05 milhões).

A variação acumulada da receita primária de 2014 quando comparado ao de 2013 foi de 2,7% (+ 824,13 R\$ milhões).

¹⁶ O resultado primário aqui, diferente do que ocorre no governo federal, é apurado pelo valor liquidado, e não pelo empenhado.

**Resultado Primário excluindo Rioprevidência**

Bimestre: R\$ 87,81 milhões / - 88,1%
 Acumulado: + 2.691,75 milhões / - 32%

Tabela 11

RESULTADO PRIMÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO SEM RIOPREVIDÊNCIA, 2012-2013.

Resultado Primário excluindo RIOPREVIDÊNCIA

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAI - JUN)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - JUN)		(R\$ milhões)
	2013	2014		2013	2014	
RECEITAS TOTAL S/ RIOPREVIDÊNCIA	11.522,62	9.024,21	-21,7%	30.900,16	32.763,64	6,0%
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL S/ RIOPREV. (A)	9.205,16	8.582,10	-6,8%	27.515,26	28.195,60	2,5%
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL S/ RIOPREV. (B)	8.469,61	8.494,29	0,3%	23.554,16	25.503,85	8,3%
RESULTADO PRIMÁRIO S/ RIOPREV.(A-B)	735,55	87,81	-88,1%	3.961,10	2.691,75	-32,0%
RESULTADO PRIMÁRIO DO RIOPREV.	-296,88	-485,54	-38,9%	-2.602,05	-3.147,37	-17,3%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro

A análise do resultado primário desconsiderando o RIOPREVIDÊNCIA nos mostra que, no bimestre, sem este órgão, o resultado primário teria atingido um valor positivo de R\$ 87,81 milhões, porém com uma variação negativa de 88,1% frente ao mesmo período de 2013. Já em relação ao acumulado, o mesmo efeito é observado: o resultado primário sem o RIOPREVIDÊNCIA assumiria um valor positivo de R\$ 2.691,75 milhões, também com uma variação negativa frente a 2013 de - R\$ 1.269,35 milhões (- 32,0%).

O resultado primário bimestral do RIOPREVIDÊNCIA foi deficitário no valor de R\$ 485,54 milhões. Desta forma, fica evidente o efeito negativo do RIOPREVIDÊNCIA, afetando o resultado primário total do Estado.

Com relação ao resultado primário acumulado, observa-se o grande impacto que o órgão tem sobre o resultado do estado: desconsiderando seu efeito no resultado primário, este seria de R\$ 2.691,75 milhões (variando -32% em relação ao ano anterior). O resultado primário do RIOPREVIDÊNCIA, até o mês de junho, é negativo em R\$ 3.147,37 milhões (- 17,3%).

O resultado primário do Estado sem considerar o RIOPREVIDÊNCIA, no bimestre, seria positivo no valor de R\$ 87,81 milhões.

IV. Receita Estadual¹⁷

Bimestre: R\$ 14.192,66 milhões / + 5,6%¹⁸
 Acumulado: R\$ 41.695,12 milhões / + 14,7%¹⁹

Tabela 12
 DECOMPOSIÇÃO DA RECEITA POR NATUREZA, 2013-2014.

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAI - JUN)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - JUN)		VAR %	(R\$ milhões)
	2013	2014		2013	2014		
TRIBUTÁRIA	6.837,60	6.909,27	1,0%	20.540,40	21.787,56	6,1%	
CONTRIBUIÇÕES	200,70	261,06	30,1%	690,93	832,08	20,4%	
PATRIMONIAL	1.792,19	1.830,86	2,2%	4.442,06	4.673,18	5,2%	
AGROPECUÁRIA	0,01	0,01	-1,9%	0,04	0,03	-21,1%	
INDUSTRIAL	103,21	2,25	-97,8%	103,35	52,41	-49,3%	
DE SERVIÇOS	-18,44	65,55	455,4%	183,28	179,54	-2,0%	
TRANSF. CORRENTES	876,39	912,67	4,1%	2.895,23	3.082,63	6,5%	
OUTRAS CORRENTES	957,96	382,73	-60,0%	1.783,24	1.154,90	-35,2%	
TOTAL	10.749,62	10.364,39	-3,6%	30.638,53	31.762,33	3,7%	
REC. CAPITAL	2.310,93	3.627,52	57,0%	4.060,43	7.370,36	81,5%	
REC. INTRAORÇAMENTÁRIA	385,18	200,75	-47,9%	1.651,26	2.562,43	55,2%	
Total	13.445,72	14.192,66	5,6%	36.350,23	41.695,12	14,7%	

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 28/07/2014.

No terceiro bimestre de 2014, as Receitas Estaduais totalizaram, R\$ 14.192,66 milhões – acréscimo de R\$ 746,94 milhões (+ 5,6%) em relação ao arrecadado no mesmo período de 2013.

O resultado positivo é reflexo, principalmente, do acréscimo de 57,0% da Receita Capital (+ R\$ 1.316,59 milhões), com destaque para Alienação de Bens, responsável, pelo aumento de R\$ 3.375,09 milhões (+ 249.032,7%), apesar do decréscimo de 91,5% ocorrido nas Operações de Crédito (- R\$ 1.800,13 milhões), conforme apresentado a seguir na Seção IV.II.

A Receita Corrente, neste bimestre, apresentou desempenho negativo, com decréscimo de R\$ 385,22 milhões (- 3,6%), fruto da redução de 97,8% (- R\$ 100,96 milhões) da Receita Industrial e de 60,0% (- R\$ 575,23 milhões) em Outras Receitas Correntes, gerando, em conjunto, uma redução de R\$ 676,19,34 milhões, que serão pormenorizadas na Seção IV.I.

No terceiro bimestre de 2014, as Receitas de Capital apresentaram crescimento de R\$ 1.316,59 milhões (+57,0%) em oposição às Receitas Correntes, que decresceram 3,6% (- R\$ 385,22 milhões), comparadas ao mesmo período do ano passado. Destacaram-se, dentre as Receitas de Capital, receitas originadas pelas Alienações de Bens.

¹⁷ Desta seção em diante, todas as tabelas levam em consideração as Receitas e Despesas do RIOPREVIDÊNCIA.

¹⁸ As informações representam: a arrecadação no período; e a variação percentual comparado ao mesmo período do ano anterior.
¹⁹ As informações representam: a arrecadação no período; e a variação percentual comparado ao mesmo período do ano anterior.



No acumulado, percebe-se um acréscimo de R\$ 5.344,89 (+ 14,7%) nas receitas totais, atingindo um valor total de R\$ 41.695,12 milhões, suportado pelo aumento de 81,5% (+ R\$ 3.309,93 milhões) nas Receitas de Capital, com destaque, também, para Alienação de Bens, representando um aumento de R\$ 2.370,51 milhões (+ 235,7%), e pelas Operações de Crédito, que, no acumulado, mostram acréscimo de 40,4% (+ R\$ 1.074,52 milhões).



IV.I Receitas Correntes

Bimestre: R\$ 10.364,39 milhões / -3,6%
 Acumulado: R\$ 31.762,33 milhões / + 3,7%

Tabela 13
 DECOMPOSIÇÃO DA RECEITA POR NATUREZA, 2013-2014.

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAI - JUN)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - JUN)		VAR %
	2013	2014		2013	2014	
TRIBUTÁRIA	6.837,60	6.909,27	1,0%	20.540,40	21.787,56	6,1%
CONTRIBUIÇÕES	200,70	261,06	30,1%	690,93	832,08	20,4%
PATRIMONIAL	1.792,19	1.830,86	2,2%	4.442,06	4.673,18	5,2%
AGROPECUÁRIA	0,01	0,01	-1,9%	0,04	0,03	-21,1%
INDUSTRIAL	103,21	2,25	-97,8%	103,35	52,41	-49,3%
DE SERVIÇOS	-18,44	65,55	455,4%	183,28	179,54	-2,0%
TRANSF. CORRENTES	876,39	912,67	4,1%	2.895,23	3.082,63	6,5%
OUTRAS CORRENTES	957,96	382,73	-60,0%	1.783,24	1.154,90	-35,2%
REC. CORRENTES	10.749,62	10.364,39	-3,6%	30.638,53	31.762,33	3,7%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 28/07/2014.

A Receita de Serviços e a Receita Tributária foram os principais destaques com aumentos de R\$ 83,99 milhões (+ 455,4%) e R\$ 71,67 milhões (+ 1,0%), respectivamente, no 3º bimestre em relação ao mesmo período de 2013. O outro destaque foi a Receita de Contribuições que cresceu 30,1% (+ R\$ 60,35 milhões).

Outras Receitas Correntes, por sua vez, atenuou o crescimento das Receitas Correntes, apresentando queda de 60,0% (- R\$ 575,23 milhões) em relação ao mesmo período de 2013, resultando na queda bimestral das Receitas Correntes em 3,6% (- R\$ 385,22 milhões).

A Receita Industrial apresentou um comportamento semelhante a Outras Receitas Correntes, com uma redução de 97,8% (- R\$ 100,96 milhões) no terceiro bimestre de 2014, totalizando R\$ 2,25 milhões.

No acumulado, percebe-se acréscimo de R\$ 1.123,79 milhões (+ 3,7%) nas Receitas Correntes, atingindo um valor total de R\$ 31.762,33 milhões, proporcionado, principalmente, pelo acréscimo de 6,1% (+ R\$ 1.247,16 milhões) na Receita Tributária, de 5,2% (+ R\$ 231,12 milhões) na Receita Patrimonial e de 20,4% (+ R\$ 141,15 milhões) nas Receitas de Contribuições. As quedas de 49,3% (- R\$

No terceiro bimestre de 2014, destacou-se, dentre as Receitas Correntes, as Receitas de Serviços, crescendo 455,4% (+ R\$ 83,99 milhões).



50,94 milhões) e 35,2% (- R\$ 628,34 milhões) na Receita Industrial e em Outras Receitas Correntes, respectivamente, apresentaram-se como os principais fatores que frearam o resultado acumulado das Receitas Correntes.

**IV.I.1 Receita Tributária**

Bimestre: R\$ 6.909,27 milhões / +1,0%
Acumulado: R\$ 21.787,56 milhões / + 6,1%

Tabela 14
RECEITA TRIBUTÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2013/2014.

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAI - JUN)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - JUN)		VAR %
	2013	2014		2013	2014	
RECEITA TRIBUTÁRIA	6.837,60	6.909,27	1,0%	20.540,40	21.787,56	6,1%
ICMS	5.157,42	5.049,58	-2,1%	14.964,97	15.871,81	6,1%
Adicional do ICMS	464,35	472,62	1,8%	1.375,38	1.461,92	6,3%
IRRF	556,21	820,16	47,5%	1.191,92	1.390,72	16,7%
IPVA	174,92	185,90	6,3%	1.588,76	1.678,99	5,7%
ITD	92,53	89,95	-2,8%	251,98	273,80	8,7%
Taxas	392,17	291,05	-25,8%	1.167,40	1.110,33	-4,9%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 28/07/2014.

A Receita Tributária arrecadada no terceiro bimestre de 2014 cresceu 1,0% (+ R\$ 71,67 milhões) em comparação ao mesmo período de 2013, sendo este resultado influenciado, principalmente, pela arrecadação de IRRF, com um acréscimo de R\$ 263,95 (+ 47,5%). A arrecadação do IPVA, embora bem menos influente, também contribuiu positivamente para o resultado bimestral com um acréscimo de R\$ 10,99 milhões (+ 6,3%).

Já o ITD e Taxas apresentaram queda na arrecadação comparativamente ao 3º bimestre de 2013, sendo que Taxas foi o principal tributo que abrandou a arrecadação tributária nesse bimestre em 2014 com o decréscimo de 25,8% (- R\$ 101,12 milhões).

No acumulado a Receita Tributária mostrou um desempenho crescente (+ 6,1%), totalizando R\$ 21.787,56 milhões, representando um acréscimo de R\$ 1.247,16 milhões na arrecadação. A arrecadação de Taxas foi a única a apresentar retração no resultado acumulado em comparação com o mesmo período de 2013, apresentando uma queda de 4,9% (- R\$ 57,06 milhões).

**– Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS):**

Bimestre: R\$ 5.049,58 milhões / - 2,1%
Acumulado: R\$ 15.871,81 milhões / + 6,1%

A arrecadação de ICMS apresentou queda no terceiro bimestre de 2014, com uma redução de 2,1% (- R\$ 107,84 milhões) em relação ao mesmo período do ano passado. Os setores que influenciaram negativamente o resultado, foram Mercados, Lojas e Magazines; Metalurgia e Siderurgia; Petróleo, Combustíveis e Gás Natural; Telecomunicações e Veículos Automotores. Já os setores de Alimentação; Energia Elétrica; Bebidas e Têxtil e Vestuário, apresentaram crescimento na arrecadação.

No acumulado a arrecadação apresentou um desempenho positivo (+ 6,1%; + R\$ 906,84 milhões), atingindo a marca de R\$ 15.871,81 milhões, sendo que o setor econômico de Alimentação liderou no crescimento da arrecadação, seguido por Energia Elétrica; Bebidas e Petróleo, Combustíveis e Gás Natural que também se destacaram com apresentando resultados positivos significativos. As exceções mais importantes ocorrem nas atividades de Mercados, Lojas e Magazines, Metalurgia e Siderurgia e Telecomunicações que, analogamente ao resultado bimestral, apresentaram queda no acumulado.

Os desempenhos do ICMS serão detalhados na seção IV.I.1.1.

- Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA²⁰):

Bimestre: R\$ 185,90 milhões / + 6,3%
Acumulado: R\$ 1.678,99 milhões / + 5,7%

Devido ao seu comportamento sazonal significativo, o IPVA se consolida nos quatro primeiros meses do ano, e o impacto de janeiro e fevereiro reflete sobre o ano todo.

No terceiro bimestre de 2014 foi iniciada a análise e cobrança dos créditos referente à operação “Gato Mestre” do Ministério Público do Rio de Janeiro (MP-RJ), iniciada em outubro de 2013, que teve como objetivo cumprir mandados de busca e apreensão, decorrentes de

O decréscimo do ICMS (-R\$ 107,84 milhões, -2,1%) e da arrecadação de Taxas (- R\$ 101,12 milhões; - 25,8%) foram os principais componentes para o decréscimo da arrecadação tributária no terceiro bimestre de 2014.

No acumulado, a arrecadação de ICMS apresentou um acréscimo de 6,1% (+ R\$ 906,84 milhões) comparativamente ao mesmo período de 2013, com destaque para o setor de Alimentação.

²⁰ De forma geral, a receita de IPVA fica concentrada amplamente nos primeiros meses do ano, quando do vencimento das placas dos veículos usados. No restante do ano, a receita provém principalmente do pagamento do IPVA dos veículos novos, do pagamento de débitos atrasados dos veículos usados e das eventuais cobranças coletivas organizadas pela SEFAZ-RJ.



investigação que apura os crimes de sonegação fiscal do IPVA, formação de quadrilha e inserção de dados falsos em sistema de informações. Os sonegadores, proprietários dos veículos que participaram da fraude, começaram a ser identificados e notificados pela Secretaria de Estado de Fazenda do Rio e terão que pagar todo o imposto devido por meio de guias de recolhimento.

Nesse contexto, um incremento de receita nesses meses começa a surgir e deverá se prolongar durante o próximo bimestre.

Além disso, o vencimento do imposto sobre tratores ocorreu em maio, junho e se prolonga até julho. Foi, também, alterada a fórmula de definição de valor venal desse tipo de veículo no segundo semestre de 2013, resultando num incremento na arrecadação de IPVA-tratores refletindo-se no 3º bimestre de 2014.

No acumulado, a arrecadação apresentou um acréscimo de 5,7% (+ R\$ 90,22 milhões) em relação ao mesmo período de 2013, devido, em grande parte, ao efeito combinado das ações executadas no bimestre em tela e ao acréscimo de arrecadação no primeiro bimestre, produzido pelos estímulos à quitação integral em cota única oferecidos nesse período, já comentados nos boletins anteriores.

A arrecadação de IPVA no terceiro bimestre de 2014 apresenta um acréscimo (+ 6,3%) em relação ao mesmo bimestre de 2013. No mesmo sentido, o resultado acumulado apresenta crescimento (+ 5,7%) em relação ao mesmo período de 2013, totalizando R\$ 1.678,99 milhões, reflexo do efeito combinado de ações arrecadatórias praticadas durante 2014.

– Imposto de Renda (IRRF):

Bimestre: R\$ 820,16 milhões / + 47,5%

Acumulado: R\$ 1.390,72 milhões / + 16,7%

Houve um incremento na arrecadação de 47,5% (+ R\$ 263,95 milhões), comparativamente ao terceiro bimestre de 2013, devido à normalização do fluxo de repasses do RIOPREVIDENCIA, cuja redução nos bimestres anteriores foi indispensável ao seu equilíbrio financeiro para cumprir o pagamento de inativos e pensionistas.

No acumulado também ocorreu um acréscimo de 16,7% (+ R\$ 198,80 milhões), sinalizando a tendência de regularização desse ingresso durante os próximos meses.



– Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e por Doação (ITD):

Bimestre: R\$ 89,95 milhões / - 2,8%

Acumulado: R\$ 273,80 milhões / + 8,7%

A arrecadação decresceu no 3º bimestre de 2014, em comparação com o mesmo período de 2013, apresentando uma redução de 2,8% na arrecadação (- R\$ 2,58 milhões), totalizando R\$ 89,95 milhões. Considera-se como uma das causas para a queda da receita do ITD, a quantidade de dias úteis nesse bimestre em função dos feriados da Copa do Mundo de Futebol 2014.

No acumulado, a arrecadação apresenta desempenho positivo. O esforço arrecadatório, no último bimestre de 2013, que resultou na efetivação de um grande número de lançamentos do ITD e que refletiram positivamente no resultado do 1º e 2º bimestres de 2014, sustentaram a variação positiva de 8,7% (+ R\$ 21,82 milhões) até o final do 3º bimestre em relação ao mesmo período acumulado de 2013, totalizando R\$ 273,80 milhões.

– **Taxas:**

Bimestre: R\$ 291,05 milhões / - 25,8%
 Acumulado: R\$ 1.110,33 milhões / - 4,9%

Tabela 15

RECEITA DE TAXAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2013/2014.

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAI - JUN)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - JUN)		VAR %
	2013	2014		2013	2014	
Taxas	392,17	291,05	-25,8%	1.167,40	1.110,33	-4,9%
Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	43,13	43,18	0,1%	288,83	291,73	1,0%
Taxa de Controle e Fiscalização do Trânsito ⁽¹⁾	36,39	36,10	-0,8%	268,43	269,68	0,5%
Outras	6,74	7,08	5,0%	20,40	22,05	8,1%
Taxas pela Prestação de Serviços	349,03	247,87	-29,0%	878,56	818,60	-6,8%
Emolumentos e Custas Judiciais	78,14	69,15	-11,5%	217,15	205,32	-5,4%
Emolumentos e Custas Extrajudiciais	65,08	66,93	2,8%	161,33	193,40	19,9%
Outras Taxas pela Prestação de Serviços	205,81	111,80	-45,7%	500,08	419,88	-16,0%
Taxa de Serviços de Trânsito ⁽¹⁾	97,02	100,65	3,7%	351,83	379,16	7,8%
Outras	108,79	11,14	-89,8%	148,25	40,73	-72,5%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 28/07/2014.

Nota: (1) Taxas do DETRAN

A arrecadação de Taxas apresentou um decréscimo de 25,8% (- R\$ 101,12 milhões) em relação ao terceiro bimestre de 2013, totalizando R\$ 291,05 milhões.

O decréscimo bimestral de R\$ 101,12 milhões, em relação ao 3º bimestre de 2013, foi resultado, da queda na arrecadação apresentada pela Taxa de Prestação de Serviços (- 29,0%), sendo a Taxa de Prevenção e Extinção de Incêndios, aqui incluída em Outras Taxas de Prestação de Serviços, responsável, por si só, por uma queda de R\$ 97,47 milhões.

No acumulado, o resultado também apresentou redução (- 4,9%) com decréscimo de R\$ 57,06 milhões, totalizando R\$ 1.110,33 milhões, também influenciado pela queda na arrecadação apresentada pela Taxa de Prestação de Serviços (- 6,8%; - R\$ 59,96 milhões). A Taxa de Prevenção e Extinção de Incêndio, incluída em Outras Taxas de Prestação de Serviços, da mesma forma que no resultado bimestral, foi responsável pela maior parte dessa queda.



IV.I.1.1 Arrecadação de ICMS comparativo do Estado por Setor Econômico

Tabela 16

ARRECADAÇÃO DE ICMS POR ATIVIDADE ECONÔMICA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - BIMESTRAL E ACUMULADO 2013/2014

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAI - JUN)		PART % 2014	VAR % 14/13	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - JUN)		PART % 2014	VAR % 14/13	R\$ milhões
	2013	2014			2013	2014			
	224,30	371,10	7,3%	65,5%	695,10	1.141,49	7,2%	64,2%	
Alimentação	236,37	248,17	4,9%	5,0%	713,39	867,83	5,5%	21,6%	
Bebidas	62,35	55,36	1,1%	-11,2%	169,50	182,47	1,1%	7,7%	
Borracha e plástico	92,76	108,55	2,1%	17,0%	285,95	314,18	2,0%	9,9%	
Comunicação e informação	161,64	162,46	3,2%	0,5%	469,32	500,58	3,2%	6,7%	
Construção civil	19,08	19,65	0,4%	3,0%	57,11	64,95	0,4%	13,7%	
Editorial, gráfica e publicidade	140,51	121,77	2,4%	-13,3%	355,69	435,22	2,7%	22,4%	
Eletroeletrônicos	462,55	581,79	11,5%	25,8%	1.731,15	1.947,67	12,3%	12,5%	
Energia elétrica	28,54	33,45	0,7%	17,2%	95,78	106,07	0,7%	10,7%	
Informática e óptico	134,51	143,68	2,8%	6,8%	399,31	444,43	2,8%	11,3%	
Madeira, papel e fumo	55,21	53,32	1,1%	-3,4%	158,14	167,14	1,1%	5,7%	
Máquinas e equipamentos em geral	35,12	37,34	0,7%	6,3%	99,13	109,57	0,7%	10,5%	
Médico-hospitalar e odontologia	232,00	192,03	3,8%	-17,2%	800,66	626,11	3,9%	-21,8%	
Mercados, lojas e magazines	199,15	165,17	3,3%	-17,1%	589,44	501,36	3,2%	-14,94%	
Metalurgia e siderurgia	41,94	45,92	0,9%	9,5%	135,34	141,29	0,9%	4,4%	
Móveis e utensílios	167,28	171,22	3,4%	2,4%	461,99	473,13	3,0%	2,4%	
Perfumaria, cosméticos e higiene pessoal	1.286,26	1.029,79	20,4%	-19,9%	3.137,37	3.253,02	20,5%	3,7%	
Petróleo, combustíveis e gás natural	181,48	173,24	3,4%	-4,5%	535,62	519,26	3,3%	-3,1%	
Produtos farmacêuticos e farmoquímicos	155,05	139,90	2,8%	-9,8%	462,33	423,85	2,7%	-8,3%	
Química e petroquímica	664,16	605,19	12,0%	-8,9%	1.948,22	1.852,91	11,7%	-4,9%	
Telecomunicações	152,85	184,87	3,7%	21,0%	535,77	596,93	3,8%	11,4%	
Têxtil e vestuário	104,65	105,61	2,1%	0,9%	296,87	314,13	2,0%	5,8%	
Transportes gerais e armazenagem	238,57	210,66	4,2%	-11,7%	608,64	668,41	4,2%	9,8%	
Veículos automotores	81,09	89,33	1,8%	10,2%	223,15	219,81	1,4%	-1,5%	
Total das atividades econômicas	5.157,42	5.049,58	100,0%	-2,1%	14.964,97	15.871,81	100,0%	6,1%	

(*) Houve reclassificação de algumas empresas.

Na distribuição setorial da arrecadação do ICMS, destacam-se positivamente, no 3º bimestre de 2014, os setores de Alimentação; Energia Elétrica; Bebidas e Têxtil e Vestuário, que apresentaram crescimento na arrecadação comparativamente ao mesmo período de 2013. Os setores que influenciaram negativamente o resultado bimestral e prevaleceram, levando a uma queda de 2,1%, foram: Mercados, Lojas e Magazines; Metalurgia e Siderurgia; Petróleo, Combustíveis e Gás Natural; Telecomunicações e Veículos Automotores.

No acumulado a arrecadação apresentou um desempenho positivo, de 6,1%, tendo o setor econômico de Alimentação liderado a variação da arrecadação, seguido por Energia Elétrica; Bebidas e Petróleo, Combustíveis e Gás Natural que também se destacaram apresentando resultados positivos. Em oposição, as atividades de Mercados, Metalurgia e Siderurgia, Lojas e Magazines e Telecomunicações, analogamente ao resultado bimestral, apresentaram queda no resultado acumulado.



A seguir, é apresentada uma análise pormenorizada dos setores econômicos acima mencionados.

Alimentação:

Bimestre: R\$ 371,10 milhões / + 65,5%

Acumulado: R\$ 1.141,49 milhões / + 64,2%

O comércio atacadista de produtos alimentícios em geral e os efeitos da substituição tributária no grupo, cuja característica é promover a retenção do imposto no início da cadeia (normalmente indústria e comércio atacadista), foram os principais responsáveis pela alta na arrecadação deste setor que, no 3º bimestre de 2014. Este cresceu 65,5% (+ R\$ 146,80 milhões) em relação ao mesmo período de 2013.

No acumulado, essa atividade econômica alcançou R\$ 1.141,49 milhões de arrecadação de ICMS e cresceu 64,2% (+ R\$ 446,39 milhões), relação a 2013, principalmente pelos efeitos da substituição tributária no grupo.

- Bebidas:

Bimestre: R\$ 248,17 milhões / + 5,0%

Acumulado: R\$ 867,83 milhões / + 21,6%

O setor de Bebidas apresentou um acréscimo de 5,0% (+ R\$ 11,80 milhões) em relação ao terceiro bimestre de 2013, totalizando R\$ 248,17 milhões de arrecadação de ICMS.

As atividades econômicas industriais de fabricação de cervejas e chopes, que também são submetidas ao regime de substituição tributária foram as que mais se destacaram em sua cadeia produtiva, representando quase 60% do segmento, influenciando o resultado bimestral e acumulado.

No acumulado, houve crescimento de 21,6% (+ R\$ 154,44 milhões) em relação ao mesmo período de 2013, totalizando R\$ 867,83 milhões arrecadados.

No 3º bimestre de 2014, o setor de Alimentação, que é influenciado pelos efeitos da substituição tributária, apresentou um crescimento de 65,5% (+ R\$ 146,80 milhões) na arrecadação de ICMS, liderando o crescimento da arrecadação dos setores econômicos.

No acumulado, o setor Alimentação também apresentou resultado positivo (+62,4%), totalizando R\$ 1.141,49 milhões arrecadados.



- Energia Elétrica:

Bimestre: R\$ 581,79 milhões / + 25,8%
Acumulado: R\$ 1.947,67 milhões / + 12,5%

No 3º bimestre, o segmento de Energia Elétrica apresentou acréscimo de 25,8% (+ R\$ 119,24 milhões) em relação ao mesmo período de 2013, atingindo o valor de R\$ 581,79 milhões arrecadados. A alta deve-se, principalmente, à atividade econômica de distribuição de energia, que representou aproximadamente 86% da arrecadação dessa atividade econômica e apresentou um crescimento de aproximadamente 81% em maio. Esse crescimento é sustentado pelas mudanças impostas pelo Governo Federal que afetaram a base de cálculo do ICMS deste setor em 2013.

No acumulado, houve acréscimo de 12,5% (+ R\$ 216,51 milhões), comparados ao mesmo período de 2013, atingindo um total de R\$ 1.947,67 milhões em 2014, evidenciando a continuidade dos efeitos das mudanças impostas pelo Governo Federal que afetaram a base de cálculo do ICMS em 2013, que têm influenciado positivamente a arrecadação desse setor a partir do bimestre passado.

- Têxtil e Vestuário:

Bimestre: R\$ 184,87 milhões / + 21,0%
Acumulado: R\$ 596,93 milhões / + 11,4%

O setor apresentou um aumento de 21,0% (+ R\$ 32,02 milhões) em relação ao terceiro bimestre de 2013, totalizando uma arrecadação de R\$ 184,87 milhões, impulsionada pela atividade de comércio varejista de artigos de vestuário e acessórios.

No acumulado, essa atividade econômica, impulsionada pelo comércio varejista de artigos de vestuário e acessórios que tem influído significativamente nessa atividade desde o 1º bimestre de 2014, apresentou um crescimento de 11,4% (+ R\$ 61,17 milhões) em relação ao mesmo período de 2013, arrecadando R\$ 596,93 milhões em 2014.



- Veículos Automotores:

Bimestre: R\$ 210,66 milhões / - 11,7%
Acumulado: R\$ 668,41 milhões / + 9,8%

No bimestre houve decréscimo de 11,7% (- R\$ 27,91 milhões) na arrecadação em relação ao mesmo período de 2013. Tal desempenho foi influenciado, principalmente, pela desaceleração na indústria de fabricação de automóveis, camionetas e utilitários, embora o setor de comércio atacadista de automóveis, caminhonetes e utilitários e a substituição tributária externa tenham apresentado crescimento na arrecadação de ICMS do setor.

No acumulado, o crescimento apresentado foi de 9,8% (+ R\$ 59,77 milhões) em relação a 2013, totalizando R\$ 668,41 milhões. A desaceleração na indústria de fabricação de automóveis, camionetas e utilitários atenuou a influência positiva que o setor de comércio atacadista de automóveis, caminhonetes e utilitários exerce desde o 1º bimestre do presente exercício.

- Mercado, Lojas e Magazines:

Bimestre: R\$ 192,03 milhões / - 17,2%
Acumulado: R\$ 626,11 milhões / - 21,8%

No bimestre, a arrecadação do grupo decresceu 17,2%, representando uma redução de R\$ 39,98 milhões na arrecadação deste setor em relação ao mesmo período de 2013, atingindo a marca de R\$ 192,03 milhões. O desempenho do setor foi influenciado, principalmente, pelas atividades econômicas do setor do comércio varejista de hipermercados, supermercados e pelas atividades de lojas de departamentos ou magazines, embora tenha havido, nesse último caso, uma pequena alta na arrecadação por substituição tributária. Convém ressaltar que essa atividade econômica vem apresentando quedas frequentes nos últimos meses, causando uma leve redução, para um pouco menos de 5%, na sua representatividade na arrecadação desse setor.

No acumulado, registrou-se queda (- 21,8%; - R\$ 174,55 milhões), totalizando uma arrecadação de R\$ 626,11 milhões. O comportamento das atividades econômicas citadas acima é semelhante ao que vêm apresentando nos bimestres anteriores de 2014, refletindo no resultado acumulado.



- Metalurgia e siderurgia:

Bimestre: R\$ 165,17 milhões / - 17,1%
Acumulado: R\$ 501,36 milhões / - 14,94%

No bimestre, a arrecadação do grupo decresceu 17,1%, representando uma redução de R\$ 33,98 milhões na arrecadação deste setor em relação ao mesmo bimestre de 2013, atingindo a marca de R\$ 165,17 milhões. Tal redução foi novamente influenciada, principalmente, pela indústria na produção de laminados, da redução de importações no setor que reduziu, por conseguinte, o ICMS sobre a importação desses itens.

A arrecadação acumulada apresentou uma queda de 14,94% (- R\$ 88,08 milhões) em relação ao mesmo período do ano anterior, atingindo um total de R\$ 501,36 milhões em 2014. Convém ressaltar que essa atividade vem apresentando quedas nos últimos meses, provocando uma redução na sua representatividade na arrecadação para aproximadamente 3,9%, embora ainda seja um setor de grande relevância para a arrecadação de ICMS.

- Petróleo, combustíveis e gás natural:

Bimestre: R\$ 1.029,79 milhões / - 19,9%
Acumulado: R\$ 3.253,02 milhões / + 3,7 %

Este setor apresentou um decréscimo de 19,9% (- R\$ 256,48 milhões) no bimestre em relação ao mesmo período de 2013, totalizando R\$ 1.029,79 milhões. Os principais responsáveis por tal queda na arrecadação foram as atividades de importação no setor, que possui grande representatividade do grupo (aproximadamente 60%), e a queda no comércio atacadista álcool, gasolina e derivados. A atividade de produção e processamento de gás, que representa aproximadamente 23,4% do grupo, vem atenuando a queda no setor, apresentando um acréscimo de 397,8%.

No acumulado, por outro lado, essa atividade econômica apresentou um crescimento de 3,7% em comparação ao mesmo período de 2013, totalizando de R\$ 3.253,02 milhões arrecadados. Esse resultado é reflexo, ainda, do comportamento da arrecadação dos bimestres anteriores de 2014 em que as atividades de comércio atacadista de álcool carburante; biodiesel; gasolina e demais



derivados de petróleo e a atividade de importação tiveram grande influência.

- Telecomunicações:

Bimestre: R\$ 605,19 milhões / -8,9%

Acumulado: R\$ 1.852,91 milhões / - 4,9%

A arrecadação do grupo caiu 8,9%, atingindo a marca de R\$ 605,196 milhões no segundo bimestre de 2014 comparado ao mesmo período de 2013, representando uma redução de R\$ 58,98 milhões na arrecadação desta atividade econômica. A arrecadação foi afetada pela queda no setor de telefonia móvel celular e pelo serviço de telefonia móvel especializado (SME), que também apresentou queda na arrecadação, influenciado pelas tarifas cobradas nas chamadas de telefones fixos para celulares.

No acumulado, influenciado pelo mesmo comportamento apresentado nos bimestres anteriores de 2014 dos setores acima citados, houve decréscimo de 4,9% (- R\$ 95,31 milhões) em relação ao mesmo período de 2013, atingindo uma arrecadação total de R\$ 1.852,91 milhões.

**IV.I.2 Receita Patrimonial e Royalties****Bimestre: R\$ 1.830,86 milhões / + 2,2%****Acumulado: R\$ 4.673,18 milhões / + 5,2%****Tabela 17**

RECEITA PATRIMONIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2013/2014.

Receitas Patrimoniais

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAI - JUN)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - JUN)		VAR %
	2013	2014		2013	2014	
RECEITA PATRIMONIAL	1.792,19	1.830,86	2,2%	4.442,06	4.673,18	5,2%
Petróleo	1.667,32	1.670,42	0,2%	4.123,87	4.215,04	2,2%
Royalties	430,64	272,09	-36,8%	1.440,19	1.363,12	-5,4%
Part. Especial	1.236,10	1.397,54	13,1%	2.681,78	2.850,04	6,3%
FEP	0,58	0,79	36,7%	1,90	1,88	-0,9%
Aplic. Financeiras	106,02	142,18	34,1%	266,51	403,43	51,4%
Demais Rec. Patrimoniais	18,85	18,26	-3,1%	51,68	54,70	5,8%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro

A receita patrimonial, no terceiro bimestre de 2014, atingiu R\$ 1.830,86 milhões, o que representa uma variação positiva de 2,2% (+ R\$ 38,67 milhões) quando comparada ao mesmo período de 2013.

O resultado foi influenciado, principalmente, pelas receitas de participações especiais de petróleo, que representam 76,33% do valor total das receitas patrimoniais.

As receitas de participações especiais também propiciaram a variação positiva no acumulado. Tal variação alcançou o valor R\$ 168,26 milhões (+ 6,3%). As receitas de participações especiais equivalem a 60,9% da receita patrimonial total.

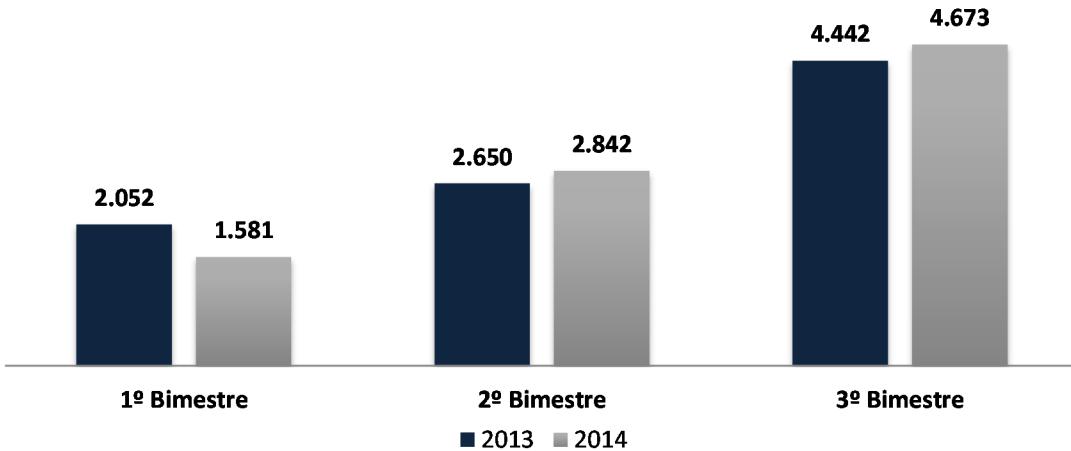
Enquanto as receitas de participações especiais influenciaram positivamente o resultado patrimonial, as receitas de royalties obtiveram variação negativa, tanto no bimestre como no acumulado: -36,8% e -5,4%, respectivamente. Mais detalhes a seguir.

A Receita de participações especiais de petróleo apresentou variação positiva de 13,1% (+ R\$ 161,44 milhões) no 3º bimestre de 2014.



Gráfico 8

Receita Patrimonial Acumulada 2013 x 2014 (em milhões)

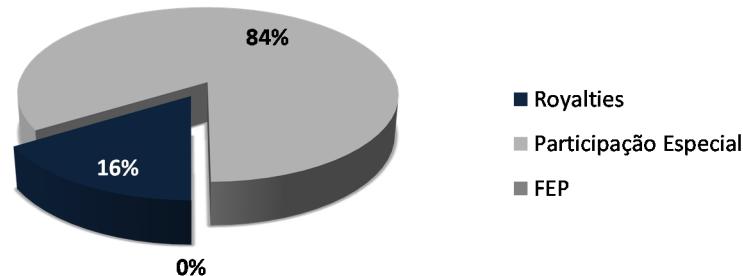


Fonte SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro

- Petróleo: as receitas de petróleo, no terceiro bimestre de 2014, atingiram o valor de R\$ 1.670,42 milhões, valor muito próximo ao realizado no ano de 2013, com uma variação de 0,2%. Maior variação se observa nas receitas de participações especiais (+ 13,1%, + R\$ 161,44 milhões). As receitas de participações especiais são as compensações financeiras extraordinárias devidas pelos concessionários de exploração e produção de petróleo ou gás natural nos casos de grande volume de produção ou grande rentabilidade. Essas receitas são recebidas nos meses de maio, agosto novembro e fevereiro. Por esse motivo, no bimestre, a receita de participações especiais aparece com alto valor: R\$ 1.397,54 milhões.

Gráfico 9

Composição da Receita de Petróleo 3º Bimestre



Fonte SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro



Importante ressaltar que o pagamento dos royalties ocorre dois meses após a extração do petróleo. Sendo assim, a análise das entradas de receita do 3º bimestre de 2014 é feita com base nos dados de produção, câmbio e valor do *brent* do 2º bimestre de 2014. Analisando a tabela abaixo, observa-se que tanto a produção, quanto o *brent* quanto a taxa de câmbio favoreceram a produção de petróleo no bimestre: a produção no período de março a abril variou positivamente em 8,5% , enquanto o *brent* variou 2,1% alcançando o valor de \$ 107,62 dólares e a taxa de câmbio aumentou 14,1%.

A participação do Rio de Janeiro na produção nacional de Petróleo foi de aproximadamente 68,9% nos meses de março e abril de 2014, refletindo em maio e junho de 2014.

Tabela 18

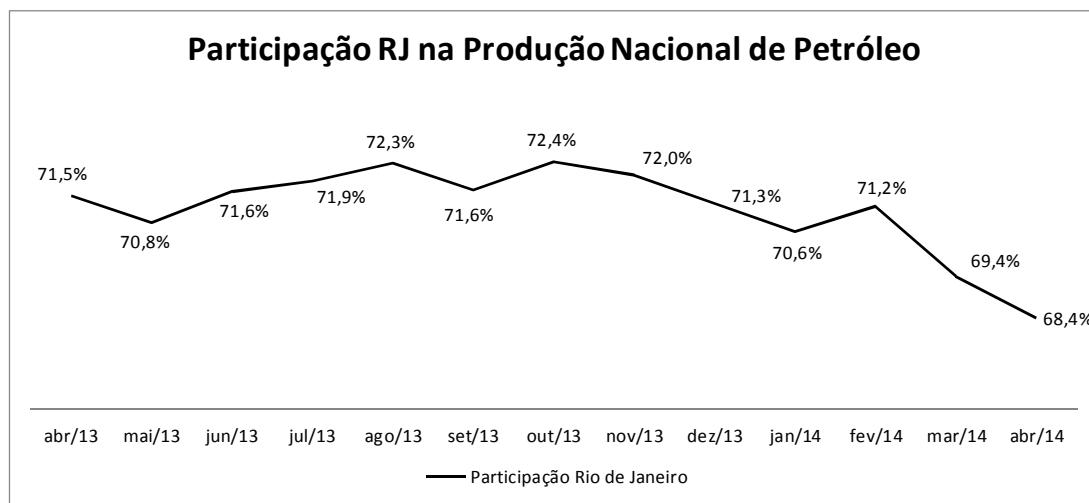
DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAR-ABR)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (NOV - ABR)		VAR %
	2013	2014		2013	2014	
Produção (milhões de m ³)	13,13	14,25	8,5%	28,91	28,32	-2,0%
Brent (US\$)	105,36	107,62	2,1%	111,89	108,89	-2,7%
Taxa de Câmbio (R\$/US\$)	2,00	2,28	14,1%	2,04	2,35	15,4%

Fonte: Energy Information Administration - EIA, 2012.

Nota: O pagamento dos royalties ocorre dois meses após a extração do petróleo. Sendo assim, para a análise das entradas de receita do 3º bimestre de 2014 são apresentados os dados de produção do 2º bimestre de 2014.

Segundo dados da Agência Nacional de Petróleo (ANP), a produção fluminense atingiu 14.248 mil m³ nos meses de março e abril de 2014 impactando no terceiro bimestre do mesmo ano. Essa produção equivale a 68,4% da produção nacional.

Gráfico 10



Fonte: ANP

Já em relação ao acumulado, observa-se um aumento das receitas de petróleo (+ 2,2%, + R\$ 91,18 milhões). Essa variação positiva



ocorreu devido às receitas de participações especiais: + R\$ 168,26 milhões (+ 6,3%) frente ao acumulado de 2013, uma vez que as receitas de royalties sofreram variação negativa no acumulado (- 5,4%, - R\$ 77,07 milhões).

- Aplicações Financeiras: as receitas provenientes das aplicações financeiras, no terceiro bimestre, aumentaram 34,1% frente a 2013 (+ R\$ 36,16 milhões), totalizando R\$ 142,18 milhões. Esse aumento pode ser explicado pelo aumento da taxa SELIC entre o ano de 2013 e 2014, em que no ano de 2013, em maio, a SELIC estava fixada em 7,5% enquanto que, em 2014, no mesmo período, a SELIC estava fixada em 11%.



IV.I.3 Demais Receitas Correntes

Bimestre: R\$ 711,59 milhões / - 42,8%
 Acumulado: R\$ 2.218,95 milhões / - 19,6%

Tabela 19
DEMAIS RECEITAS CORRENTES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2013/2014.

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAI - JUN)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - JUN)		VAR %
	2013	2014		2013	2014	
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	1.243,44	711,59	-42,8%	2.760,84	2.218,95	-19,6%
Receita de Contribuições	200,70	261,06	30,1%	690,93	832,08	20,4%
Receita Agropecuária	0,01	0,01	-1,9%	0,04	0,03	-21,1%
Receita Industrial	103,21	2,25	-97,8%	103,35	52,41	-49,3%
Receita de Serviços	-18,44	65,55	455,4%	183,28	179,54	-2,0%
Multas e Juros de Mora	103,65	92,39	-10,9%	291,42	271,95	-6,7%
Indenizações e Restituições	622,26	116,77	-81,2%	673,38	189,83	-71,8%
Dívida Ativa	114,60	24,44	-78,7%	390,77	151,30	-61,3%
Receitas Diversas	117,43	149,13	27,0%	427,68	541,81	26,7%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 28/07/2014.

As Demais Receitas Correntes apresentaram um decréscimo de 42,8% (- R\$ 531,85 milhões) no 3º bimestre em relação a 2013, influenciadas pela queda na arrecadação da receita de Multas e Juros de Mora (- 10,9%; - R\$ 11,26 milhões), da Receita Industrial (- 97,8%; - R\$ 100,96 milhões), da receita da Dívida Ativa (-78,7%; - R\$ 90,17 milhões) e, bem mais representativamente, pela redução na receita originada por Indenizações e Restituições (- 81,2%; - R\$ 505,50 milhões).

A Receita de Contribuições e Receita de Serviços, embora tenham apresentando, respectivamente, um resultado positivo de 30,1% (+ R\$ 60,35 milhões) e 455,4% (+ R\$ 83,99 milhões), não foram suficientes para fazer frente à queda no 3º bimestre de 2014.

No acumulado, houve uma queda de 19,6% (- R\$ 541,89 milhões) em relação ao mesmo período acumulado de 2013, totalizando R\$ 2.218,95 milhões. Essa redução foi fortemente influenciada pela receita de Indenizações e Restituições (- 71,8%; - R\$ 483,54 milhões), pela receita da Dívida Ativa (- 61,38%; - R\$ 239,47 milhões), e em menor intensidade pela redução da Receita Industrial (-49,3%; - R\$ 50,94 milhões), da receita de Multas e Juros de Mora (- 6,7%; - R\$ 19,46 milhões) e pela Receita de Serviços (-2,0%; - R\$



3,74 milhões). Apenas as Receita Diversas e Receita de Contribuições apresentaram resultados positivos no acumulado com acréscimos de 26,7% (+ R\$ 114,14 milhões) e 20,4% (+ R\$ 141,15 milhões) respectivamente.

– Receitas de Contribuições: Houve acréscimo de R\$ 60,35 milhões (+ 30,1%) em relação ao mesmo bimestre do ano passado, resultando numa arrecadação total de R\$ 261,06 milhões no 3º bimestre.

No acumulado, o acréscimo foi de 20,4% (+ R\$ 141,15 milhões) em relação ao mesmo período de 2013, que totalizaram R\$ 832,08 milhões. Tal acréscimo no acumulado foi suportado, também, pelas receitas de Contribuições Sociais de Servidores Ativos e Inativos Civis, de Servidores Ativos Militares, de Contribuição de Servidor Inativo Civil, no que se refere ao Pagamento de Sentenças Judiciais e a Contribuição para o Fundo de Saúde dos Militares.

– Receitas Diversas: Comparativamente ao mesmo bimestre de 2013, houve um acréscimo de 27,0% (+ R\$ 31,70 milhões), totalizando R\$ 149,13 milhões no bimestre. O incremento foi influenciado, em parte, pela arrecadação pulverizada em Demais Receitas (+ 38,41%; + R\$ 21,15 milhões) e pela receita proveniente da arrecadação regida pela Lei Federal²¹ 11.429/2006 (+ 100%; + R\$ 9,99 milhões).

No acumulado, houve um acréscimo de 26,7% (+ R\$ 114,14 milhões) em relação a 2013, atingindo uma arrecadação de R\$ 541,81 milhões, justificada em parte pela receita de R\$ 151,94 milhões arrecadada em janeiro de 2014, através da Lei Complementar Estadual²² 147/2013.

²¹ **Lei Federal 11.429/2006** - Dispõe sobre os depósitos judiciais de tributos, no âmbito dos Estados e do Distrito Federal; revoga a Lei nº 10.482, de 3 de julho de 2002; e dá outras providências.

²² **Lei Complementar nº 147, de 27 de junho de 2013** - Dispõe sobre a utilização de parcela de depósitos judiciais para pagamento de requisições judiciais de pagamento, e dá outras providências.



– **Multas e Juros de Mora e Dívida Ativa:** houve um decréscimo de 10,9% (- R\$ 11,26 milhões) na arrecadação das Receitas de Multas e Juros de Mora em relação ao mesmo período de 2013 gerando um montante de R\$ 92,39 milhões, em grande parte explicado pela queda de Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do ICMS (- R\$ 14,44 milhões).

A receita de Dívida Ativa também apresentou decréscimo (- 78,7%; - R\$ 90,17 milhões) em relação ao mesmo bimestre de 2013, totalizando R\$ 24,44 milhões, em parte pela redução da receita das Cotas-Parte da Dívida Ativa do ICMS dos Estados e dos Municípios (inscritas após 1997).

No acumulado, a arrecadação de Multas e Juros de Mora também apresentaram queda (-6,7%; - R\$ 19,46 milhões) em relação a 2013, assim como a da Dívida Ativa, que apresentou uma queda de 61,3% (- R\$ 239,47 milhões), principalmente pela redução da receita das Cotas-Parte da Dívida Ativa do ICMS dos Estados e dos Municípios (inscritas após 1997).

– **Receitas de Serviços:** apresentaram um acréscimo de R\$ 83,99 milhões (+ 455,4%) na arrecadação em relação ao mesmo bimestre do ano passado, resultando num total arrecadado de R\$ 65,55 milhões no 3º bimestre de 2014, com influência, principalmente, do acréscimo da receita de Serviços de Juros de Empréstimos.

O resultado acumulado, porém, não acompanhou o bimestral, apresentando queda de 2,0% (- R\$ 3,74 milhões) em relação ao mesmo período de 2013, cujos principais componentes que influenciaram esse comportamento foram os Serviços de Processamento de Dados, que apresentaram queda de 23,0% (- R\$ 11,32 milhões).

– **Receita Industrial:** apresentou um decréscimo de R\$ 100,96 milhões (- 97,8%) na arrecadação em relação ao mesmo bimestre do ano passado, resultando numa arrecadação de R\$ 2,25 milhões, com destaque para a queda na arrecadação de receita da Indústria de Produtos Farmacêuticos e Veterinários que registrou um decréscimo de R\$ 100,96 milhões, através do Instituto Vital Brazil SA.



No acumulado apresentou um decréscimo de R\$ 50,94 (- 49,3%), totalizando uma arrecadação de R\$ 52,41 milhões. A receita da Indústria de Produtos Farmacêuticos e Veterinários, originada no Instituto Vital Brazil SA., de modo semelhante à arrecadação do 3º bimestre, também apresentou queda, que, no resultado acumulado, decresceu 49,4% (- R\$ 50,94 milhões).

– Indenizações e Restituições: Apresentaram uma redução no bimestre de R\$ 505,50 (- 81,2%) em relação ao mesmo período de 2013, atingindo um total de R\$ 116,77 milhões. A principal influência foi redução em Outras Restituições (- 83,7%;- R\$ 506,99 milhões), relativos a resgates de depósitos judiciais.

No acumulado, acompanhando a queda bimestral, houve uma variação negativa de 71,8% (- R\$ 483,54 milhões) comparativamente ao mesmo período acumulado de 2013, totalizando R\$ 189,83 milhões arrecadados. Tal arrecadação também foi influenciada pela redução em Outras Restituições (- 79,3%;- R\$ 499,59 milhões) relativos a resgates de depósitos judiciais.



IV.I.3.1 Receita de Transferências

Bimestre: R\$912,67 milhões / +4,1%
 Acumulado: R\$ 3.082,63 milhões / + 6,5%

Tabela 20
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2013/2014.

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAI - JUN)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - JUN)		VAR %
	2013	2014		2013	2014	
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS	876,39	912,67	4,1%	2.895,23	3.082,63	6,5%
Transf da União	524,69	516,15	-1,6%	1.527,81	1.665,87	9,0%
FPE	194,18	196,76	1,3%	544,35	596,38	9,6%
IPI exp	140,14	134,89	-3,8%	392,07	386,68	-1,4%
IOF	0,01	0,00	-70,1%	0,02	0,02	-15,4%
CIDE	0,00	0,00	0,0%	2,93	5,92	102,5%
SUS	102,49	91,83	-10,4%	309,45	337,44	9,0%
Salário Educação	62,42	64,74	3,7%	212,95	224,03	5,2%
Lei Kandir	14,30	14,30	0,0%	42,89	35,74	-16,7%
Outras Transf. da União	11,16	13,64	22,2%	23,16	79,66	244,0%
FUNDEB	392,97	388,95	-1,0%	1.312,00	1.343,80	2,4%
Convênios	-41,28	7,57	118,3%	55,40	72,91	31,6%
Outras Transf. Corr.	0,01	0,01	9,7%	0,02	0,05	89,4%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 28/07/2014.

As Receitas de Transferências apresentaram crescimento bimestral de 4,1% (+ R\$ 36,29 milhões), em comparação com o mesmo bimestre de 2013. O crescimento é derivado das transferências de Convênios, que apresentaram variação positiva de R\$ 48,84 milhões no período (+ 118,3%).

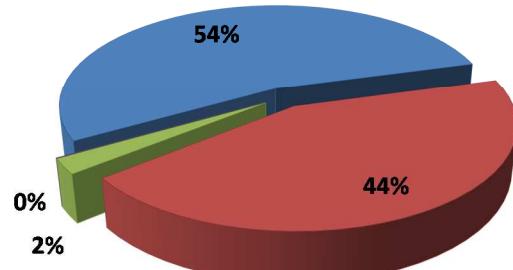
No acumulado, as Receitas de Transferências totalizaram R\$ 3.082,63 milhões, o que representou um aumento de 6,5% (+ R\$ 187,40 milhões) em relação ao ano passado. O aumento é devido ao crescimento da receita de Transferências da União no valor de 138,06 milhões (+ 9,0%).



Gráfico 11

Composição da Receita de Transferências Acumulado 2014

■ Transf da União ■ FUNDEB ■ Convênios ■ Outras Transf. Corr.



Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais em 28/07/2014

IV.I.3.2 Transferências da União

As Transferências da União, no 3º bimestre de 2014, demonstram queda de 1,6% (-R\$ 8,54 milhões) em relação ao mesmo período de 2013. A redução dos repasses do SUS e do IPI-Exportação esclarece o resultado negativo bimestral desta conta. Tal assunto será abordado em itens específicos para cada Transferência.

No acumulado, o crescimento de R\$138,06 milhões (+ 9,0%) tornou-se possível pelo desempenho do FPE, das transferências do SUS e da receita de Outras Transferências da União, ainda que houvesse queda do IPI-Exportação e na transferência relativa à Lei Kandir em comparação ao acumulado de 2013.

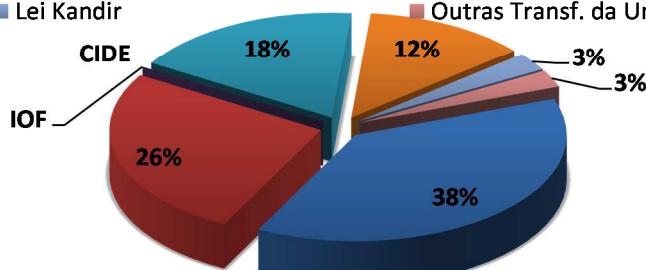
Gráfico 12

Transferências da União

3º Bimestre 2014

■ FPE
■ IOF
■ SUS
■ Lei Kandir

■ IPI exp
■ CIDE
■ Salário Educação
■ Outras Transf. da União



Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais em 28/07/2014



– **FPE**²³: O Fundo de Participação dos Estados é composto por 21,5% da arrecadação do IPI e do IR. O resultado bimestral dessa transferência foi produto do aumento da arrecadação de ambos os impostos. Para fins de análise, o conteúdo referente ao IPI será analisado no item IPI-Exportação, a seguir.

O desempenho do 3º bimestre dos recursos do FPE manteve-se, em comparação ao mesmo bimestre de 2013, superando o período anterior em R\$ 2,58 milhões (+1,3%). Tal fato é consequência do crescimento das receitas de Imposto de Renda, uma vez que houve queda na arrecadação de IPI-Exportação pela União. O aumento nesse imposto concentra-se na conta Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF, em especial na arrecadação oriunda dos Rendimentos do Trabalho, resultado da variação nominal da massa salarial habitual, e Rendimentos de Capital, reflexo do aumento na arrecadação do imposto incidente sobre fundos de renda fixa.

No acumulado, o crescimento do FPE de R\$ 52,02 milhões (+ 9,6%) é, da mesma forma, fruto do desempenho do Imposto de Renda. Esse aumento é justificado pelo IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte, em especial nos itens IRRF – Rendimentos do Trabalho, motivado pela variação nominal da massa salarial habitual e no IRRF-Rendimentos de Capital, em grande parte motivado pela reclassificação de alguns códigos de receita relativos à tributação dos rendimentos de fundos de previdência privada como rendimentos de capital. Também destaca-se positivamente a arrecadação do IRPJ-Imposto de Renda Pessoa Jurídica, na receita oriundas de empresas não-financeiras.

O aumento bimestral na arrecadação do Imposto de Renda justifica a neutralidade do desempenho do FPE, compensando a queda de arrecadação no IPI-Exportação.

–IPI-EXP: A Constituição de 1988 determina que 10% da arrecadação do IPI seja distribuída para os estados e Distrito Federal, “proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados”, como forma de compensação à desoneração das exportações. A competência para estabelecer e divulgar os coeficientes de participação dos estados cabe ao Tribunal de Contas

A redução percentual do coeficiente do IPI-Exportação 2014 do ERJ resultou na queda de receita deste imposto.

²³ Fonte: Análise da Arrecadação das Receitas Federais de maio e junho de 2014, Receita Federal.

<http://www.receita.fazenda.gov.br/publico/arre/2014/Analisemensalmai14.pdf>

<http://www.receita.fazenda.gov.br/publico/arre/2014/Analisemensaljun14.pdf>



da União e os mesmos estão disponíveis em http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/comunidades/transfere_nncias.

Nesse bimestre a receita apresentou redução de 3,8% (- R\$ 5,26 milhões), comparativamente ao mesmo período do ano anterior. Esse resultado é reflexo da redução percentual de 11,1% do coeficiente do IPI-exportação do Estado do Rio de Janeiro, de 18,97851% em 2013 para 16,87082% em 2014.

O acumulado apresentou ligeira queda de 1,4% (- R\$ 5,39 milhões), pelo mesmo motivo citado anteriormente.

-CIDE: Os recursos repassados pela União aos Estados, DF e Municípios a título de CIDE-Combustíveis são destinados obrigatoriamente ao financiamento de programas de infraestrutura de transportes. Os dados referentes aos coeficientes de distribuição das receitas da CIDE podem ser consultados no portal do TCU na internet.

O decreto 7.764/12 que entrou em vigor a partir do dia 25 de junho de 2012 reduziu a zero as alíquotas da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível. Isso justifica a ausência de repasse dessa transferência no bimestre.

No acumulado, o valor recebido de R\$ 5,92 milhões é residual.

-SUS: A transferência do SUS consiste no repasse de valores, regular e automático, diretamente do Fundo Nacional da Saúde (FNS) para os Estados e Municípios, independentemente de convênio ou instrumento similar. Destina-se ao financiamento dos programas do



SUS e abrange recursos para a Atenção Básica (PAB²⁴ fixo²⁵ e PAB variável²⁶) e para os procedimentos de Média e Alta Complexidade.

As Transferências do SUS apresentaram redução bimestral de R\$ 10,66 milhões (- 10,4%). Tal queda evidencia-se no Programa Teto Estadual de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar.

Apesar da queda bimestral, o acumulado ainda apresenta crescimento de R\$ 27,99 milhões (+ 9,0%), derivado, principalmente, do alto repasse de transferências para o Programa Teto Estadual de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar.

– OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO: Nesta conta estão consolidadas as transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento Econômico (FNDE) - exceto as receitas do salário-educação -, do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) e demais transferências da União.

Com arrecadação de R\$ 13,64 milhões no bimestre, esta receita apresentou crescimento de 22,2% (+ R\$ 2,48 milhões) em relação ao mesmo período de 2013. O aumento justifica-se pelas Transferências Diretas do FNDE referente ao Programa Dinheiro Direto na Escola, para custear o Programa Nacional de Merenda Escolar.

No acumulado, com arrecadação de R\$ 79,66 milhões, esta receita apresentou crescimento de 244,0% (+ R\$ 56,50 milhões) em relação ao mesmo período de 2013. O aumento justifica-se pela ocorrência da transferência do Fundo de Apoio às Exportações (FEX) referente a 2013 em janeiro de 2014, no valor de 48,68 milhões.

– OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO: Nesta conta estão consolidadas as transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento Econômico (FNDE) - exceto as receitas do salário-

²⁴ PAB: Piso de Atenção Básica

²⁵ Refere-se ao financiamento de ações de atenção básica à saúde. Os recursos são transferidos mensalmente, de forma regular e automática.

²⁶ Destina-se a manutenção do Programa de Agentes Comunitários de Saúde, servindo o recurso para financiar os salários destes, bem como demais despesas decorrentes da manutenção do programa. São recebidas 13 (treze) parcelas durante o ano, sendo o incentivo adicional normalmente creditado no mês de Dezembro.



educação -, do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) e demais transferências da União.

Com arrecadação de R\$ 13,64 milhões no bimestre, esta receita apresentou crescimento de 22,2% (+ R\$ 2,48 milhões) em relação ao mesmo período de 2013. O aumento justifica-se pelas Transferências Diretas do FNDE referente ao Programa Dinheiro Direto na Escola, para custear o Programa Nacional de Merenda Escolar.

No acumulado, com arrecadação de R\$ 79,66 milhões, esta receita apresentou crescimento de 244,0% (+ R\$ 56,50 milhões) em relação ao mesmo período de 2013. O aumento justifica-se pela ocorrência da transferência do Fundo de Apoio às Exportações (FEX) referente a 2013 em janeiro de 2014, no valor de 48,68 milhões.

- CONVÊNIOS:

As receitas de convênios mostram o valor de R\$ 7,57 milhões, apresentando crescimento de 118,3% (+ R\$ 48,84 milhões) em relação ao mesmo bimestre do ano passado. O aumento deriva-se da conta Outras Transferências de Convênios da União. Para correta análise, deve-se destacar que esta conta, em especial o convênio com o Instituto Vital Brazil S.A., apresentou, em junho de 2013, um estorno no valor de R\$ 77,07 milhões de uma receita atípica recebida no mês de abril (R\$ 78,87 milhões), distorcendo significativamente a base comparativa bimestral.

Já no acumulado, as Transferências de Convênios apresentam crescimento de R\$17,52 milhões (+ 31,6%). Esse resultado explica-se com o desempenho das contas Transferências de Convênios da União destinados a Programas de Educação, com destaque para o Fundo Nacional de Saúde e Outras Transferências da União, nesta destacando-se repasses da Caixa Econômica Federal e Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/CAPES.

**IV.II Receitas de Capital**

Bimestre: R\$ 3.627,52 milhões / +57,0%
 Acumulado: R\$ 7.370,36 milhões / +81,5%

Tabela 21

RECEITA DE CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2013/2014.

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAI - JUN)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - JUN)		VAR %
	2013	2014		2013	2014	
RECEITAS DE CAPITAL	2.310,93	3.627,52	57,0%	4.060,43	7.370,36	81,5%
Operações de Crédito	1.966,46	166,33	-91,5%	2.659,90	3.734,42	40,4%
Alienação de Bens	1,36	3.376,44	249.032,7%	1.005,93	3.376,44	235,7%
Amortiz. de Empréstimos	103,60	43,28	-58,2%	106,17	133,81	26,0%
Transf. de Capital	239,52	41,42	-82,7%	288,43	125,64	-56,4%
Outras Rec. de Capital	0,00	0,05	0,0%	0,00	0,05	0,0%

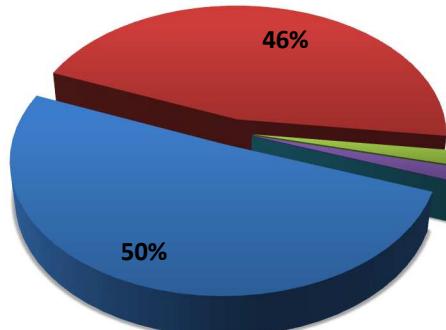
Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 28/07/2014.

As Receitas de Capital apresentaram aumento bimestral de 57,0% (+R\$ 1.316,59 milhões), em relação ao mesmo período de 2013, devido ao aumento em Alienações de Bens no montante de R\$ 3.375,09 milhões.

Gráfico 13**Composição das Receitas de Capital**

Acumulado 2014

- Operações de Crédito
- Alienação de Bens
- Amortiz. de Empréstimos
- Transf. de Capital
- Outras Rec. de Capital



Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais em 28/07/2014



OPERAÇÕES DE CRÉDITO: A redução de 91,5% (- R\$ 1.800,13 milhões) nas Receitas de Operações de Crédito neste bimestre em relação ao mesmo período do ano passado é decorrente da diminuição das operações de crédito referentes a obras públicas e a programas de governo. Entretanto, tal fato não afetou o desempenho do acumulado de 2014, o qual já atingiu R\$ 3.734,42 milhões.

O resultado acumulado representa um aumento de 40,4% (+ R\$1.074,52 milhões) em relação ao acumulado de 2013. Esse desempenho é resultante das operações de crédito que objetivaram financiar programas de governo no primeiro quadrimestre do ano.

ALIENAÇÕES DE BENS: A receita de alienação de bens apresentou crescimento de (+ R\$3.375,09 milhões. (249.032,7%). Tal fato é explicado pelo ingresso financeiro da receita proveniente do RIOPREVIDÊNCIA, no valor de R\$ 3.371,00 milhões em junho de 2014.

No acumulado, essa conta apresentou crescimento de 235,7% (+ R\$ 2.370,51 milhões). Esse resultado é explicado pelo mesmo ingresso financeiro da receita proveniente da Venda de Títulos do RIOPREVIDÊNCIA já citado anteriormente.

TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL: As Transferências de Capital demonstram redução bimestral de 82,7% (- R\$ 198,10 milhões). Esse decréscimo é explicado pela redução dos repasses nas Transferências de Convênios da União destinadas ao PAC dedicadas ao DNIT (Departamento Nacional de Infra Estrutura de Transporte).

O resultado acumulado também apresenta decréscimo, encerrando o semestre com arrecadação de R\$ 125,64 milhões (- 56,4%), R\$ 162,79 milhões a menos que o arrecadado no primeiro semestre do ano anterior. Esse resultado é justificado pelos mesmos motivos citados anteriormente.



V. Despesas do Estado do Rio de Janeiro

V.I - Despesa Total

Tabela 22

EXECUÇÃO DA DESPESA TOTAL - JAN A JUN 2014								RS Milhões
PODER EXECUTIVO								
ANO	TIPO	LOA	DOT. ATUAL	CONTING.	DISPONÍVEL	EMP.	LIQ.	
2013	DESPESA SEM INTRA	64.691	69.311	2.053	67.258	30.081	27.013	
	DESPESA INTRA	2.694	2.926	0	2.926	1.645	1.555	
	DESPESA TOTAL	67.386	72.238	2.053	70.185	31.727	28.568	
2014	DESPESA SEM INTRA	67.582	69.015	1.120	67.895	32.799	29.717	
	DESPESA INTRA	2.977	3.037	0	3.037	2.096	2.049	
	DESPESA TOTAL	70.559	72.052	1.120	70.931	34.895	31.766	
OUTROS PODERES								
ANO	TIPO	LOA	DOT. ATUAL	CONTING.	DISPONÍVEL	EMP.	LIQ.	
2013	DESPESA SEM INTRA	4.799	5.160	0	5.160	3.331	2.420	
	DESPESA INTRA	555	555	0	555	290	227	
	DESPESA TOTAL	5.354	5.715	0	5.715	3.620	2.648	
2014	DESPESA SEM INTRA	5.943	6.020	0	6.020	4.578	2.615	
	DESPESA INTRA	587	670	0	670	554	487	
	DESPESA TOTAL	6.530	6.690	0	6.690	5.131	3.102	

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 16/07/2014.

A Tabela 22 trata da execução das despesas do Estado em aspecto amplo. O Poder Executivo contava inicialmente (Lei Orçamentária Anual) com R\$ 70,56 bilhões, e após alterações orçamentárias decorrentes de créditos adicionais a dotação alcançou R\$ 72,05 bilhões. Conforme já citado no item II deste Boletim, R\$ 1,12 bilhão permanece contingenciado. Até o terceiro bimestre foram empenhados R\$ 34,90 bilhões e liquidados R\$ 31,77 bilhões. Observa-se que o nível da execução orçamentária está compatível com o período em análise; já foram empenhados 49,19% da dotação disponível.

Para gastos dos Demais Poderes a dotação disponível para o exercício é de R\$ 6,69 bilhões, 17,1% maior do que em 2013. Até Junho foram empenhados R\$ 5,13 bilhões equivalentes a 76,7% do orçamento disponível, dos quais R\$ 3,10 bilhões já estão liquidados.



V.II - Créditos adicionais

Tabela 23

ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS - JAN A JUN 2014				R\$ Milhões
FR	LOA	CRÉDITOS ADICIONAIS	DOT. ATUAL	
TESOURO	49.785	259	50.043	
OP. CRÉDITO	7.866	540	8.406	
DEMAIS	41.918	-281	41.637	
DEMAIS FONTES	23.740	1.252	24.991	
CONVÊNIOS	4.251	363	4.614	
OUTRAS	19.488	889	20.377	
TOTAL	73.524	1.510	75.035	

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 16/07/2014.

Exceto despesas intra-orçamentárias

A análise dos créditos por U.O está demonstrada na Tabela 24. A SEOBRAS teve um acréscimo de R\$ 594,95 milhões, sendo que R\$ 413,20 milhões direcionados a dotações financiadas com recursos do Tesouro, principalmente com Operações de Crédito, e R\$ 181,31 milhões são dotações que executam despesas financiadas com recursos de Convênios.

A Fundação do Departamento de Estradas e Rodagens do ERJ – DER - foi contemplada com R\$ 174,35 milhões. Deste montante, R\$ 154,28 milhões reforçaram despesas custeadas pelo Tesouro, principalmente por Operações de Crédito, e outros R\$ 20,68 milhões reforço oriundo de Outras Fontes de Recursos..

Por último aparece a SEEDUC com R\$ 103,08 milhões de incremento, resultado do cancelamento de dotações financiadas com recursos do Tesouro, R\$ 270,02 milhões, e acréscimo de R\$ 373,10 milhões de dotações vinculadas a Outras Fontes de Recursos, principalmente FUNDEB.

Tabela 24

ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS			R\$ Milhões
JAN A JUN 2014			
U.O	FR	R\$	
SEOBRAS	Tesouro	413	
	Outras Fontes	181	595
DER	Tesouro	154	
	Outras Fontes	20	174
SEEDUC	Tesouro	-270	
	Outras Fontes	373	103
DEMAIS U.O		638	
TOTAL		1.510	

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 16/07/2014.

Exceto despesas intra-orçamentárias



V.III - Despesas por Fontes de Recursos

Comparando a despesa liquidada no 1º semestre com o mesmo período de 2013, verifica-se um crescimento de 9,8%, ou seja, +R\$ 2,89 bilhões, dos quais R\$ 1,48 bilhão foi custeado com Recursos do Tesouro e 1,41 bilhão com Outras Fontes de Recursos, justificado em parte pela execução de obras de infraestrutura e habitacional beneficiando também os municípios. Quando incluída a despesa Intraorçamentária o incremento é de 11,7%.

As despesas custeadas com Recursos do Tesouro representaram 69,1% dos recursos aplicados no período, o que corresponde a R\$ 22,34 bilhões, basicamente suportados com recursos provenientes de impostos (FR 00) – R\$ 16,24 bilhões, recursos de operações de crédito (FR 11 e FR 21) – R\$ 2,26 bilhões e receitas de Royalties e Participação Especial Petróleo (FR 04) – R\$ 1,58 bilhão, conforme demonstrado na Tabela 25. O maior incremento do período, 78,9%, está registrado nas despesas financiadas com Operações de Crédito que embora tenham alcançado R\$ 2,26 bilhões, aplicaram 60,6% da receita do período que atingiu R\$ 3,73 bilhões, com destaque para a Implantação de novas linhas metroviárias, pelas obras de construção da Linha 4 que requereram 56,7% (R\$ 1,26 bilhões) dos gastos realizados com recursos de Operações de Crédito.

Em menor valor absoluto as despesas custeadas com as Demais Fontes Tesouro registraram crescimento de 108,9% (+R\$10,48 milhões), basicamente aplicados no pagamento de precatórios judiciais.

As Transferências da União (05, 06 e 07) participaram com 5,1% do total (R\$ 1,15 bilhão), redução de 21,4% em relação a igual período do ano anterior.

A despesa financiada com os recursos provenientes de Royalties de Petróleo foi 3,5% menor que igual período de 2013, reflexo da queda do fluxo de arrecadação, consequência da produção decrescente desde o final de 2012 que, vem se recuperando lentamente a partir de abril deste ano.

Tabela 25

DISCRIMINAÇÃO	DESPESA POR FONTE DE RECURSO			R\$ Milhões
	2013	2014	Variação %	
RECUSOS DO TESOURO	20.859	22.341	7,1%	
PROVENIENTES DE IMPOSTOS (FR 00)	14.745	16.241	10,1%	
NÃO PROVENIENTES DE IMPOSTOS (FR 01)	533	162	-69,6%	
ROYALTIES E PART. ESPECIAL PETRÓLEO (FR 04)	1.640	1.581	-3,5%	
SALÁRIO EDUCAÇÃO (FR 05)	123	146	19,0%	
FUNDO DE PARTIC. DOS ESTADOS (FR 06)	781	533	-31,8%	
DEMAIS TRANSF. DA UNIÃO PROV. DE IMPOSTOS (FR 07)	566	475	-16,1%	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO*	1.266	2.265	78,9%	
FECP - ADICIONAL DO ICMS (FR 22)	1.195	917	-23,3%	
DEMAIS FONTES TESOURO**	10	20	108,9%	
RECUSOS DE OUTRAS FONTES	8.574	9.991	16,5%	
ARREC. PRÓPRIA - ADM. INDIRETA (FR 10)	6.774	7.424	9,6%	
CONVÉNIOS***	315	453	43,6%	
FUNDEB (FR 15)	1.052	1.342	27,5%	
CONTRATOS INTRAORÇAMENTÁRIO DE GESTÃO SAÚDE (23)	111	143	28,5%	
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS DA UNIÃO NÃO REF. CONV. (FR 24)	32	25	-20,1%	
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (FR 25)	143	389	172,4%	
DEPOSITOS JUD E EXTRAJUDIC. N-TRIB. LEI147/13 (91)		10		
CONSERVAÇÃO AMBIENTAL (FR 97)		1	5998,5%	
OUTRAS RECEITAS DA ADM INDIRETA (FR 98)			-6,9%	
OUTRAS RECEITAS DA ADM DIRETA (99)	147	205	39,2%	
SUBTOTAL	29.433	32.332	9,8%	
INTRAORÇAMENTÁRIO	1.782	2.536	42,3%	
TOTAL GERAL	31.215	34.868	11,7%	

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 16/07/2014.

Exclui despesas intra-orçamentárias / Exclui Imprensa Oficial e CEDAE

* FR'S 11 e 21

** FR'S 20,26,90,95

*** FR'S 12, 13, 14, 16, 18, 19



A tabela a seguir discrimina a aplicação desses Recursos:

Tabela 26

APLICAÇÃO DOS ROYALTIES - JAN A JUN 2014		Valores em R\$
Distribuição Constitucional ou Legal dos ROYALTIES		
Encargos com a União (Pagamento da Dívida)		1.200.345.837
Transferência Constitucional aos Municípios		233.393.797
Contribuições Obrigatorias (PIS / PASEP)		40.176.004
		1.473.915.638
Principais Ações Financiadas com Recursos dos ROYALTIES		
Rio Mais Limpo		35.579.079
Projeto Iguaçu - PAC-RJ/FECAM		19.132.119
Transporte sobre Trilhos		12.000.000
Prevenção e Contr Ambiental de Inundações		11.920.131
Implementação de Educação Ambiental		6.373.153
Apoio a Projeto de Saneamento, Proteção e Recuperação do Ambiente		6.178.148
Esgotamento Sanitário da Zona Oeste		4.946.546
Saneamento Ambiental dos Municípios do Entorno da Baía de Guanabara		4.844.130
Geração de Emprego e Renda em Comunidades com UPP		2.511.192
Lixo Zero - FECAM		2.364.543
Outras Pequenas Ações		1.644.134
		107.493.175
TOTAL GERAL		1.581.408.812

Fonte: SIG - Sistemas de Informações Gerenciais

Obs: Dados Extraídos em 16/07/2014.

Desconsiderados os gastos não discricionários detalhados na tabela acima que somam R\$ R\$ 1,47 bilhão, uma das ações que mais se destacou na aplicação desses recursos foi o *Projeto Rio+Limp*o, que tem como meta coletar e tratar 80% do esgoto de todo o Estado do Rio de Janeiro até 2018. De 2006 a 2010, já foram investidos cerca de R\$ 500 milhões no programa, ampliando-se de 20% para 30% o percentual de esgoto tratado.

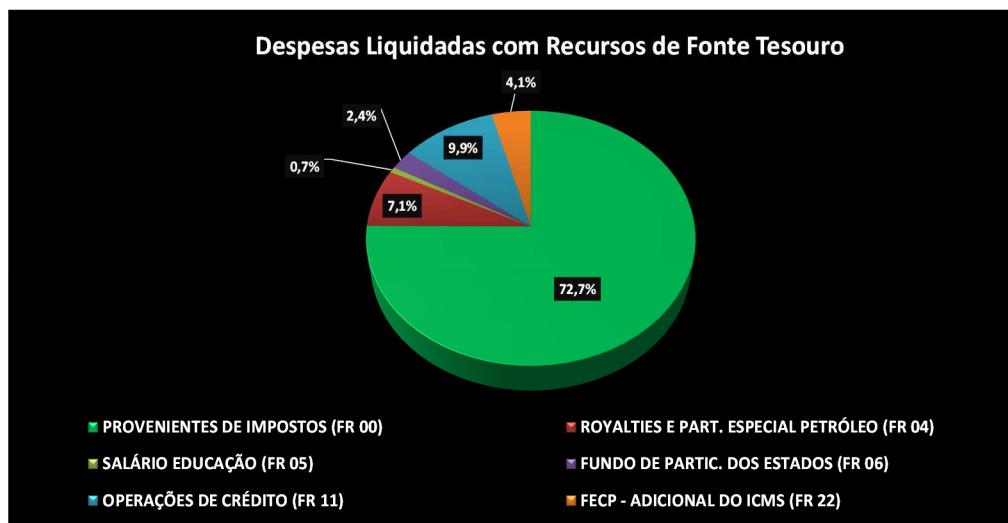
Em seguida temos o Projeto Iguaçu, que tem como objetivo o controle de inundações e a recuperação ambiental das bacias dos rios Iguaçu, Botas e Sarapuí, que desaguam na Baía de Guanabara além da reurbanização das margens desses rios, realocando moradores que viviam sob o risco de inundações para áreas seguras.

Ao todo, estão sendo beneficiados cerca de 2,5 milhões de moradores dos municípios de Duque de Caxias, São João de Meriti, Belford Roxo, Nilópolis, Mesquita e Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense, e do bairro de Bangu, na Zona Oeste do Rio.



O Gráfico 14 demonstra a participação de cada uma das Fontes de Recursos que compõem a receita Própria do Tesouro.

Gráfico 14



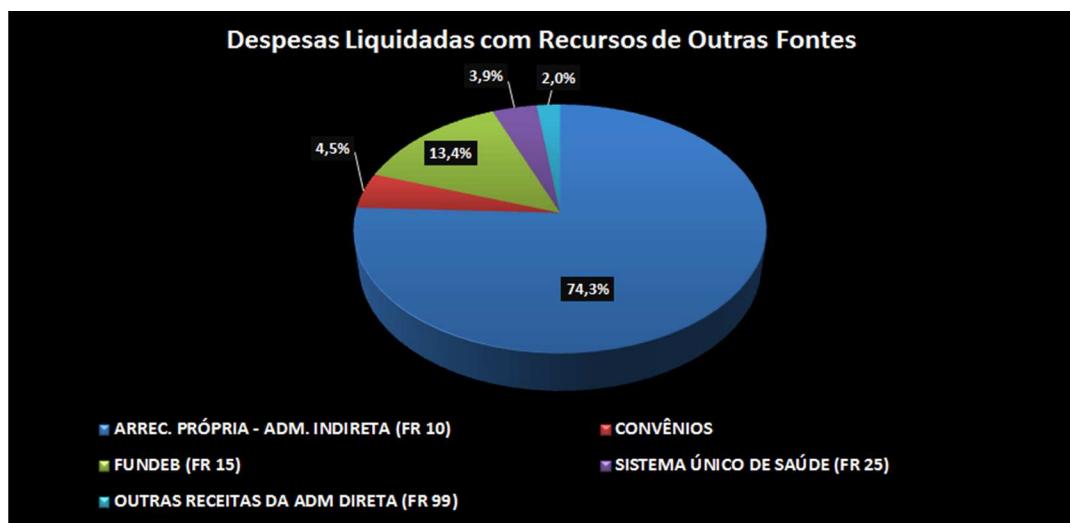
Com relação às Fontes de Recursos Não Tesouro, as despesas totalizaram R\$ 9,99 bilhões, apresentando um aumento de 16,5%. Em sua maioria, foram financiadas por recursos provenientes diretamente arrecadados pelos diversos órgãos e entidades, com destaque para a FR 10 do DETRAN e do RIOPREVIDÊNCIA: R\$ 7,42 bilhões realizados neste primeiro semestre; em seguida o retorno do FUNDEB (FR 15) R\$ 1,34 bilhões de despesa aplicados na Rede Pública de Ensino.

Ainda analisando a execução dos recursos das Fontes Não Tesouro, observa-se um considerável crescimento das Transferências do SUS (FR 25) 172,4 % (+ R\$ 246,48 milhões), quando comparado ao mesmo período em 2013. Nessa fonte destacam-se despesas com a Operacionalização de UPAS 24 H e de Unidades Próprias por Gestão Compartilhada (R\$ 230,66 milhões).

O Gráfico 15 demonstra a participação dessas fontes de recursos.



Gráfico 15



**V.IV Despesas por Grupo**

Este item apresenta o detalhamento da despesa pela ótica da categoria econômica e do grupo de despesa proporcionando assim melhor visibilidade das ações executadas pelo Governo do Estado, conforme estabelece o art.12 da Lei 4.320/64.

A Tabela 27 demonstra as despesas por grupo subdividindo-as em custeio e capital, comparando os dados do 3º bimestre de 2014 com os apurados no mesmo período de 2013.

Tabela 27

CATEGORIA ECONÔMICA	GRUPO	MAI A JUN			JAN A JUN		
		2013	2014	Variação %	2013	2014	Variação %
CORRENTE	1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.783	2.916	4,8%	8.095	8.514	5,2%
	1.1 - PODER EXECUTIVO	2.152	2.249	4,5%	6.218	6.491	4,4%
	1.2 - OUTROS PODERES	631	668	5,8%	1.877	2.023	7,8%
	2 - JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	528	613	16,0%	1.425	1.569	10,1%
	3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.451	5.661	3,9%	16.597	17.780	7,1%
	3.1 - DESPESAS DE CUSTEIO	1.957	2.006	2,6%	4.586	4.940	7,7%
	3.1.1 - PODER EXECUTIVO	1.772	1.777	0,3%	4.121	4.397	6,7%
	3.1.2 - OUTROS PODERES	184	229	24,3%	465	543	16,7%
	3.2 - INATIVOS E PENSIONISTAS	1.957	2.155	10,1%	5.697	6.399	12,3%
	3.3 - TRANSFERÊNCIAS OBRIGATÓRIAS	1.537	1.500	-2,4%	6.314	6.441	2,0%
	3.3.1 - ENC. COM A UNIÃO / ROYALTIES (EGE)				1.293	1.200	-7,2%
	3.3.2 - TRANSFERÊNCIAS AOS MUNICÍPIOS	1.537	1.500	-2,4%	5.021	5.240	4,4%
	TOTAL CORRENTE	8.762	9.190	4,9%	26.118	27.863	6,7%
CAPITAL	4 - INVESTIMENTOS	1.307	1.211	-7,4%	1.853	2.796	50,9%
	4.1 - PODER EXECUTIVO	1.268	1.136	-10,4%	1.741	2.627	50,9%
	4.2 - OUTROS PODERES	27	31	12,8%	78	49	-36,8%
	4.3 - RESTITUIÇÃO DE REC.TERCEIROS	12	44	252,2%	33	119	257,8%
	5 - INVERSÕES FINANCEIRAS	15	17	13,2%	58	34	-41,9%
	6 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	428	559	30,5%	1.405	1.640	16,8%
TOTAL CAPITAL		1.751	1.787	2,1%	3.316	4.470	34,8%
TOTAL (sem despesas intraorçamentárias)		10.513	10.977	4,4%	29.433	32.332	9,8%
Despesas Intraorçamentárias		441	212	-51,9%	1.782	2.536	42,3%
TOTAL GERAL		10.954	11.189	2,1%	31.215	34.868	11,7%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Posição SIG/SIAFEM: 16/07/2014



As Despesas Correntes, integrada pelas despesas de pessoal e encargos sociais, pensionistas, inativos, despesas de custeio além das vinculações constitucionais e legais (transferências aos municípios e encargos com a União) e do pagamento dos juros e encargos da dívida, juntas requereram 86,2% (R\$ 27,86 bilhões) do total liquidado em 2014. As Despesas de Capital, composta basicamente entre investimentos/inversões financeiras e amortização da dívida, requereram 13,8% (R\$ 4,47 bilhões). Aqui já excluídas as despesas intraorçamentárias.

No grupo de Despesas Correntes, a despesa executada com Inativos e Pensionistas no acumulado do exercício registrou crescimento de 12,3% (+R\$ 702,36 milhões), variação impactada pelos reajustes salariais concedidos aos servidores ao longo do exercício de 2013.

As Despesas de Custeio, manutenção das atividades dos órgãos e implementação de Programas de Governo, apresentaram crescimento no bimestre (+2,6%, ou seja, + R\$ 49,95 milhões) e no acumulado (+7,7%, ou seja, +R\$353,77 milhões), consequência direta das ações do Estado em promover melhora qualitativa e quantitativa nos serviços das áreas da Saúde, Assistência Social e Transporte.

Em relação às Despesas com Investimentos no acumulado do ano ocorreu crescimento de 50,9% (+R\$ 942,69 milhão), reflexo direto da continuidade de projetos voltados para a melhoria do sistema de transporte ferroviário e implantação de novas linhas do Metrô, bem como a execução de obras de urbanização.

O pagamento da Amortização da Dívida apresentou no bimestre variação de +30,5%, ou seja, +R\$ 130,79 milhões e no acumulado +16,8% (R\$235,36 milhões), resultado da variação da arrecadação, tendo em vista que o pagamento toma por base a aplicação do teto de 13% da Receita Líquida Real, conforme estabelecido pela Lei Federal nº9.496/97.

Nos próximos itens serão expostos detalhadamente os gastos, as variações e as justificativas ocorridas em cada grupo de despesa individualmente.



➤ Despesas de Pessoal

Tabela 28

R\$ Milhões

A Tabela 28 detalha as Despesas de Pessoal segundo as áreas com maior representatividade. No acumulado foram liquidados R\$ 10,65 bilhões (+13,0%, ou seja, +R\$ 1,22 bilhão), consideradas as despesas intraorçamentárias de R\$ 2,13 bilhões (+60,6%, ou seja, + 805,94 milhões). A elevação das despesas intraorçamentárias liquidada neste exercício é reflexo das transferências a título de antecipação do montante das obrigações patronais que seriam pagos ao longo do exercício. A medida teve como objetivo assegurar o fluxo de pagamento de Inativos e Pensionistas.

As áreas da Segurança Pública e Defesa Civil, Educação, Ciência e Tecnologia, que se destacaram pelas significativas variações registradas, juntas liquidaram R\$ 4,57 bilhões, 53,7% do total realizado no ano, aumento de 12,5% (+R\$ 508,15 milhões) quando comparados a 2013.

No acumulado do ano, foram registrados, aumento de 13,6% (+R\$ 249,66 milhões) na Segurança e 9,5% (+R\$ 48,94 milhões) na Defesa Civil. Os acréscimos verificados nas duas áreas resultam, em parte, da concessão do auxílio moradia e reajuste de 11,8% do salário a partir de fevereiro. Contribui também para o crescimento dos gastos de pessoal da Segurança, gratificações como: o PROEIS - Programa Estadual de Integração na Segurança, o RAS - Regime Adicional de Serviços e o Programa Estadual de Segurança nos Serviços Públicos em Regime de Concessão – PROESP, tais gratificações visam dar suporte financeiro aos agentes de segurança pública que cumprirem suas metas e alcançarem os melhores resultados.

No âmbito da Educação foram executados até Junho R\$ 1,34 bilhão, aumento de 10,3% (+125,66 milhões), consequência direta do reajuste de auxílio transporte em 25%, da ampliação do auxílio qualificação antes restritos aos docentes e passou a alcançar outras categorias de servidores, além dos diretores; a gratificação de difícil provimento aumentou 10% a gratificação de agente de pessoal cresceu 1.000%em valores absolutos.

Na área de Ciência e Tecnologia foram gastos no bimestre R\$ 220,40 milhões (+26,2%; ou seja; +R\$ 45,75 milhões) e no acumulado R\$

ÓRGÃO	MAI A JUN		VARIAÇÃO %	JAN A JUN		VARIAÇÃO %
	2013	2014		2013	2014	
Segurança Pública	621	729	17,5%	1.829	2.079	13,6%
Educação	428	468	9,3%	1.223	1.349	10,3%
Ciência e Tecnologia	175	220	26,2%	496	580	16,9%
Defesa Civil	173	188	8,3%	514	563	9,5%
Saúde	223	161	-27,9%	599	484	-19,2%
DEMAIS ÁREAS	1.163	1.150	-1,1%	3.433	3.459	0,8%
SUBTOTAL	2.783	2.916	4,8%	8.095	8.514	5,2%
DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	191	84	-56,2%	1.330	2.136	60,6%
TOTAL GERAL	2.974	3.000	0,9%	9.425	10.650	13,0%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 16/07/2014.



580,31 milhões (+16,9%, ou seja, +R\$ 83,87 milhões) justificados pela contratação de mão de obra I temporária na FAETEC, para integrar seu quadro de pessoal: professores de institutos superiores, professor I, instrutor, supervisor escolar e orientador educacional.

A área da Saúde apresentou uma variação aparentemente negativa justificada pelo novo modelo de gestão – Contratos de Gestão – com Organizações Sociais (O.S), que passam a assumir o custeio, e os investimentos requeridos pela unidade. Desta forma os contratos de pessoal através de cooperativas, antes classificados como despesas de pessoal, foram encerrados por orientação do Ministério Público e a responsabilidade por essas contratações passa a ser da OS, e a despesa, passa, então, a integrar o custeio da unidade.

Nas demais áreas as despesas liquidadas somaram R\$ 3,45 bilhões até Junho, incremento de 0,8% (+R\$ 25,82 milhões) em comparação ao mesmo período de 2013. Destaque para a participação dos Demais Poderes em 58,5% (R\$2,02 bilhões) no total acumulado deste grupo em 2014.



➤ Outras Despesas Correntes

A Tabela 29 a seguir demonstra em separado os custos de manutenção das principais áreas do Estado no 3º bimestre, comparando o acumulado no ano com igual período de 2013. Essa despesa no primeiro semestre de 2014 atingiu R\$ 4,93 bilhões, dos quais R\$ 2 bilhões no 3º bimestre, destinados às principais ações de áreas finalísticas e o custeio dos demais Poderes.

Tabela 29 - Outras Despesas Correntes

FUNÇÃO	MAI - JUN		Variação %	JAN - JUN		Variação %	R\$ Milhares
	2013	2014		2013	2014		
Demais Poderes	184.460	229.226	24,3%	464.893	542.715	16,7%	
Saúde	479.994	440.746	-8,2%	1.090.204	1.188.151	9,0%	
Educação	320.248	314.475	-1,8%	677.990	712.951	5,2%	
Segurança Pública	247.524	242.445	-2,1%	568.590	581.070	2,2%	
Transporte	157.060	170.582	8,6%	388.121	410.304	5,7%	
Assistência Social	93.621	82.584	-11,8%	226.000	230.065	1,8%	
Demais Desp. Custeio	473.629	526.428	11,1%	1.170.109	1.274.426	8,9%	
Subtotal CUSTEIO	1.956.535	2.006.486	2,6%	4.585.907	4.939.680	7,7%	
INATIVOS E PENSIONISTAS	1.957.349	2.154.570	10,1%	5.697.112	6.399.481	12,3%	
TRANSF. OBRIGATÓRIAS	1.536.915	1.499.705	-2,4%	6.314.362	6.440.734	2,0%	
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	132.315	128.484	-2,9%	334.181	399.762	19,6%	
TOTAL	5.583.114	5.789.245	3,7%	16.931.561	18.179.657	7,4%	

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 16/07/2014.

A área da Saúde requereu no acumulado até Junho R\$ 1,18 bilhão (+9,0%; ou seja, +R\$97,94 milhões), basicamente, na implantação de unidades de pronto atendimento mediante contratos de gestão firmados com Organizações Sociais (OS).

Na comparação até o 3º bimestre, os gastos com nutrição escolar apresenta uma variação de 22,2% (R\$ 19,4 milhões), sendo este o maior gasto em outras despesas correntes da função Educação.

Merece atenção na função Segurança, a despesa com a alimentação dos apenados e custodiados, que representou 83,5% das despesas correntes da Secretaria de Administração Penitenciária no período, aumento de R\$ 20,10 milhões até o 3º bimestre (+28,1%), quando

Até o 3º Bimestre de 2014, foram liquidados, em Outras Despesas Correntes do ERJ, R\$ 18,1 bilhões: um acréscimo de R\$ 1,25 bilhão (+7,4%) frente ao apurado no mesmo período de 2013.



comparado a 2013, consequência de reajustamentos nos valores dos contratos de fornecimento.

Na área do Transporte Público, os subsídios das passagens requereram R\$ 273 milhões, aumento de 6,7% (+R\$ 17 milhões) em relação a 2013. O incremento da despesa é decorrente da extensão do benefício tarifário a metrô e trens, com subsídio de 30 centavos por viagem, aumentando em 4,4% o número de benefícios, 8,8 milhões a mais; acrescente-se ainda o aumento do intervalo para utilização de dois modais de 2h30m para 3 horas.

Na Assistência Social, no acumulado deste ano, foram aplicados, nos principais programas de transferência de renda à população economicamente menos favorecida, R\$ 152,55 milhões, ou seja, acréscimo de R\$ 3,3 milhões (+2,2%) quando comparado a 2013, refletindo em aumento do quantitativo de beneficiários.

Na parte final da Tabela informa-se o total a despesa com inativos e pensionistas, o valor transferido aos municípios e as despesas intraorçamentárias.

Em sua totalidade, as despesas do Grupo *Outras Despesas Correntes* executaram R\$ 18,2 bilhões e, quando comparadas ao mesmo período de 2013, aumentaram 7,4% (+R\$ 1,25 bilhão).



➤ Investimentos e Inversões Financeiras

Tabela 30 - Investimentos e Inversões Financeiras

PRINCIPAIS FUNÇÕES	JAN A JUN		Variação(%)	Em R\$
	2013	2014		
Transporte	711.994.059	1.430.388.993	100,9%	
Urbanismo	242.499.598	698.541.651	188,1%	
Saneamento	43.578.791	144.876.460	232,4%	
Segurança Pública	74.841.881	136.009.213	81,7%	
Gestão Ambiental	89.293.461	108.863.776	21,9%	
Educação	82.081.105	102.885.424	25,3%	
Demais Funções	666.385.736	207.554.814	-68,9%	
Total	1.910.674.632	2.829.120.330	48,1%	

Fonte: SIG - Sistemas de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 16/07/2014

Exclui as despesas intra-orçamentárias/Exclui Imprensa Oficial e CEDAE

A Tabela 30 detalha os gastos com Investimentos e Inversões Financeiras neste primeiro semestre, sob a ótica de funções de governo. Inicialmente, é possível inferir que já foram liquidados R\$ 2,83 bilhões, crescimento de 48,1% (+R\$ 918,44 milhões) em relação ao mesmo período de 2013. Desse montante 80,1% financiados com recursos oriundos de Operação de Crédito, cerca de R\$ 2,26 bilhões.

O maior volume de investimentos está concentrado no Transporte, com R\$ 1,43 bilhão (+100,9%; ou seja; +R\$ 718,34 milhões), basicamente nas obras de expansão do Metrô – Linha 4.

No âmbito da função de Urbanismo no acumulado do exercício foram gastos R\$ 698,54 milhões (+188,1% ou seja; +R\$ 456,04 milhões), grande parte na realização de obras de drenagem, recapeamento, pavimentação e construção de calçadas em diversos municípios fluminenses. Incluem-se, também as obras de implantação do Arco Metropolitano que visa interligar rodovias federais que cortam o território fluminense com o Porto de Itaguaí facilitando o escoamento da produção e criando uma nova opção de tráfego.

Já as Obras de Saneamento alcançaram o valor de R\$ 144,87 milhões (+ 232,4%; ou seja; +R\$ 101,29 milhões), a terceira função mais relevante em volume de gastos. Tais despesas dizem respeito às obras de macrodrenagem, esgotamento sanitário, abastecimento de água e saneamento da Baía da Guanabara.

Em Segurança Pública houve um acréscimo de 81,7% (+R\$61,16 milhões), culminando em R\$ 136,01 milhões de despesas liquidadas, com destaque para a construção de um centro de monitoramento e



controle da PMERJ. Somam-se também os gastos de aquisição e manutenção de viaturas para a frota policial e a compra de coletes balísticos.

Dando continuidade, em Gestão Ambiental foram gastos R\$ 108,86 milhões (+21,9%; ou seja; R\$ 19,57 milhões), destacando-se os gastos atinentes a um projeto que tem como meta coletar 80% de todo o lixo do ERJ até 2018. Em segundo plano aparece o aporte de recursos para projetos habitacionais. Inclusive os que têm como objetivo realocar moradores de áreas sob risco de inundações.

A função Educação aplicou m R\$ 102,88 milhões (+25,3%; ou seja; R\$ 20,80 milhões), grande parte na execução de obras em diversas regiões do Estado, tanto para os fins de construção e ou reforma em unidades de ensino.



V.V Cumprimento das despesas vinculadas aos índices constitucionais: Educação, Saúde, FAPERJ²⁷, FECAM²⁸ e FEHIS²⁹.

Os recursos mínimos para assegurar a manutenção e o desenvolvimento da Educação e da Saúde estão estabelecidos na Constituição Federal, em percentuais, cuja base de cálculo é a receita oriunda de impostos próprios de cada Estado. Regulamentação semelhante consta da Constituição do ERJ que garantiu recursos para as áreas de Ambiente, Pesquisa e Habitação e Interesse Social.

A Tabela 31 ao lado apresenta a execução parcial dos índices estabelecidos constitucionalmente, neste terceiro bimestre de 2014, cujo acompanhamento ao longo do exercício visa corrigir possíveis desvios no desenrolar da execução orçamentária.

No final de 2013, com a edição do Manual de Demonstrativos Fiscais, pela Secretaria de Tesouro Nacional, foi alterada a regra de dedução dos Restos a Pagar Cancelados no exercício, quando da apuração do Índice da Saúde. Até então, o valor de Restos a Pagar Inscritos até cinco exercícios anteriores e cancelados no ano em referência eram integralmente deduzidos da despesa realizada, aumentando a aplicação do exercício em referência para compensar a perda decorrente do cancelamento. A nova regulamentação prevê que, a dedução incida apenas sobre a parcela dos Restos a Pagar Cancelados que superem o montante aplicado acima do limite constitucional no ano imediatamente anterior. Neste exercício de 2014, esta prática se estendeu para o índice da Educação.

De acordo com essa metodologia, não houve dedução de RP Cancelado no encerramento das Contas de Gestão do exercício de 2013, bem como não estão sendo deduzidos os Restos a Pagar Cancelados em 2014.

Cabe lembrar que o acompanhamento dos percentuais aplicados ao longo do ano, conforme apresentado neste Boletim de Transparéncia,

Tabela 31 - Execução dos Índices Constitucionais

PERÍODO	EXECUÇÃO ÍNDICES CONSTITUCIONAIS			Variação	
	JAN - JUN				
	2013	2014			
EDUCAÇÃO					
RECEITA BASE	16.170.416	17.041.222	5,4%		
DESPESA LIQUIDADA*	3.942.192	4.371.673	10,9%		
Uos	1.238.183	1.542.515	24,6%		
FUNDEB	2.708.771	2.829.158	4,4%		
RP Cancelado	4.762		-100,0%		
MÍNIMO A SER APLICADO (25%)	4.042.604	4.260.305	5,4%		
% ÍNDICE	24,4%	25,7%	1,2%		
SAÚDE					
RECEITA BASE	16.170.395	17.041.204	5,4%		
DESPESA LIQUIDADA**	1.489.985	1.295.806	-13,0%		
Uos - FR Tesouro	1.378.994	1.153.214	-16,4%		
FR 23 - Gestão de Saúde	110.991	142.592	28,5%		
RP Cancelado			#DIV/0!		
MÍNIMO A SER APLICADO (12%)	1.940.447	2.044.945	5,4%		
% ÍNDICE	9,2%	7,6%	-1,6%		
FAPERJ					
RECEITA BASE	9.541.585	10.057.652	5,4%		
DESPESA LIQUIDADA	150.495	130.791	-13,1%		
MÍNIMO A SER APLICADO (2%)	190.832	201.153	5,4%		
% ÍNDICE	1,6%	1,3%	-0,3%		
FECAM					
RECEITA BASE	3.616.519	4.023.038	11,2%		
DESPESA LIQUIDADA	98.513	107.869	9,5%		
MÍNIMO A SER APLICADO (5%)	211.332	201.152	-4,8%		
% ÍNDICE	2,7%	2,7%	0,0%		
FEHIS					
RECEITA BASE	1.386.749	1.469.564	6,0%		
DESPESA LIQUIDADA	88.882	75.020	-15,6%		
MÍNIMO A SER APLICADO (10%)	138.675	146.956	6,0%		
% ÍNDICE	6,4%	5,1%	-1,3%		

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 16/07/2014.

1. Valor da Despesa Liquidada

* Desconta o valor de RP Processado Cancelado Inscritos nos últimos 5 exercícios.

** Inclui o valor da FR 23 - Gestão de Saúde

²⁷ FAPERJ- Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

²⁸ FECAM- Fundo Estadual de Conservação Ambiental

²⁹ FEHIS- Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social



assume fins de planejamento e controle do cumprimento dessas obrigações.

➤ Educação

Até junho de 2014, a despesa liquidada na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino alcançou R\$ 4,37 bilhões, um aumento de 10,9% (+R\$ 429,48 milhões). A aplicação na função já alcança 25,7% da receita base. A Tabela 32 mostra a aplicação por Grupo de Despesa.

O Grupo “Outras Despesas Correntes”, que agrupa o custeio de todas as Unidades Orçamentárias que compõem o índice, além das transferências ao FUNDEB, aumentou 2,1% em relação ao 3º bimestre do ano anterior.

Com expressiva participação, o FUNDEB representou 64,7% do montante aplicado na função. Comparado ao mesmo período do ano passado, registrou-se variação positiva de R\$ 120,39 milhões. O valor transferido a cada mês cumpre regulamentação legal - Lei - 11.494/2007, parametrizado pela receita realizada no mesmo mês.

A variação de 44,0% (+R\$ 381,06 milhões) nas despesas de pessoal financiadas com recursos do Tesouro (FR 00 e 22), em parte é decorrente da realização do pagamento antecipado de despesas com Contribuições Patronais ao RIOPREVIDÊNCIA, representando um acréscimo, até o terceiro bimestre, de R\$ 337,04 milhões. A aparente variação negativa de 17,1% (-R\$ 57,12 milhões) em custeio, em relação a igual período de 2013, é justificada pela execução das despesas de benefícios (auxílios qualificação, transporte e alimentação) em outra fonte (FR 15 – retorno do FUNDEB), cujos gastos não são contabilizados no índice.

Neste bimestre, a despesa de investimento apresentou execução negativa de 51,0% (-R\$ 19,61 milhões), queda justificada pela utilização de FR 11 - Operações de Crédito - pela SEEDUC para atender a ampliação, reforma e construção de unidades escolares.

A Tabela 33 abaixo demonstra a distribuição da despesa do Índice por Unidade Orçamentária do ERJ e, na exposição de motivos, segue a análise da execução de cada uma delas.

Tabela 32- Aplicação na Função

Em R\$ Milhares

GRUPO DE DESPESA	APLICAÇÃO NA FUNÇÃO		Variação %	Participação em 2014
	JAN - JUN 2013	2014		
Pessoal	866.147	1.247.211	44,0%	28,5%
Outras Desp. Correntes	3.042.354	3.105.623	2,1%	71,0%
Custeio*	333.583	276.465	-17,1%	6,3%
FUNDEB*	2.708.771	2.829.158	4,4%	64,7%
Investimento/Inversões	38.453	18.839	-51,0%	0,4%
RP Cancelado	4.762		-100,0%	0,0%
TOTAL	3.942.192	4.371.673	10,9%	100,0%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 16/07/2014.

*A participação do Custeio e do FUNDEB foi calculada com base no Total Geral



Tabela 33 - Distribuição da Função por UO

Em R\$

UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS*	DISTRIBUIÇÃO DO ÍNDICE POR UO		Variação %	Participação em 2014
	2013	2014		
SEEDUC - Secretaria de Estado de Educação	440.844.252	568.155.360	28,9%	13,0%
DEGASE - Depart.Geral Ações Socio-Educat.	58.420.539	73.322.283	25,5%	1,7%
UERJ - Fundação Universidade do Estado do RJ	343.865.281	428.284.991	24,6%	9,8%
FAETEC - Fund de Apoio à Escola Técnica do Est do RJ	312.500.604	388.786.892	24,4%	8,9%
UENF - Fund Univ Est Norte Fluminense Darcy Ribeiro	60.593.164	58.102.510	-4,1%	1,3%
CECIERJ - Fund Centro Ciên Educ Sup Distânc do Est RJ	11.465.789	13.510.924	17,8%	0,3%
UEZO - Fund Centro Univers Estad da Zona Oeste	10.493.550	12.352.486	17,7%	0,3%
Total das Unidades Orçamentárias**	1.238.183.180	1.542.515.446	24,6%	35,3%
FUNDEB**	2.708.771.088	2.829.157.644	4,4%	64,7%
RP Cancelado**	4.762.034		-100,0%	0,0%
TOTAL DO ÍNDICE	3.942.192.233	4.371.673.090	10,9%	100,0%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 16/07/2014.

* A participação de cada unidade orçamentária foi calculada com base no valor apurado em Total das Unidades Orçamentárias.

** Participação calculada com base no Total do Índice da Educação.

A Secretaria de Educação (SEEDUC), responsável pela administração de 1.294 escolas, com um contingente de aproximadamente 790 mil alunos, se destaca com a maior participação e a maior variação percentual do período - 28,9% (+R\$ 127,31 milhões).

A segunda maior participação na função está concentrada na Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ – aumento de R\$ 84,42 milhões (+24,6%). A maior parcela, R\$ 56,79 milhões, foi aplicada em apoio à formação dos estudantes (R\$ 18,43 milhões), à residência médica (R\$ 16,30 milhões), bem como aos cotistas e demais estudantes (R\$ 22,06 milhões).

A Fundação de Apoio à Escola Técnica do ERJ (FAETEC) executou 8,9% das despesas da função educação. Neste período ocorreu expressivo acréscimo (+R\$ 74,52 milhões) nas despesas de pessoal, com o pagamento antecipado da obrigação patronal, além das contratações temporárias de professores, instrutores, supervisores e orientadores ocorridas no período.



➤ Educação - Outras Fontes de Recursos

Além dos recursos diretamente arrecadados pelo Estado ou oriundos de transferências da União, que são contabilizados para fins de cumprimento do Índice, a Função Educação conta com outras fontes de financiamento que são responsáveis por montante significativo da despesa.

A Tabela 34 abaixo discrimina por FR a aplicação desses recursos que, em relação ao 3º bimestre de 2013, registrou variação positiva de 28,3% (+R\$ 354,75 milhões).

Tabela 34 - Aplicação na Função

FR - FONTES NÃO TESOURO	FUNÇÃO EDUCAÇÃO		Variação %	Participação em 2014	Em R\$
	2013	2014			
FUNDEB (FR 15)	1.052.444.971	1.342.051.069	27,5%	83,5%	
SALÁRIO EDUCAÇÃO (FR 05)	122.734.045	146.083.735	19,0%	9,1%	
TRANSF. VOLUNT. DA UNIÃO NÃO REFERENTES A CONVÊNIOS (FR 24)	30.266.005	23.263.499	-23,1%	1,4%	
RECURSOS PRÓPRIOS (FR 10)	17.358.380	18.853.514	8,6%	1,2%	
SUS (FR 25)	14.849.483	16.565.424	11,6%	1,0%	
OPERAÇÃO DE CRÉDITO (FR 11)	3.197.341	48.719.425	1423,7%	3,0%	
CONVÊNIOS (FR 12-13)	11.691.594	11.757.621	0,6%	0,7%	
TOTAL	1.252.541.819	1.607.294.286	28,3%	100,0%	

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 16/07/2014.

1. Exclui despesas intra-orçamentárias, CEPERJ e FAPERJ

A execução da despesa financiada pela FR 15 (FUNDEB) participou com 83,5% na Função Educação. Até o terceiro bimestre a despesa liquidada alcançou R\$ 1,34 bilhão, destinada ao pagamento da folha de salários e demais benefícios concedidos aos docentes. Estes benefícios (auxílio transporte, alimentação e qualificação) acumularam gasto de R\$ 130,16 milhões. Outro fator relevante que contribuiu para a variação de 27,5% nesta fonte foi o acréscimo de 225,9% (+R\$ 59,85 milhões) nas gratificações que contemplaram os Agentes de Gestão Escolar, os Assistentes Operacionais, os Coordenadores Pedagógicos e Orientadores, e àqueles de Difícil Provimento, todos com reajustes concedidos em abril refletindo diretamente na folha de maio. Foi desembolsado também neste período, R\$ 1,29 milhão com gratificação por desempenho de atividade, como bonificação por resultado concedida aos professores das escolas que alcançaram suas metas.

O Salário Educação (FR 05) é uma contribuição social destinada exclusivamente a ações de desenvolvimento da educação básica. Até

Com recursos de R\$ 14,2 milhões o Colégio Estadual São João, em Queimados, foi demolido, reconstruído e modernizado para atender até 2.160 alunos.





o 3º bimestre, do montante aplicado (R\$ 146,08 milhões), R\$ 83,76 milhões foram direcionados ao Programa de Alimentação Escolar. A diferença (R\$ 62,32 milhões) está alocada na despesa relacionada à vigilância, higiene, e demais despesas de manutenção da rede escolar.

Neste semestre, parte das obras da Rede Física Escolar vem sendo realizadas com recursos de Operações de Crédito (FR11), liberando recursos próprios do Tesouro para reforçar as demais despesas correntes da Educação. Comparando com o mesmo período do ano anterior, essa fonte apresentou um crescimento de R\$ 45,52 milhões. Em 2014, já foram aplicados R\$ 48,72 milhões no Programa de Melhoria da Infraestrutura da Rede Escolar, inaugurando doze escolas com grandes reformas, demolições e reconstruções.

As Transferências Voluntárias da União (FR 24), repassadas para a SEEDUC pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), tiveram desembolso total de R\$ 23,26 milhões, uma variação negativa de -23,1% (-R\$ 7 milhões) em relação ao mesmo período de 2013, em função do censo escolar que reavaliou o número de alunos matriculados.

Com recursos diretamente arrecadados (FR 10), do montante liquidado de R\$ 18,85 milhões, a UERJ foi responsável quase integralmente pela execução com R\$ 18,24 milhões, destinados à ação Integração UERJ/Sociedade, à aquisição de diversos equipamentos hospitalares, às despesas com o vestibular, entre outras.

Com os repasses do SUS (FR 25), foram desembolsados R\$ 16,56 milhões (11,6% de variação em relação a 2013), direcionados especialmente à Operacionalização do Hospital Pedro Ernesto, à aquisição de equipamentos hospitalares, de materiais cirúrgicos e de medicamentos em geral.



➤ Saúde

No terceiro bimestre de 2014, a aplicação de recursos em ações direcionadas à Rede de Saúde Pública do ERJ foi menor em 13,0% em relação ao mesmo período do ano passado, -R\$ 194,18 milhões, conforme demonstrado na Tabela 35.

Tabela 35 - Aplicação do Índice por Grupo de Despesa

GRUPO DE DESPESA	DISTRIBUIÇÃO DO ÍNDICE POR GRUPO DE DESPESA		Em R\$	
	JAN A JUN		Variação %	Participação em 2014
	2013	2014		
Pessoal	641.088.194	540.898.276	-15,6%	41,7%
Outras Desp. Correntes	821.839.387	723.831.409	-11,9%	55,9%
Investimento/Inversões	24.234.187	29.612.929	22,2%	2,3%
Amortização da Dívida	2.823.235	1.463.203	-48,2%	0,1%
RP Cancelado	-	-	-	-
TOTAL	1.489.985.003	1.295.805.816	-13,0%	100,0%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 16/07/2014.

Embora a despesa realizada no período esteja proporcionalmente menor, destaca-se o aumento constatado no grupo Investimentos (+22,2%, ou seja, +R\$ 5,38 milhões). Dos R\$ 29,61 milhões liquidados, R\$ 17,80 milhões referem-se à aquisição de 180 vans que serão destinadas a 91 municípios do ERJ, visando ao transporte de pacientes em tratamento em outras cidades; e R\$ 4,5 milhões foram destinados ao convênio do Governo do ERJ com a Prefeitura de Volta Redonda, no âmbito do programa Somando Forças, para a construção do Hospital Regional do Médio Paraíba.

Na área de pessoal, a despesa apontada pela tabela é aplicada diretamente pelo FES em remuneração de seu pessoal fixo, de cooperativados e de concursados da Fundação de Saúde. O desafio de diminuir a quantidade de vínculos precários de trabalho, simbolizados principalmente pelas cooperativas, está sendo colocado em prática. Elas estão sendo substituídas gradativamente por profissionais concursados pela Fundação de Saúde ou contratados por Organizações Sociais de Saúde (segundo a Consolidação das Leis de Trabalho e todos os seus benefícios). Por esse motivo, a despesa liquidada com esses contratos terceirizados apresentou, até este bimestre, uma queda de 75,64% em relação a 2013 (-R\$ 98,09 milhões), contribuindo para a variação negativa apurada no total da despesa de pessoal (-15,6%, ou -R\$ 100,19 milhões).



O Hospital Regional do Médio Paraíba atenderá cerca de 1,2 milhão de pessoas, de 12 municípios da região, e tem capacidade para realizar mais de 7,8 mil consultas por mês.



No grupo Outras Despesas Correntes foi constatado um decréscimo de 11,9% (-R\$98 milhões) em relação ao ano anterior, reflexo do ritmo da execução orçamentária em consonância com o fluxo de caixa do Tesouro. Sua participação na execução do índice foi de 55,9% das aplicações, resultado do modelo de gestão implantado nas unidades do Sistema de Saúde do ERJ através dos Contratos de Gestão pactuados com as Organizações Sociais (OS).

A análise das principais ações desenvolvidas nesse grupo até o terceiro bimestre será abordada por itens conforme a destinação final, destacando-se as mais expressivas:

1- Operacionalização Integral de Unidades Próprias por Gestão Compartilhada - foram aplicados R\$ 253,02 milhões distribuídos nos Hospitais conforme Tabela 36 ao lado.

2- Operacionalização das UPA's 24 horas Próprias administradas por Gestão Compartilhada – despesa realizada de R\$ 86,19 milhões em várias unidades do ERJ, conforme detalhamento na Tabela 37 abaixo.

3- Operacionalização das Unidades Próprias Hospitalares e Ambulatoriais – aplicação de R\$ 73,73 milhões, a saber: R\$ 31,52 milhões no pagamento de Serviços de Apoio Administrativo, Técnico e Operacional; R\$ 7,68 milhões na aquisição de Material Cirúrgico, de Laboratório e de Enfermagem; R\$ 6,99 milhões no Preparo e Distribuição de Alimentação nas Unidades Próprias de Saúde do ERJ; R\$ 4,96 milhões no Reparo, Adaptações e Conservações de imóveis da Rede Física; dentre outras despesas.

4- Apoio às UPA's 24 horas Municipalizadas – gastos de R\$ 37,75 milhões na forma de incentivo financeiro para custeio e manutenção dessas unidades localizadas em diversos municípios do ERJ, listados na Tabela 38 abaixo.

Tabela 36 – Repasse para OS's

REPASSE PARA AS OS's		
UNIDADES COM GESTÃO COMPARTILHADA INTEGRAL	LOCALIZAÇÃO	JAN A JUN
HOSPITAL ESTADUAL VEREADOR MELCHIADES CALAZANS	NILÓPOLIS	6,42
HOSPITAL DA MULHER HELONEIDA STUDART	SÃO JOÃO DE MERITI	16,28
HOSPITAL ESTADUAL ALBERTO TORRES	SÃO GONÇALO	62,94
HOSPITAL ESTADUAL DA CRIANÇA	VILA VALQUEIRE	7,55
HOSPITAL DE ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA DONA LINDU	PARAÍBA DO SUL	3,56
HOSPITAL ESTADUAL ALBERT SCHWEITZER	REALENGO	44,63
HOSPITAL ESTADUAL ADÃO PEREIRA NUNES	DUQUE DE CAXIAS	11,08
HOSPITAL ESTADUAL AZEVEDO LIMA	NITERÓI	21,72
HOSPITAL ESTADUAL DE SAQUAREMA	SAQUAREMA	9,01
HOSPITAL ESTADUAL DO CÉREBRO	CENTRO RJ	7,56
HOSPITAL SÃO FRANCISCO DE ASSIS	CENTRO RJ	10,17
HOSPITAL ESTADUAL GETÚLIO VARGAS	PENHA	30,73
COMPLEXO REGIONAL MATERNIDADE E CLÍNICA DA MULHER	MESQUITA	21,36
TOTAL REPASSADO		253,02

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 16/07/2014.



Tabela 37 - UPA's por OS do ERJ

UPA'S 24HS do ERJ (Gestão por meio de OS)	Em R\$	
	VALORES REPASSADOS	JAN A JUN
SÃO GONÇALO I	9.848.707	
COPACABANA	7.164.000	
QUEIMADOS	6.688.529	
MESQUITA	6.562.190	
ILHA do GOVERNADOR	5.373.000	
SÃO GONÇALO II	5.373.000	
NOVA IGUAÇU II	5.352.723	
JACAREPAGUÁ	5.132.005	
CAMPOS dos GOYTACAZES	5.055.000	
ENGENHO NOVO	5.052.606	
MARÉ	3.582.000	
TIJUCA	3.472.987	
SEAP	3.375.286	
IRAJÁ	3.191.739	
NOVA IGUAÇU I	2.527.500	
BANGU	1.780.373	
NITERÓI	1.773.310	
CAMPO GRANDE II	1.682.054	
CAXIAS I	1.544.409	
REALENGO	1.517.955	
CAMPO GRANDE I	137.646	
TOTAL REPASSADO	86.187.019	

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 16/07/2014.

Tabela 38 - UPA's Municipais

UPA'S MUNICIPALIZADAS	Em R\$	
	VALORES REPASSADOS	JAN A JUN
BELFORD ROXO	2.000.000	
RESENDE	2.000.000	
PETRÓPOLIS	4.000.000	
ARARUAMA	2.000.000	
SÃO JOÃO DE MERITI	2.000.000	
ANGRA DOS REIS	2.000.000	
BARRA MANSA	2.000.000	
CABO FRIO	2.000.000	
ITAGUAÍ	2.000.000	
ITAPERUNA	2.000.000	
MACAÉ	2.000.000	
MARICÁ	2.000.000	
NILÓPOLIS	2.000.000	
RIO BONITO	2.000.000	
TERESÓPOLIS	2.000.000	
TRÊS RIOS	2.000.000	
VOLTA REDONDA	1.750.000	
NOVA FRIBURGO	2.000.000	
TOTAL REPASSADO	37.750.000	

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 16/07/2014.

A Tabela 39 abaixo evidencia a distribuição dos recursos por unidade orçamentária do Estado.

Tabela 39 - Distribuição do Índice por UO

UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	DISTRIBUIÇÃO DO ÍNDICE POR UO		Variação %	Participação em 2014
	2013	2014		
FES - Fundo Estadual de Saúde	1.356.022.167	1.128.476.576	-16,8%	87,1%
Fundação Saúde do Estado do Rio de Janeiro	110.990.619	142.430.904	28,3%	11,0%
IVB - Instituto Vital Brasil S.A.	22.947.105	24.818.443	8,2%	1,9%
SES - Secretaria de Estado de Saúde	25.113	79.893	218,1%	0,0%
Total das Unidades Orçamentárias	1.489.985.003	1.295.805.816	-13,0%	100,0%
RP Cancelado	-	-	-	-
TOTAL DO ÍNDICE	1.489.985.003	1.295.805.816	-13,0%	100,0%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 16/07/2014.

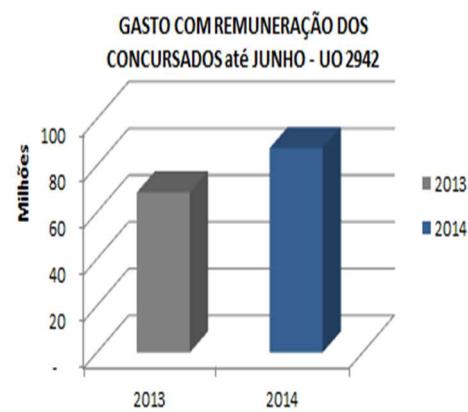
O Fundo Estadual de Saúde – FES – grande responsável pela execução no período (87,1%, R\$ 1,13 bilhão), apresentou uma queda



(-16,8%, ou seja, -R\$ 227,54 milhões) frente ao executado neste período em 2013, refletindo o ritmo de execução orçamentária mais lento de acordo com o fluxo de caixa do Tesouro.

A Fundação Saúde do ERJ (UO 2942) exibiu considerável incremento em relação a 2013: variação positiva de R\$ 31,44 milhões (+28,3%), reflexo da contratação, pelo regime celetista, de profissionais concursados. A execução da despesa na Fundação é contabilizada na FR 23 (Contratos Intraorçamentários de Gestão de Saúde), previamente empenhada no FES, com recursos do Tesouro em favor da Fundação.

As despesas do Instituto Vital Brazil (IVB) aumentaram R\$ 1,87 milhão (+8,2%) em relação ao terceiro bimestre do ano anterior. Sua participação na execução do índice é de 1,9% das aplicações. Seus principais gastos com recursos do Tesouro referem-se à Pessoal e Encargos Sociais (R\$ 10,85 milhões) e à Manutenção das Atividades Operacionais (R\$ 6,87 milhões).



➤ Saúde - Outras Fontes de Recursos:

Além dos recursos do Tesouro, a Função Saúde também é financiada com recursos de Outras Fontes, não contabilizados para fins de apuração do Índice Constitucional. A Tabela 40 abaixo discrimina o detalhamento da execução a partir de tais fontes.

Tabela 40 - Função Saúde - Outras Fontes

FR - FONTES NÃO TESOURO	FUNÇÃO SAÚDE		Em R\$	
	JAN A JUN		Variação %	Participação em 2014
	2013	2014		
RECURSOS PRÓPRIOS (FR 10)	123.088.720	95.750.044	-22,2%	20,3%
CONVÊNIOS (FR 13)	3.030.000	5.136.052	69,5%	1,1%
SUS (25)	127.595.567	370.379.922	190,3%	78,6%
TOTAL	253.714.287	471.266.019	85,7%	100,0%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 16/07/2014.

1. Exclui despesas intra-orçamentárias

Comparada à execução do terceiro bimestre de 2013, as despesas liquidadas com Recursos Próprios (FR 10) registraram um decréscimo de R\$ 27,34 milhões (-22,2%). Dos R\$ 95,75 milhões



executados nesse ano, R\$ 71,02 milhões correspondem a gastos do Instituto Vital Brazil – IVB – (UO 2971), basicamente na manutenção de seu parque industrial: R\$ 53,29 milhões destinados a medicamentos, R\$ 14,67 milhões à Serviços, dentre outros. A UO 1661 (Fundo Especial do Corpo de Bombeiros) aplicou R\$ 24,70 milhões com FR 10, sendo R\$ 15,06 milhões aplicados em Material Cirúrgico, de Laboratório e de Enfermagem.

As despesas e receitas do Sistema Único de Saúde (SUS - FR 25), em 2014, cresceram substancialmente até esse terceiro bimestre.

Pelo lado da receita, o aumento foi de 10% (+36,22 milhões). Em 2013, a arrecadação até o terceiro bimestre alcançou R\$ 362,22 milhões e, em 2014, R\$ 398,44 milhões.

A despesa financiada pela FR 25 apresentou crescimento expressivo em relação ao mesmo período de 2013 (aumento de 190,3%; +R\$ 242,78 milhões), isto porque parte dos recursos transferidos pelo Ministério da Saúde ao ERJ, passou a cobrir, juntamente com os recursos do Tesouro, os gastos de Unidades Próprias do ERJ, em conformidade com a legislação do SUS.

Do montante de R\$ 370,38 milhões executados na FR 25, R\$ 135,17 milhões foram direcionados para a Operacionalização Integral das Unidades Próprias por Gestão Compartilhada; R\$ 95,50 milhões para a Operacionalização das UPA's 24horas geridas por meio de OS; R\$ 44,51 milhões para Operacionalização das Unidades Próprias Hospitalares e Ambulatoriais; R\$ 21,49 milhões para Assistência Hospitalar e Ambulatorial de Alta e Média Complexidade, dentre outras despesas de menor vulto.

Com recursos de Convênios (FR 13), foram aplicados R\$ 5,14 milhões até o terceiro bimestre de 2014. Desse montante, R\$ 4,13 milhões foram direcionados para Ampliação da Capacidade de Produção Industrial do IVB.



➤ FAPERJ

A Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do ERJ (FAPERJ), nas diversas ações de apoio à pesquisa, liquidou até o terceiro bimestre de 2014 R\$ 130,79 milhões, financiados com recursos do Tesouro. Embora com crescimento em algumas ações, a despesa total aplicada apresentou redução de 13,1% (-R\$ 19,70 milhões) em relação ao mesmo período de 2013. Essa aplicação menor no período se concentrou na ação do Núcleo de Pesquisa e Tecnologia para o Desenvolvimento Socioeconômico, cuja despesa foi destinada aos editais do Pensa Rio (R\$ 14,93 milhões), Pró-Idoso (R\$ 1,45 milhão), Prioridade Rio (R\$ 7,17 milhões) e Programa de Apoio Científico e Tecnológico Regional do ERJ (R\$ 5,13 milhões).

A Tabela 41 demonstra a execução orçamentária da FAPERJ nas fontes Tesouro. Além dos recursos garantidos pela Constituição Estadual, a FAPERJ conta também com recursos próprios, diretamente arrecadados (R\$ 4,08 milhões) e com recursos de convênios (R\$ 4,82 milhões), não contabilizados na apuração do índice. Até o 3º bimestre, a execução foi de 1,3% em relação à receita base realizada, compatível com execução do 1º semestre.

A maior parcela liquidada pelas fontes Tesouro foi direcionada ao Desenvolvimento de Estudos e Pesquisas através da própria FAPERJ (R\$ 41,72 milhões). Desse montante, R\$ 19,78 milhões foram pagos para os Grupos Emergentes de Pesquisas (formados por pesquisadores com até dez anos de doutoramento), cujo objetivo é apoiar atividades em instituições de ensino e/ou pesquisas sediadas no Estado do Rio de Janeiro.

Neste período, o convênio de cooperação técnica entre a UERJ e a FAPERJ, para atender ao desenvolvimento de estudos e pesquisa, teve um acréscimo de 68,9% (+R\$ 7,30 milhões) para o pagamento aos participantes do PROATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e do PRÓ-CIÊNCIA – Programa de Incentivo à Produção Científica, Técnica e Artística.

Em relação às Outras Fontes de Recursos, até o 3º bimestre, a despesa financiada com recursos próprios (FR 10) foi destinada ao FATEC (Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico) para pagamento de auxílios (R\$ 4,08 milhões). Com recursos de convênios

**Tabela 41 - Execução
Orçamentária da FAPERJ**

PROJETO/ATIVIDADE	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
	FONTE TESOURO		Variação %	
	JAN A JUN	2013	2014	
Desenvol Estudos e Pesquisas através FAPERJ	40.089.191	41.719.907	4,1%	
Apoio a Estudantes e Pesquisadores	41.419.214	35.920.477	-13,3%	
Desenv de Estudos e Pesquisas através da UERJ	10.602.711	17.904.401	68,9%	
Núcl de Pesquisa e Tecnol p/Desenv Socioecon	33.712.094	9.618.139	-71,5%	
Apoio à Formação Superior à Distância CECIERJ	6.880.355	8.316.425	20,9%	
Inovação Tecnológica	5.151.801	5.724.324	11,1%	
Desenv Estudos e Pesquisas através da UENF	4.008.888	4.543.019	13,3%	
Pessoal e Encargos Sociais	2.928.542	3.215.590	9,8%	
Nova sede da FAPERJ	-	1.549.440		
Apoio à Pesquisa na Administ Pública Estadual	1.495.396	851.057	-43,1%	
Manut Ativid Operacionais / Administrativas	655.353	756.793	15,5%	
Pagamento Despesas Serviços Utilidade Pública	334.420	587.783	75,8%	
Apoio ao Pesquisador na Empresa	88.420	60.940	-31,1%	
Despesas Obrigatorias	51.683	17.187	-66,7%	
Prest Serv entre Órg Est/ Aquis Comb e Lubrif	12.503	5.771	-53,8%	
Tecnologia da Inform p/ Gest Pública- PRODERJ	3.064.035	-	-100,0%	
TOTAL	150.494.605	130.791.253	-13,1%	

PROJETO/ATIVIDADE	OUTRAS FONTES		
	JAN A JUN		Variação %
	2013	2014	
Fundo de Apoio ao Desenv Tecnológico - FATEC	202.094	4.081.684	1919,7%
Desenvol Estudos e Pesquisas através FAPERJ	-	3.534.347	
Inovação Tecnológica	-	688.261	
Apoio a Estudantes e Pesquisadores	611.260	594.120	-2,8%
TOTAL	813.354	8.898.412	994,0%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 16/07/2014.



(FR 13), R\$ 3,53 milhões atenderam despesas com Gestão Compartilhada em Saúde, pesquisa para o SUS e apoio a Núcleos Emergentes de Pesquisas – PRONEM.

➤ FECAM

O Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano (FECAM), responsável pela gestão de projetos de investimento direcionados para o setor de meio ambiente do ERJ, conta, a partir de norma estadual, com 5% dos recursos provenientes da indenização pela extração do petróleo e gás do ERJ e com 10% quando provenientes da camada do Pré-Sal.

Até 3º bimestre de 2014, o FECAM liquidou R\$ 107,87 milhões, elevação de 9,5% (+R\$ 9,36 milhões) comparando ao mesmo período de 2013.

As ações realizadas em 2014 por meio dos recursos do Fundo estão descritas na Tabela 42 abaixo. Nela são apresentados os projetos desenvolvidos, assim como o órgão responsável pela execução e os valores liquidados no exercício.

A ação com maior expressividade no período foi Rio Mais Limpo, com um gasto total de R\$ 35,58 milhões, correspondendo a 33% do total liquidado no Fundo.

Tabela 42 - Índice FECAM

AÇÃO	PRINCIPAIS PROJETOS	ÓRGÃO RESPONÁVEL PELA EXECUÇÃO	Em R\$	
			MAI - JUN	JAN - JUN
Rio Mais Limpo	Implantação do sistema de esgotamento sanitário e complementação do sistema de abastecimento de água potável do núcleo urbano de Paraty Obras emergenciais de canalização do valão da Av. Carioca no minicípio de são joão de Mariti Construção de estações de tratamento de esgoto, estações elevatórias, redes coletoras e interceptores Projeto de esgotamento sanitário de Barra Mansa Viabilização da recuperação das condições das praias de São conrado e Bica	SEA	16.339.744	35.579.079
Projeto Iguaçu - PAC-RJ/FECAM	Produção de Empreendimento Habitacional no Programa Minha Casa Minha Vida	INEA	18.111.367	19.132.119
Transporte sobre Trilhos	Implantação das Obras da Linha 4	RIOTRILHOS / CASA CIVIL	3.759.909	12.000.000
Prevenção e Controle Ambiental de Inundações	Benfeitorias nos rios da região metropolitana, serrana e Ilha Grande.	INEA	4.867.882	11.920.131
Demais Ações	-	-	17.310.321	29.239.872
TOTAL GERAL			60.389.223	107.871.200

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 16/07/2014.



➤ FEHIS

O Fundo Estadual de Habitação e de Interesse Social (FEHIS) é financiado com 10% dos recursos oriundos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECP - Fonte 22) aplicados basicamente pela Secretaria de Obras (SEOBRAS), Habitação (SEH), e pela Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos (SEASDH), responsável pelo Aluguel Social a famílias atingidas por intempéries ou retiradas de área de risco.

O FEHIS executou até junho R\$ 75,02 milhões. Quando comparado ao exercício de 2013, a execução foi menor em 15,6% (-R\$ 13,86 milhões), justificada pela finalização de obras de unidades habitacionais, como por exemplo, o caso da entrega dos 1.260 apartamentos que compõem o conjunto habitacional Haroldo Andrade, situado em Barros Filho, destinado a famílias que viviam de forma precária em áreas de risco, atendendo àquelas domiciliadas debaixo do viaduto da linha Amarela e em galpões à beira da Avenida Brasil.

A Tabela 43 abaixo demonstra as ações executadas no 1º semestre deste ano, discriminadas por órgão, os principais projetos executados e o valor total liquidado em cada uma delas. Destaque para ações realizadas pela CEHAB que, através do projeto de Produção de Unidades Habitacionais, está realizando obras de construção de 388 unidades em Laje de Muriaé, Duque de Caxias e Casemiro de Abreu, além do projeto de Recuperação de Unidades Habitacionais que vem executando obras de construção de 06 blocos do Conjunto Residencial Ferroviários II e de recuperação da Vila do Hospital Colônia em Jacarepaguá.

No âmbito do Aluguel Social, já foram aplicados R\$ 36,21 milhões, (48,3% do total dos recursos aplicados até o 3º bimestre pelo FEHIS), com o pagamento de benefício assistencial temporário para atender famílias da Região Serrana, Niterói, São Gonçalo e Manguinhos estabelecidas em áreas de risco ou desabrigadas em razão de vulnerabilidade temporária e calamidade pública.



Tabela 43 - Índice FEHIS

ORGÃO	AÇÃO	PRINCIPAIS PROJETOS	Em R\$
			DESPESA LIQUIDADA JAN-JUN
SEB	Urbanização das Comunidades - PAC	Indenizações para desocupação de imóveis no Complexo do Jacarezinho	2.564.961
	Urbanização do Dona Marta	Construção de 64 unidades habitacionais e centro comunitário de ação social na Comunidade Santa Marta	524.449
	Urbanização do Complexo de Manguinhos-PAC-RJ	Indenização para desocupação de imóvel no Complexo de Manguinhos, complementação da urbanização para entrega de 564 unidades habitacionais	4.300.742
	Urbanização do Complexo do Alemão - PAC-RJ	Indenização para desocupação de imóvel no Complexo do Alemão, reformas e serviços de urbanização integrada projeto social e regularização fundiária no Complexo do Alemão.	360.014
	Outros		41.902
TOTAL SEOBRAS			7.792.068
SEH	Desenvolvimento de Modelo de Projeto	Serviços de Apoio e locação de veículos para atender ao projeto Vila da Melhor Idade	368.617
	Relocação de moradores assentados em áreas risco/Insalub	Aluguel provisório referente ao período abr-jun; entrega das unidades habitacionais (UHS) em Três Rios.	345.410
	Outros		10.000
	TOTAL SEH		724.028
ITERJ	Acordo de Cooperação Técnico-Financeira BNDES	Aquisição de diversos equipamentos agrícolas; 04 caminhões; 16 retroescavadeiras, 06 distribuidores de fertilizantes e sementes; contratação de empresa especializada para execução de obras de construção de galpão no assentamento rural nos municípios de Barra do Piraí, São Gonçalo, Italva, Mangaratiba e Japeri.	2.104.016
		Outros	778.091
	TOTAL ITERJ		2.882.107
CEHAB	Produção de Unidades Habitacionais	Obras de construção de 388 unidades habitacionais em Laje de Muriaé, Duque de Caxias e Casemiro de Abreu; Obras do Empreendimento Urucania	3.181.513
	Recuperação e Melhoria de U. Habitacionais	Recuperação de 06 blocos do conjunto residencial ferroviários II; Recuperação de uma vila no hospital colônia em Jacarepaguá; Recuperação estrutural em Mendes de Moraes.	6.400.371
	Urbanização de Assentamentos Irregulares	Obra de infraestrutura, esgoto sanitário no município de mesquita e no bairro Carmo; Serviço de reurbanização no Rio das Pedras.	17.110.794
	Outros		721.857
TOTAL CEHAB			27.414.535
SEASDH	Aluguel Social	Aluguel Social para as famílias da região Serrana, Niterói, Manguinhos e São Gonçalo.	36.207.226
TOTAL SEASDH			36.207.226
TOTAL GERAL			75.019.964

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 16/07/2014.



VI – ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

VI.1 Cota Financeira

A Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro publicou a Resolução nº 751, de 05 de junho de 2014, a qual estabeleceu a Cota Financeira com um acréscimo em torno de R\$ 1,05 bilhão até junho em comparação com a resolução³⁰ publicada no bimestre anterior. Desse montante, grande parte (89,3%) foi referente à liberação das Fontes de Recursos do Tesouro, que totalizou o valor de R\$ 936,55 milhões.

Por meio da análise dos dados da Tabela 44, observa-se que 35,6%, (R\$ 2,23 bilhões) do total da Cota liberada, foram lastreados com FR do Tesouro; e, 64,4% (R\$ 4,08 bilhões), por outras FR. Em sua totalidade, a cota financeira liberada teve aumento de 12,1% com relação ao mesmo período de 2013.

Alinhada à tendência de anos anteriores, a execução financeira, pelos órgãos, dos recursos administrados pelo Tesouro, em relação às outras FR permanece mais volumosa. Em números, no terceiro bimestre deste ano, a parcela utilizada, em FR do Tesouro, foi de 97,4% (R\$ 2,17 bilhões) da Cota Financeira liberada nessa fonte, enquanto em Outras FR, a execução alcançou o nível de 80,5% (R\$ 3,25 bilhões).

A celeridade na utilização da cota financeira por parte das áreas de Educação, Saúde e Segurança (áreas prioritárias) se manteve em comparação aos bimestres anteriores do ano corrente, visto que a mesma foi utilizada em quase sua totalidade.

³⁰ Resolução nº 736, de 03 de abril de 2014.

Gráfico 16

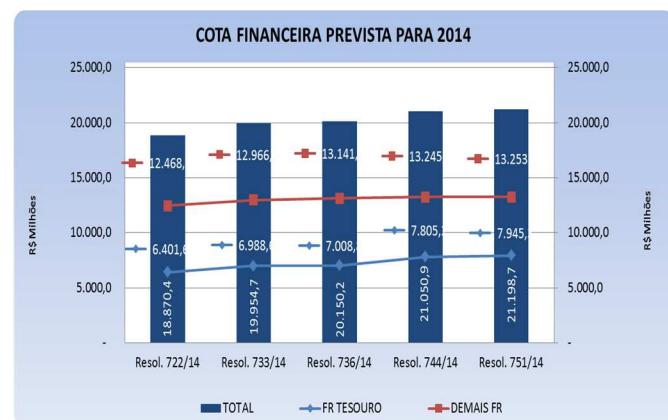


Tabela 44

ACOMPANHAMENTO DOS GASTOS POR FR ATÉ JUNHO DE 2014

FR	DESP. EMPENHADA (A)	DESP. LIQUIDADA (B)	COTA FIN. LIBERADA (C)	COTA FIN. UTILIZADA (D)	DESP. PAGA (E)
FR - Tesouro	3.471	2.700	2.227	2.169	2.073
FR - Outras	4.705	3.312	4.037	3.250	3.191
Total geral	8.176	6.012	6.264	5.419	5.264

Fonte: SIG e SIAFBM

Obs: Posição acumulada até Jun/2014

FR	(B)/(A)	(B)/(C)	(D)/(B)	(D)/(C)	(E)/(D)
FR - Tesouro	77,8%	121,2%	80,3%	97,4%	95,6%
FR - Outros	70,4%	82,0%	98,1%	80,5%	98,2%
Total geral	73,5%	96,0%	90,1%	86,5%	97,1%

Fonte: SIG e SIAFBM

Obs: Posição acumulada até Jun/2014

Tabela 45

ACOMPANHAMENTO DOS GASTOS ATÉ JUNHO DE 2014 POR ÁREAS (FR TESOURO)

ÁREAS	DESP. EMPENHADO (A)	DESP. LIQUIDADA (B)	COTA FIN. LIBERADA (C)	COTA FIN. UTILIZADA (D)	DESP. PAGA (E)
EDUCAÇÃO	189	139	102	102	101
SAÚDE	1.164	912	703	701	677
SEGURANÇA	319	251	186	184	182
DEMAIS ÁREAS	1.798	1.398	1.236	1.182	1.113
TOTAL GERAL	3.471	2.700	2.227	2.169	2.073

Fonte: SIG e SATE

Obs: Posição acumulada até Jun/2014

ÁREAS	(B)/(A)	(B)/(C)	(D)/(B)	(D)/(C)	(E)/(D)
EDUCAÇÃO	73,6%	136,4%	73,3%	99,9%	99,0%
SAÚDE	78,3%	129,7%	76,8%	99,7%	96,6%
SEGURANÇA	78,7%	135,0%	73,4%	99,0%	99,0%
DEMAIS ÁREAS	77,7%	113,1%	84,6%	95,6%	94,1%
TOTAL GERAL	77,8%	121,2%	80,3%	97,4%	95,6%

Fonte: SIG e SATE

Obs: Posição acumulada até Jun/2014



VI.2 Pagamento de PD's

O Tesouro Estadual, durante o terceiro bimestre de 2014, pagou com o prazo médio de 11 dias as Programações de Desembolso das Áreas Prioritárias e 17 dias para as Áreas Não Prioritárias, conforme Tabela 46. Dessa forma, verificou-se uma redução no prazo médio de pagamentos; pois, em 2013, o mesmo foi de 17 dias para Áreas Prioritárias e de 24 dias para Áreas Não Prioritárias. Ou seja, o prazo médio geral de pagamentos apresentou uma redução de 28,6% frente ao mesmo período do ano anterior, com média de 15 dias ante 21, em 2013.

Neste contexto, no bimestre maio-junho, o Tesouro adimpliu grande parte das PD's (73,5%) em até 10 dias, 26,4% de 11 a 30 dias e, apenas, 0,1% das Programações de Desembolso foram liquidadas após 30 dias das suas respectivas datas de emissão. Vale ressaltar que 99,9% das PD's foram honradas em até 30 dias, conforme Gráfico 17.

Tabela 46

PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS DAS PD's

3º BIMESTRE DE 2014

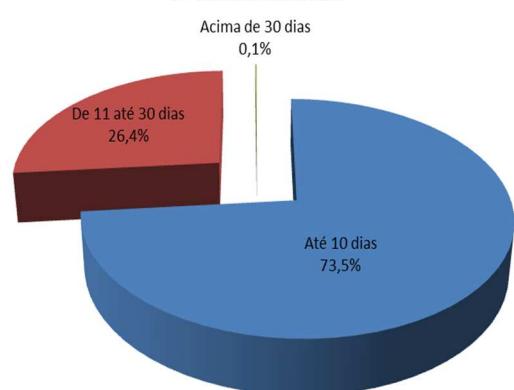
ÁREAS	PRAZO MÉDIO
PRIORITÁRIAS	11
NÃO PRIORITÁRIAS	17
MÉDIA GERAL	15

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais - SIG

Gráfico 17

PDs POR PRAZO MÉDIO DE PAGTO

3º BIMESTRE 2014





VI.3 Administração do Saldo de Caixa do Tesouro

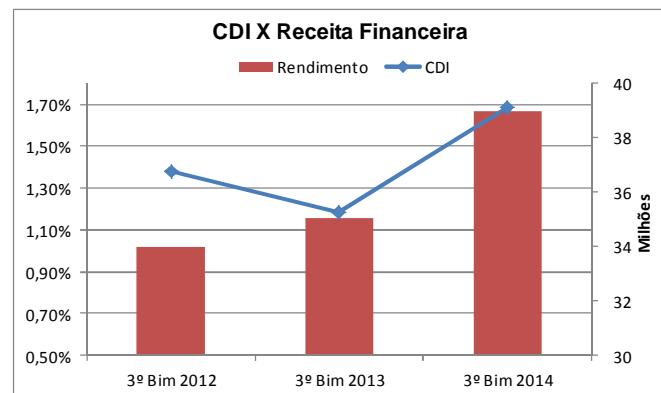
O Comitê de Política Monetária (COPOM), na 183^a reunião³¹, manteve a taxa SELIC em 11,0% a.a. Isso interrompe o ciclo de alta da taxa SELIC, que teve seu inicio em abril de 2013, e, segundo o COPOM, a medida visou assegurar a convergência da trajetória da inflação para a meta de 4,5% a.a. estabelecida para 2014.

Os fundos nos quais o Tesouro Estadual aplica os recursos públicos mantiveram bom desempenho no terceiro bimestre de 2014, obtendo, em média, 98,4% da taxa do Certificado de Depósitos Interbancário (CDI – benchmark dos fundos). Quanto a receita financeira, o montante registrado no 3º bimestre de 2014 apresentou queda de -17,8% em relação ao bimestre anterior. Fato que ocorreu devido a uma menor disponibilidade financeira.

Por outro lado, se compararmos o 3º bimestre de 2014 com o mesmo período do exercício anterior, observa-se que houve aumento de 11,2% na receita financeira registrada. Atribui-se tal resultado a taxa do CDI (Certificados de Depósito Interbancário - *benchmark*), que apresentou crescimento de 42,7% e uma maior disponibilidade de caixa em relação ao mesmo período de 2013.

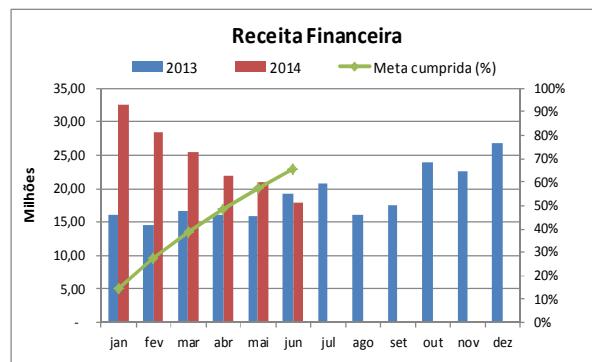
Analizando-se o período de janeiro a junho de 2014, os investimentos dos recursos públicos geraram receita financeira de R\$ 147,6 milhões, montante este que representa 66% dos R\$ 224,7 milhões previstos na Lei Orçamentária Anual³² (LOA) para todo o ano de 2014.

Gráfico 18



Fonte de Dados: SIG e CVM

Gráfico 19



Fonte: LOA e SIG.

³¹ Reunião realizada nos dias 27 e 28 de maio de 2014.

³² Lei nº 6.668 de 13 de janeiro de 2014



VI.4 Adimplemento de concessionárias e prestadores de Serviços Públicos

No período de janeiro a junho de 2014, o Tesouro Estadual utilizou o montante de R\$ 79,64 milhões para honrar as despesas realizadas com serviços públicos essenciais prestados aos Órgãos da administração direta e indireta do Estado do Rio de Janeiro. A maior parte deste montante, cerca de 45,8%, foi utilizada para honrar despesas com serviços de energia elétrica, o restante subdivide-se em: 36,3%, para despesas com telefonia, móvel e dados; 15,9%, para despesas de água e esgoto; e, 2,0%, para demais serviços.

Em relação à dotação orçamentária, a reserva de recursos para honrar despesas com concessionárias em um Programa de Trabalho (PT) específico visa assegurar a liquidação e pagamento de obrigações, no exercício em que foram geradas, a fim de evitar custos derivados de multas e moras quando estas despesas são quitadas após o vencimento.

Destarte, no exercício de 2014, foram disponibilizados R\$ 311,32 milhões³³ neste PT, e, até o presente momento, foram empenhados R\$ 119,86 milhões, ou seja, 38,5%.

Um fator que colabora para a eficiência na conciliação das despesas com serviços públicos e celeridade dos pagamentos é o emprego do Sistema Integrado de Pagamento de Concessionárias – SIPC. Este sistema, implantado com a finalidade de centralizar os procedimentos de execução orçamentária e financeira das despesas efetuadas pelos entes estaduais com serviços públicos essenciais, abrange 16 concessionárias.

Considerando o faturamento de 2014, através do SIPC, foram registrados R\$ 181,0 milhões referentes a faturamento acumulado de serviços essenciais. Dessa importância, foram adimplidos R\$ 62,3 milhões, ou seja, 34,4 % do total.

A inadimplência do Erário junto às concessionárias (65,6 %), geralmente, ocorre devido a atrasos por parte de alguns órgãos no

Gráfico 20

Pagamento Acumulado das Concessionárias de Serviços Públicos

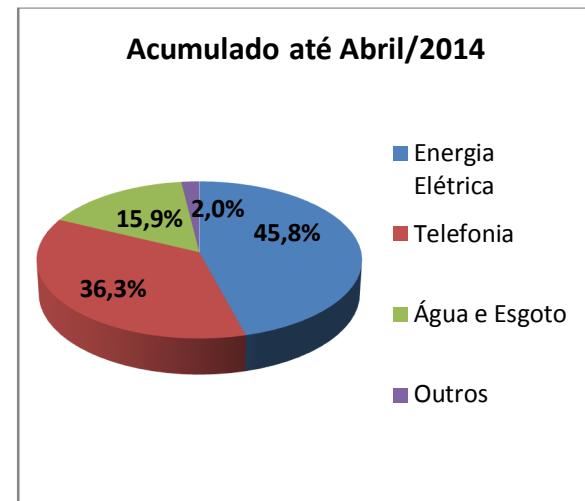
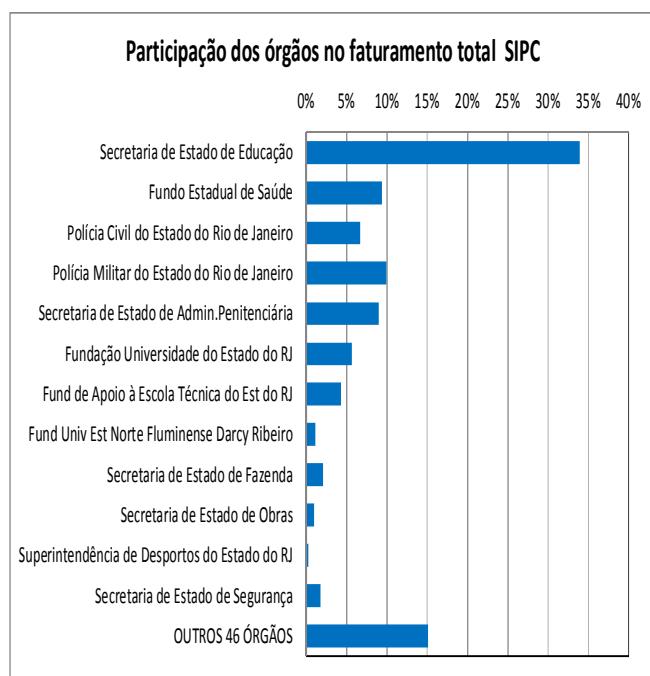


Gráfico 21



³³ Considerando apenas o orçamento disponibilizado com Fontes de Recursos do Tesouro.



que diz respeito às descentralizações orçamentárias e às transferências de cota financeira - etapas necessárias para quitação de suas obrigações.

Analizando o 3º bimestre, verifica-se que a Fundação Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), a Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC), a Superintendência de Desportos do Estado do RJ (SUDERJ), a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP) e o Fundo Estadual de Saúde (FES), juntas, são responsáveis por 58,6 % do montante faturado em maio/junho, sendo que este grupo quitou 10,0 % do total faturado no 3º bimestre.

Por outro lado, cabe destacar, também, o desempenho positivo do Centro de Tecnologia de Informação e Comunicação do Estado do RJ (PRODERJ), da Fundação para a Infância e Adolescência (FIA), da Subsecretaria Militar e da Secretaria de Estado de Fazenda (SEFAZ), que honraram todos os seus compromissos em tempo hábil. Outros órgãos também merecem destaque favorável nesse sentido, quais sejam: Secretaria de Estado de Segurança (SESEG), Fund. Dep. Estradas de Rodagem do Estado do RJ (DER), Inst. de Assistência dos Servidores do ERJ (IASERJ), dentre alguns outros.



VI.4.1 Características de Consumo

Analisando-se o consumo de energia elétrica em kWh (Light e Ampla), no 3º bimestre de 2014, verifica-se uma redução global de 5,4%, se comparado ao mesmo período do ano anterior.

Quanto ao estudo de alta tensão, observou-se que, em maio e junho de 2014, foram gastos com demanda de alta tensão R\$ 7,20 milhões, sendo R\$ 6,88 milhões de demanda contratada e R\$ 0,37 mil de demanda ultrapassada.

Na área de comunicação, o Estado utiliza vários serviços, como telefonia fixa, telefonia móvel, transmissão de dados e transmissão de dados *wireless*.

No tocante aos serviços de telefonia fixa, os quais são prestados pela Oi/Telemar, observa-se que de janeiro a junho de 2014 a média do faturamento foi de R\$ 1,4 milhão. Quanto aos serviços de telefonia móvel, que são prestados pela operadora TIM, analisando o mesmo período, a média de faturamento mensal foi de R\$ 121,16 mil.

Em relação aos serviços de transmissão de dados e *wireless*, a Oi/Telemar está realizando os procedimentos necessários para inclusão destes serviços no SIPC.

Na área de distribuição de água e esgoto, no 3º bimestre de 2014, foram faturados R\$ 18,28 milhões com este tipo de serviço. Vale observar que só a CEDAE comprehende cerca de 60,5 % deste total.

Tabela 47

Faturamento Acumulado por Serviço de Água e Esgoto

R\$ mil			
FAVORECIDOS	1 Bim/14	2 Bim/14	3 Bim/14
ÁGUAS DAS AGULHAS NEGRAS	61	63	55
ÁGUAS DE NITERÓI	1.082	1.218	1.162
ÁGUAS DE NOVA FRIBURGO	105	119	113
ÁGUAS DO IMPERADOR	93	109	109
ÁGUAS DO PARAÍBA	1.139	1.096	1.087
CEDAE	11.464	10.854	11.050
FÓZ ÁGUAS	4.300	4.047	4.194
C. ÁGUAS DE JUTURNÁIBA	159	156	140
PROLAGOS	96	153	158
SAAE/B. MANSA	33	64	39
SAAE/V. REDONDA	122	156	170
Total Faturado	18.654	18.035	18.278

Fonte: Faturamento enviado pelas Concessionárias



VI.5 Requisições Judiciais de Pagamento

Precatórios

De acordo com as disposições da Emenda Constitucional nº 62, de 09 de dezembro de 2009, o Estado do Rio de Janeiro aderiu ao regime especial de pagamento de precatórios, por meio do Decreto nº 42.315, de 25 de fevereiro de 2010, pelo qual deveria quitar seu estoque em 15 anos.

Conforme as regras desse regime especial, o Estado do Rio de Janeiro deveria transferir, anualmente, os recursos financeiros ao Tribunal de Justiça, para realização dos pagamentos de precatórios, observando a opção do Estado para utilização dos recursos e as preferências Constitucionais.

No entanto, no dia 14 de março de 2013, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), por maioria, julgou parcialmente procedentes as Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) nº 4.357 e 4.425 para declarar a inconstitucionalidade de parte da Emenda Constitucional nº 62/2009, que instituiu o novo regime especial de pagamento de precatórios.

Com a decisão, foram declarados inconstitucionais dispositivos do artigo 100 da Constituição Federal que instituiu regras gerais para precatórios; e integralmente inconstitucional o artigo 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), que criava o regime especial de pagamento.

Não obstante, até a publicação da decisão do STF, quando então, serão modulados seus efeitos, os Tribunais deverão dar continuidade aos pagamentos conforme o Regime Especial adotado.

Assim, no mês de maio de 2014, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro – TJRJ encaminhou à Secretaria de Estado de Fazenda os comprovantes de pagamentos de precatórios no montante de R\$ 179 mil.

Cabe destacar que, em 27 de junho de 2013, foi promulgada a Lei Complementar nº 147, do Estado do Rio de Janeiro, que dispõe sobre

Gráfico 22





a utilização de parcela dos depósitos judiciais para pagamento de precatórios e requisições de pequeno valor.

De acordo com o estabelecido na LC nº 147/13, 25% do total de depósitos judiciais poderão ser utilizados para pagamento de precatórios e requisições de pequeno valor, obrigando ao Estado manter 75% do valor total dos depósitos junto ao Banco do Brasil; efetivando a sua recomposição sempre que for necessário, a fim de garantir a restituição ou pagamentos referentes aos depósitos, conforme decisão proferida no processo judicial de referência.

Em conformidade com a LC 147/2013, o Banco do Brasil transferiu nos meses de maio e junho de 2014, os valores de R\$ 1,2 milhão para o Tribunal Regional Federal da 2ª Região e R\$ 7,9 milhões para o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, para pagamentos dos precatórios aptos no bimestre.

Assim, no 3º bimestre de 2014, os Tribunais encaminharam à Secretaria de Estado de Fazenda, para contabilização, os comprovantes de pagamentos de precatórios no montante de R\$ 9,1 milhões.

Atualmente, a Secretaria de Estado de Fazenda realiza os pagamentos dos acordos de parcelamento dos precatórios e das requisições judiciais de pequeno valor.

No 3º bimestre de 2014, foram aplicados pelo Tesouro Estadual, aproximadamente, R\$ 950 mil em pagamentos de dois acordos de parcelamento celebrados pela Procuradoria Geral do Estado antes da promulgação da EC nº 62, de 09 de dezembro de 2009.



Requisições de Pequeno Valor – RPV

No 3º Bimestre deste ano, foram pagas pelo Tesouro Estadual, 628 requisições de pequeno valor, totalizando R\$ 5 milhões.

Ressalta-se que o dispêndio direcionado ao adimplemento dessas obrigações não é definido pelo Estado, dado que essas requisições de pagamento judicial, por seu valor ser de até 40 vezes o salário mínimo, possuem rito de pagamento diferenciado, conforme § 3º, do art. 100, da Constituição Federal³⁴.

Tabela 48

PAGAMENTOS DE RPV - 3º BIM. 2014.		
MÊS	QUANTIDADE	R\$ mil VALOR
MAIO	319	2.761.200
JUNHO	309	2.259.683
TOTAL	628	5.020.883

Fonte: SUCADP em 30/06/2014

VI.7 Evolução da Dívida Financeira do Estado do Rio de Janeiro e de seu Dispêndio com a dívida pública

O Tesouro Estadual desembolsou, no 3º bimestre de 2014, R\$ 1,17 bilhão com o serviço da dívida³⁵. A importância desembolsada foi 6,7% superior ao valor pago no bimestre anterior.

Esta variação foi influenciada pelo aumento do serviço extra limite da dívida interna, que foi 119,5% superior ao pago no 2º bimestre, em virtude do pagamento dos juros trimestrais do contrato destinado à expansão do Metrô - Linha 4 (PRO-ML4), em um montante de R\$ 33,59 milhões e dos pagamentos semestrais dos contratos firmados junto ao Banco do Brasil (PROCIDADES I e II), no valor total de R\$109,51 milhões.

Do total pago no 3º bimestre de 2014, R\$ 880,81 milhões foram referentes à dívida intralimite³⁶, valor superior aquele devido pela

³⁴ O §3º, do art. 100, da Constituição Federal, dispõe o seguinte: "O disposto no caput deste artigo, relativamente à expedição de precatórios, não se aplica aos pagamentos de obrigações definidas em leis como de pequeno valor que as Fazendas referidas devam fazer em virtude de sentença judicial transitada em julgado".

³⁵ Serviço da Dívida pago com as fontes do Tesouro Estadual.

³⁶ Para fins de aplicação do limite, poderão ser deduzidas as despesas efetivamente realizadas no mês anterior, correspondentes aos serviços das seguintes obrigações:

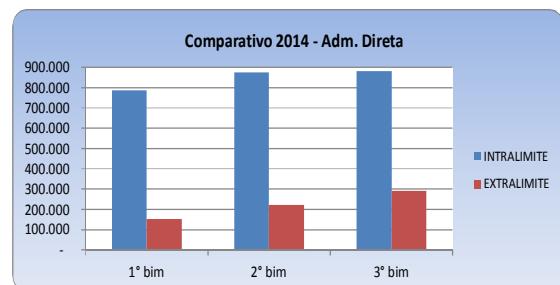
I – dívidas refinanciadas com base na Lei nº 7.976, de 20 de dezembro de 1989;

II – dívida externa contratada até 30 de setembro de 1991;

III – dívidas refinanciadas com base no art. 58 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e na Lei nº 8.620, de 05 de janeiro de 1993;

IV – dívidas parceladas junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, cuja formalização tenha ocorrido até 31 de março de 1996;

Gráfico 23





aplicação da Tabela Price, resultando, assim, na amortização de resíduo de R\$ 192,70 milhões.

Além disso, o pagamento da dívida da Administração Indireta Honrada com recursos do Tesouro³⁷ Estadual alcançou R\$ 1,43 milhões, 58,5% inferior em relação ao 2º bimestre de 2014. Essa diferença se deve ao pagamento semestral ocorrido no bimestre anterior do contrato da RIOTRILHOS-DMLP.

Tabela 49

	Dispêndio com a Dívida Pública (Adm.Dir. + Adm.Ind.Honradas)						R\$ mil	
	2º bim 2014			3º bim 2014				
	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total		
ADM. DIRETA	604.301	491.440	1.095.741	558.281	612.839	1.171.120	6,88%	
INTRALIMITE	464.131	409.089	873.221	474.260	406.546	880.806	0,87%	
EXTRALIMITE	140.170	82.350	222.520	84.021	206.293	290.314	30,47%	
INTERNA	85.788	40.765	126.553	83.610	194.182	277.792	119,51%	
EXTERNA	54.381	41.586	95.967	411	12.111	12.521	-86,95%	
ADM. INDIRETA HONRADA	2.469	977	3.445	1.376	55	1.431	-58,47%	
TOTAL	606.769	492.417	1.099.186	559.657	612.893	1.172.550	6,67%	

Informações complementares:

Valor devido intra-limite	288.665	409.083	697.748	281.557	406.546	688.102	-1,38%
Valor pago pelo limite (13% da RLR)*	464.131	409.083	873.214	474.260	406.546	880.806	0,87%
Amortização do resíduo	(175.467)	-	(175.467)	(192.703)	-	(192.703)	9,82%

Valores pagos a preços correntes.

*No cálculo do valor da amortização do resíduo, considera-se a prestação como paga pelo regime de competência

No tocante aos pagamentos da dívida externa, verifica-se uma queda de 86,9% em relação aos meses de março e abril, visto que não se repetiram os pagamentos semestrais dos contratos da dívida externa ocorridos no bimestre anterior. Ressalte-se, contudo, que o montante pago de dívida externa, representou 1,1% do total do serviço pago no bimestre.

V – comissão do agente, incidente sobre o pagamento da prestação decorrente da Lei nº 8.727, de 05 de novembro de 1993;

VI – dívida relativa ao crédito imobiliário refinanciado ao amparo da Lei nº 8.727, de 1993, e efetivamente assumido pelo estado, deduzidas as receitas auferidas com essas operações;

VII – as despesas referentes a principal, juros e demais encargos das operações decorrentes da Lei nº 8.727, de 1993, realizadas no mês, excetuada comissão do agente.

³⁷ A Administração indireta honrada com recursos do Tesouro Estadual é formada pelas entidades que não têm recursos próprios para honrar suas dívidas. As demais entidades, como CODERTE e CEPERJ, por possuírem fontes de receitas próprias, não são citadas no quadro do serviço da dívida.



Dívida Financeira x Receita Líquida Real

No 3º bimestre de 2014, o estoque da Dívida Financeira diminuiu 0,3% em relação ao bimestre anterior.

O estoque da dívida interna, seguindo a mesma tendência do total da dívida, diminuiu 0,4%, quando comparado ao 2º bimestre de 2014.

Gráfico 24

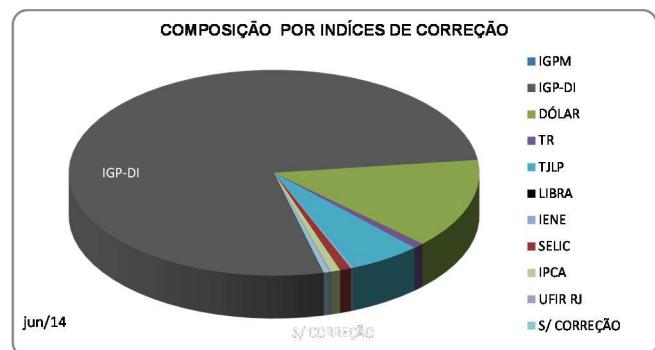


Tabela 50

	R\$ mil		
	2º Bimestre	3º Bimestre	Δ %
DÍVIDA FUNDADA TOTAL	83.592.462	83.319.329	-0,33%
INTERNA	76.320.507	76.012.927	-0,40%
Dívida com a União	65.363.516	65.169.944	-0,30%
Outras Dívidas Contratuais	10.956.991	10.842.983	-1,04%
EXTERNA	7.146.571	7.182.739	0,51%
Com Aval do Tesouro Nacional	7.143.098	7.179.311	0,51%
Mobiliária	3.472	3.428	-1,29%
ADM INDIRETA - CUSTEADA (F.TESOURO)	125.385	123.663	-1,37%
DÍVIDA FINANCEIRA	83.592.462	83.319.329	-0,33%
RECEITA LÍQUIDA REAL (+) IGP-DI (*)	42.414.504	40.468.359	-4,59%
RELAÇÃO DÍVIDA FINANCEIRA / RLR	1,97	2,06	4,47%

Valores a preços correntes.

(*) Valor do 3º Bim/14 provisório.

O estoque da dívida externa, que corresponde a 8,6% do total da dívida financeira, encerrou o 3º bimestre de 2014 com saldo de R\$ 7,18 bilhões, ou seja, 0,5% superior ao 2º bimestre de 2014, tendo em vista a desvalorização do real frente ao dólar³⁸.

O saldo devedor da dívida da Administração Indireta somou o montante de R\$ 123,66 milhões, representando uma queda de 1,4% em relação ao saldo verificado em março e abril de 2014.

³⁸ A cotação do dólar (US\$) no dia 30 de junho foi de 2,2025, 1,5% inferior a cotação de 30 de abril de 2014, que foi de 2,2360.



O indicador de solvência (a relação Dívida Financeira/ Receita Líquida Real – DF/RLR) acordado entre a União e o Estado do Rio, apresentou variação de 4,5% em relação ao 2º bimestre de 2014. A relação subiu de 1,97 para 2,06³⁹.

Perfil da Dívida Financeira

A parcela pré-fixada da Dívida Financeira representou 87,67% do estoque. Desse montante, 79,60% está vinculado a taxas de juros fixadas entre 4,1% e 6,0%.

Saliente-se que parte expressiva da dívida do Estado está vinculada ao limite de pagamento de 13% da RLR até outubro de 2029.

No tocante ao cálculo do total do serviço a pagar até 2039, os vencimentos de curto prazo⁴⁰, representam 7,9%, e desse percentual, apenas 0,6% está exposto a taxas variáveis. Quanto aos vencimentos futuros, verifica-se que até 2029 o serviço a pagar apresenta um crescimento homogêneo no tempo, seguindo o crescimento da RLR⁴¹. No exercício seguinte, 2030, ocorre uma forte queda no serviço, dado que a partir de novembro de 2029, o Estado começa a aplicar apenas o sistema Price de amortização, em substituição ao pagamento limitado a 13% da RLR, no contrato de Refinanciamento, firmado ao amparo da Lei nº 9.496/97.

Vale ressaltar, ainda, que os custos variáveis não ultrapassam, até 2029, o patamar de 18,9%.

O Gráfico 25 apresenta o serviço a pagar por natureza da operação. Verifica-se que, embora o Estado venha contratando novas operações de crédito, interna e externa, a União ainda é a maior credora do Estado.

Tabela 51

COMPOSIÇÃO DO ESTOQUE POR FAIXAS DE TX de JUROS			
R\$ mil			
Prefixado			
Tx de Juros (%)	Estoque	Estoque/ Subtotal	Estoque/ Total
0 - 2	1.179.774	1,62%	1,42%
2,1 - 4	188.237	0,26%	0,23%
4,1 - 6	66.326.017	90,80%	79,60%
acima de 6,1	5.355.647	7,33%	6,43%
Subtotal	73.049.676	100,00%	87,67%
Pósfixado			
Tx de Juros (%)	Estoque	Estoque/ Subtotal	Estoque/ Total
0 - 2	4.719.210	45,95%	5,66%
2,1 - 4	847.599	8,25%	1,02%
4,1 - 6	4.702.844	45,79%	5,64%
Subtotal	10.269.653	100,00%	12,33%
Total	83.319.329		100,00%

Gráfico 26

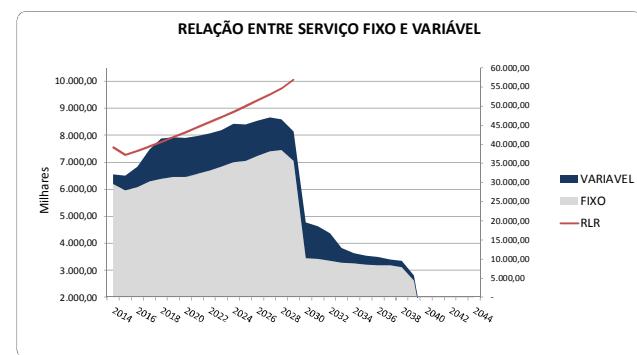
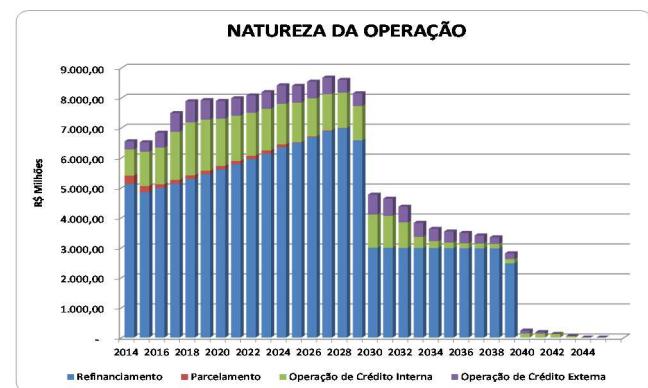


Gráfico 25



³⁹ A meta da dívida para o exercício de 2014, fechada no Programa de Ajuste Fiscal assinado em 20/06/2014, foi de 2,17.

⁴⁰ Dívidas vincendas até o exercício seguinte.

⁴¹ Para a projeção da Receita Líquida Real, para os exercícios de 2012 a 2014, considera-se a RLR prevista no Programa de Ajuste Fiscal assinado em 15/04/2010, e para a projeção dos exercícios seguintes é aplicado uma taxa de crescimento real de 3% ao ano.



Em relação ao prazo médio de amortização⁴² e ao prazo médio de repactuação⁴³, estes atingiram 12,07 anos e 11,20 anos, respectivamente.

Cenários Econômicos

A análise de sensibilidade tem por objetivo medir as mudanças no serviço e estoque da dívida pública, dada uma oscilação em variáveis chaves, como taxas de câmbio e taxas de juros.

Tabela 52

CENÁRIO ATUAL			CENÁRIO OTIMISTA			CENÁRIO PESSIMISTA		
Índices	%	ESTOQUE	Índices	%	ESTOQUE	Índices	%	ESTOQUE
IGP-DI	73,22%	62.910.047,58	IGP-DI	72,58%	60.888.011,09	IGP-DI	75,68%	71.592.045,56
DÓLAR	17,68%	15.190.514,55	DÓLAR	18,11%	15.190.514,55	DÓLAR	16,06%	15.190.514,55
TR	1,23%	1.060.805,73	TR	1,26%	1.060.805,73	TR	1,12%	1.060.805,73
TJLP	5,24%	4.499.406,42	TJLP	5,36%	4.499.406,42	TJLP	4,76%	4.499.406,42
LIBRA	0,00%	-	LIBRA	0,00%	-	LIBRA	0,00%	-
IENE	0,17%	147.966,12	IENE	0,18%	147.966,12	IENE	0,16%	147.966,12
SELIC	0,75%	644.633,57	SELIC	0,77%	644.633,57	SELIC	0,68%	644.633,57
UFIR RJ	0,00%	-	UFIR RJ	0,00%	-	UFIR RJ	0,00%	-
IPCA	1,40%	1.199.871,43	IPCA	1,43%	1.199.871,43	IPCA	1,27%	1.199.871,43
S/ CORREÇÃO	0,30%	261.872,40	S/ CORREÇÃO	0,31%	261.872,40	S/ CORREÇÃO	0,28%	261.872,40
TOTAL	100,00%	85.915.118	TOTAL	100,00%	83.893.081	TOTAL	100,00%	94.597.116

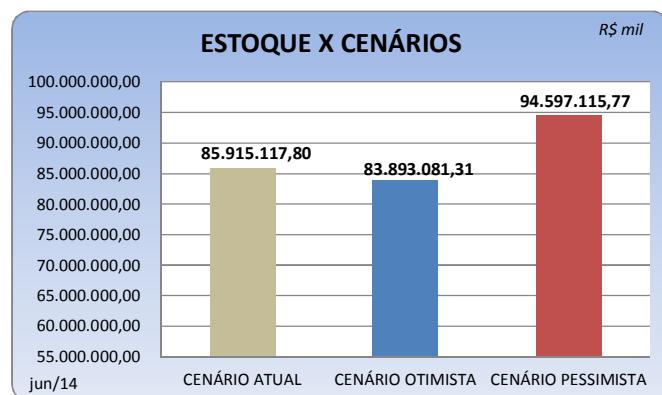
jun/15

jun/15

jun/15

A partir da série histórica de 10 anos do IGP-DI, utilizando o cálculo de duas vezes o desvio padrão para se chegar a um intervalo de 95% A partir da série histórica de 10 anos do IGP-DI, utilizando o cálculo de duas vezes o desvio padrão para se chegar a um intervalo de 95% de confiança, foram construídos os cenários otimista e pessimista com variação acumulada de -2,3% a.a. e 9,5% a.a., respectivamente. Considerando os cenários de variação da projeção do IGP-DI apresentados, no estoque da dívida, ocorre uma diferença no total da dívida, em valores absolutos, como pode ser observado na tabela 5, entre o cenário otimista e pessimista de, aproximadamente, R\$ 10,70 bilhões.

Gráfico 27



⁴² Prazo médio de Amortização – Período médio ponderado entre o bimestre e as amortizações vincendas.

⁴³ Prazo médio de Repactuação de Taxas – Período médio ponderado entre o bimestre e as amortizações vincendas, considerando o prazo de repactuação das taxas flutuantes (pós-fixadas).



Observada a composição do IGP-DI no total da dívida, nota-se uma variação de 3,1% na participação do mesmo entre o cenário otimista e pessimista.

Analizando-se o cenário macroeconômico, verifica-se que o Índice Geral de Preços (IGP-DI) variou - 0,6%, em junho. A variação registrada em maio foi de -0,4%. Em junho de 2013, a variação foi de 0,8%. No acumulado de 2014, o IGP-DI variou 2,1%. No mesmo período do ano anterior, o índice elevou-se 1,9%. No acumulado, em 12 meses, a taxa ficou em 5,8%. O IGP-DI de junho foi calculado pela FGV com base nos preços coletados entre os dias 1º e 31 do mês de referência.

O Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA) registrou variação de 1,2%, em junho. No mês anterior, o índice apresentou a mesma variação de 1,2%. O principal responsável por esta desaceleração foi o subgrupo bens finais, com variação negativa de -1,3%, bens intermediários, -0,3% e de matérias-primas brutas -2,1%.

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC) registrou variação de 0,3%, em junho, ante 0,5%, no mês anterior. A principal queda veio do grupo alimentação (de 0,5% para 0,1%). Nessa classe de despesa, um dos destaques, é o item hortaliças e legumes, cuja taxa passou de -1,4% para -8,9%.

O Índice Nacional de Custo da Construção (INCC) registrou, em junho, variação de 0,7% após alta de 2,1% no mês anterior. O índice relativo a Materiais, Equipamentos e Serviços registrou variação de 0,3%. No mês de maio, a taxa havia sido de 0,6%. O índice que representa o custo da Mão de Obra registrou variação de 0,4% em junho. No mês anterior, este índice registrou taxa de 3,1%.

Moeda Estrangeira e Libor

Em relação ao dólar, verifica-se que, no período de 12 meses, o estoque da dívida atrelado ao mesmo passou de R\$ 8,82 bilhões para 11,77 bilhões e de 11,9% para 14,1%, no total da composição da dívida. Esse aumento deu-se em função das liberações das novas operações de crédito contratadas pelo Estado do Rio de Janeiro junto



a organismos internacionais e junto ao sistema financeiro nacional, atreladas à moeda norte americana.

A Tabela 54 e Tabela 53 demonstram o quanto variam o serviço e o estoque da dívida no período de 12 meses, em função de uma oscilação de dez pontos percentuais (10%), nas variáveis chaves e o quanto varia o serviço, no mesmo período, em função de uma oscilação de 1 ponto percentual na taxa libor.

Verifica-se, na Tabela 54, que a variação no serviço anual não apresenta alta sensibilidade à maioria das variáveis chaves no curto prazo. O impacto da oscilação de um ponto percentual (1%) na Libor se reflete num acréscimo de R\$ 117,24 milhões ao serviço anual da dívida, ou seja, pouco mais do 1,7% do mesmo. Constata-se, portanto, que esse é o maior risco de curto prazo.

Analizando-se o estoque ao final dos próximos 12 meses, conforme Tabela 53, observa-se que um aumento de 10%, no dólar americano e no iene japonês, gera um aumento de no máximo 1,8 % e 0,02%, em relação ao estoque vinculado a essas moedas, respectivamente.

Receita de Operações de Crédito

Foram liberados R\$ 166,33 milhões de receita oriunda de operações de créditos, em maio e junho:

- R\$ 84,14 milhões foram destinados ao Programa de Obras Complementares do Arco Metropolitano do R.J. (recursos provenientes da Corporação Andina de Fomento - CAF);
- R\$ 53,48 milhões, ao Programa Nacional do Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR (recursos provenientes do BID);
- R\$ 13,36 milhões foram destinados ao Programa Saneamento para Todos II (recursos provenientes da CAIXA);

Tabela 54

Variável Chave	Variação	Serviço	R\$ mil
MOEDA ESTRANGEIRA			
Dólar Americano	+10%	+60.669,17	+0,918
Iene Japonês	+10%	+4.509,52	+0,068
Libor	+1,0%	+117.242,07	+1,774

Tabela 53

Variável Chave	Variação	Estoque	R\$ mil
MOEDA ESTRANGEIRA			
Dólar Americano	+10%	+1.516.455,77	+1,765
Iene Japonês	+10%	+14.796,61	+0,017



- R\$ 4,02 milhões, para o Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável em Microbacias Hidrográficas (recursos provenientes do BIRD);
- R\$ 3,41 milhões foram destinados ao Programa de Financiamento de Contrapartidas do PAC (recursos provenientes da CAIXA);
- R\$ 2,84 milhões foram destinados ao Programa Saneamento para Todos (recursos provenientes da CAIXA);
- R\$ 2,37 milhões, ao Programa Estadual de Transportes II – PET II (recursos provenientes do BIRD);
- R\$ 1,63 milhão, destinados ao Programa de Apoio ao Fortalecimento da Administração Fazendária do E.R.J - PROFAZ (recursos provenientes do BID); e

R\$ 1,07 milhão, destinados ao Programa Pró - Transportes – Via Light (recursos provenientes da CAIXA).



Tabela 55

Cronograma de Liberações

Operações Contratadas, Autorizadas e em Tramitação na STN e no Senado Federal

Data: 30/06/2014

	2014		R\$ mil
	Liberado (¹)	a Liberar (²)	2015/18
1. Operações de Crédito Contratadas	3.734.418	1.574.244	6.444.082
Operações contratadas com o Sistema Financeiro Nacional	3.352.643	1.203.693	3.177.399
1. EXP. METRÔ/GENERAL OSÓRIO - BNDES	-	-	6.770
2. SANEAMENTO PARA TODOS I - CAIXA	38.135	6.127	326.140
3. DELEGACIA LEGAL - BNDES	-	11.076	-
4. PMAE II - BNDES	1.205	1.981	-
5. CONTRAPARTIDA PAC - CAIXA	13.326	31.116	-
6. VIALIGHT - CAIXA	1.068	37.070	220.997
7. PRÓ-CIDADES I - B.BRASIL	-	1.104.000	552.000
8. METRÔ LINHA 4 (Estudos e Pesquisas) - BNDES	-	4.500	-
9. PROGRAMA SANEAMENTO P TODOS II - CAIXA	13.862	7.824	393.686
10. PROCOI - CAIXA	199.979	-	599.936
11. PRÓ-CIDADES II - B.BRASIL	1.535.069	-	591.834
12. METRÔ / PRÓ ML4 - BNDES	1.550.000	-	486.037
Demais	381.775	370.551	3.266.682
13. PET II - BIRD	15.241	25.771	-
14. RIO RURAL I - BIRD	9.329	5.429	16.239
15. PROFAZ - BID	1.631	8.699	11.952
16. PRÓ-GESTÃO I -BIRD	2.540	7.288	20.327
17. PRODETUR - BID	53.483	-	181.138
18. PSAM - BID	67.242	-	909.588
19. PET II Adicional - BIRD	37.591	93.121	1.127.611
20. POE - CAF	-	88.146	-
21. PROVIAS - CAF	-	94.019	418.417
22. MARACANÃ PROCOPA II - CAF	16.265	-	-
23. ARCO METROPOLITANO	177.452	-	182.420
24. INCLUSÃO SOCIAL - BID	-	21.773	100.253
25. RIO RURAL ADICINAL FA - BIRD	1.000	8.685	210.638
26. PRÓ-GESTÃO II - BIRD	-	17.620	88.100
2. Operações de Crédito Autorizadas e em Tramitação	-	1.941.408	2.108.592
1. PRODES - CREDIT SUISSE	-	600.000	-
2. PROSUT - BTG PACTUAL	-	450.000	-
3. METRÔ PRO-ML4 ADICIONAL SUBCRÉDITO A	-	663.717	1.491.603
4. METRÔ PRO-ML4 ADICIONAL SUBCRÉDITO B	-	227.691	616.989
3. Operações de Crédito a Contratar Incluídas no PAF (³)	-	-	1.009.689
Total	3.734.418	3.515.652	9.562.363

Fonte: SOC - Sistema de Operações de Crédito, 2014.

(1) Valores realizados até o bimestre, a preços correntes

(2) Contém o valor total a ser liberado das operações de crédito contratadas, a preços de jun/2014

(3) Valores redistribuídos de acordo com o PAF assinado em 22/10/2012, atualizado pelo IGPD-I 2014.



Tabela 56

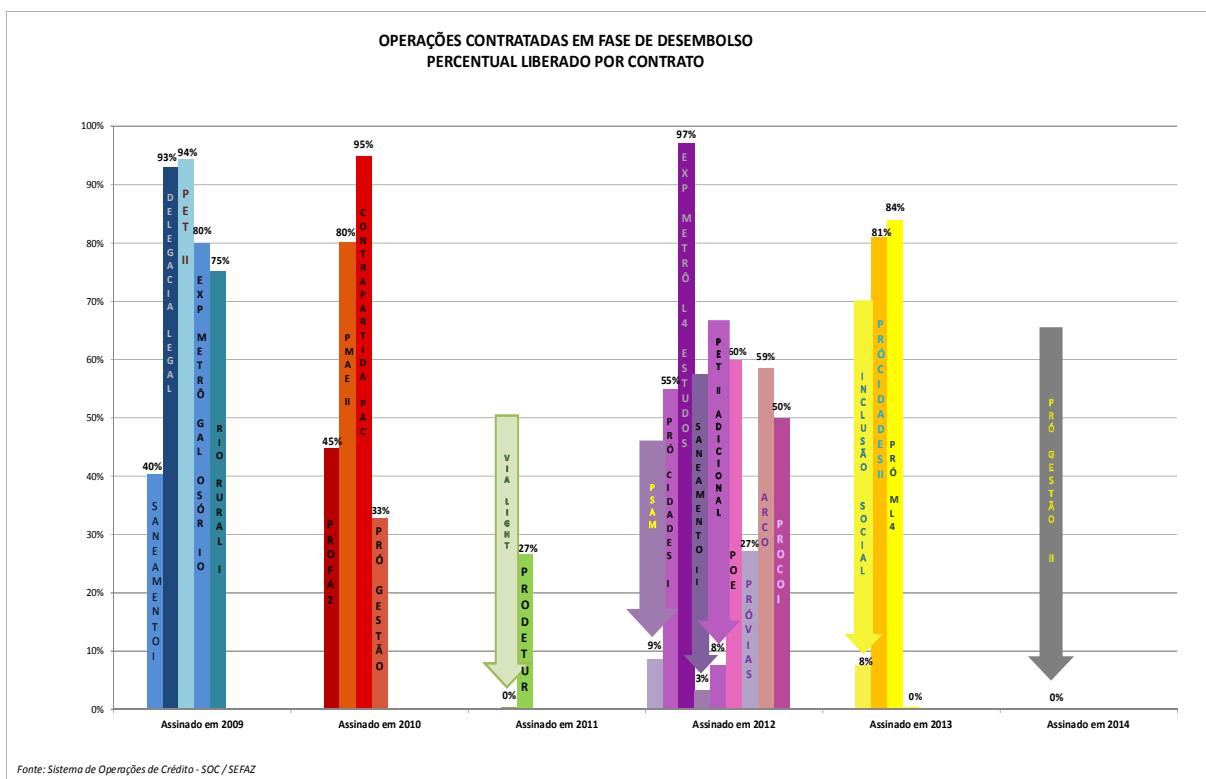
Data: 30.06.2014

DATA DA ASSINATURA	OPERAÇÃO	INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	ÓRGÃO EXECUTOR	MOEDA CONTRATUAL	VALORES EM MOEDA CONTRATUAL		%	VALORES EM REAIS	
					CONTRATADO	LIBERADO		CONTRATADO	LIBERADO
2009									
07/07/2009	SANEAMENTO P/ TODOS I	CAIXA	CEDAE	REAL	558.000.000,00	225.727.782,28	40%	558.000.000,00	225.727.782,28
10/08/2009	DELEGACIA LEGAL	BNDES	SEOBRAS	URTILP	79.530.718,1067	73.920.154,1872	93%	157.000.000,00	145.924.297,98
24/09/2009	PET II	BIRD	SETRANS	DÓLAR	211.700.000,00	199.999.140,99	94%	466.269.250,00	380.960.309,59
25/11/2009	EXP. METRÔ/GENERAL OSÓRIO	BNDES	RIO TRIILHOS	URTILP	17.202.587,2014	13.772.924,3494	80%	33.959.283,34	27.188.854,50
14/12/2009	RIO RURAL I	BIRD	SEAPC	DÓLAR	39.500.000,00	29.662.356,24	75%	86.998.750,00	57.655.050,83
2010									
10/05/2010	PROFAZ	BID	SEFAZ	DÓLAR	19.759.050,00	8.866.318,28	45%	43.519.307,63	17.231.402,56
26/05/2010	PMAE II	BNDES	SEPLAG	URTILP	5.056.532,6633	4.053.247,2696	80%	9.982.000,00	8.001.434,37
24/06/2010	CONTRAPARTIDA PAC	CAIXA	SEOBRAS	URTILP	307.002.052,9005	291.239.740,33	95%	606.046.612,59	574.930.546,61
22/11/2010	PRÓ-GESTÃO I	BIRD	SEPLAG	DÓLAR	18.673.000,00	6.134.742,63	33%	41.127.282,50	13.759.660,62
2011									
28/06/2011	VIALIGHT	CAIXA	SEOBRAS	REAL	259.138.332,31	1.067.889,51	0%	259.138.332,31	1.067.889,51
08/08/2011	PRODETUR	BID	SETUR	DÓLAR	112.000.000,0000	29.758.144,3200	27%	246.680.000,00	63.775.435,36
2012									
20/03/2012	PSAM	BID	SEA	DÓLAR	451.980.000,00	39.000.000,00	9%	995.485.950,00	86.058.300,00
05/06/2012	PRÓ-CIDADES I	BANCO DO BRASIL	SEOBRAS	DÓLAR	1.658.959.271,90	980.064.394,40	55%	3.645.563.000,00	1.989.563.000,00
12/06/2012	EXP. METRÔ - L 4 - Estudos e Projetos	BNDES	RIO TRIILHOS	URTILP	80.014.240,9500	77.734.698,0771	97%	157.954.512,77	153.454.512,78
22/06/2012	SANEAMENTO P TODOS II	CAIXA	CEDAE	REAL	415.372.248,98	13.862.182,19	3%	415.372.248,98	13.862.182,19
05/09/2012	PET II Adicional	BIRD	SETRANS	DÓLAR	600.000.000,00	45.751.630,29	8%	1.321.500.000,00	99.128.192,27
13/09/2012	POE	CAF	SEOBRAS	DÓLAR	100.000.000,00	59.979.332,92	60%	220.250.000,00	129.855.430,30
13/09/2012	PRÓ-VIAS	CAF	SEOBRAS	DÓLAR	319.675.000,00	87.013.826,66	27%	704.084.187,50	180.510.183,41
05/12/2012	ARCO METROPOLITANO	CAF	SEOBRAS	DÓLAR	200.000.000,00	117.175.970,35	59%	440.500.000,00	260.456.091,29
20/12/2012	PROCOI	CAIXA	SEOBRAS	REAL	1.199.871.427,00	599.935.927,00	50%	1.199.871.427,00	599.935.927,00
2013									
22/02/2013	INCLUSÃO SOCIAL	BID	SEASDH	DÓLAR	60.000.000,00	4.596.700,55	8%	132.150.000,00	10.865.221,09
26/04/2013	PRÓ-CIDADES II	BANCO DO BRASIL	SEOBRAS	DÓLAR	1.426.985.210,47	1.149.487.775,27	81%	3.135.800.000,00	2.539.196.500,00
26/04/2013	METRÔ - PRÓ-M4	BNDES	RIO TRIILHOS	URTILP	1.935.603.926,89	1.289.394.553,41	84%	3.031.405.000,00	2.545.368.000,00
19/08/2013	RIO RURAL ADICIONAL FA	BIRD	SEAPC	DÓLAR	100.000.000,00	420.910,85	0%	220.250.000,00	1.000.000,00
2014									
30/04/2014	PRÓ - GESTÃO II	BIRD	SEPLAG	DÓLAR	48.000.000,00	-	0%	105.720.000,00	-

Fonte: Sistema de Operações de Crédito - SOC /SEFAZ



Gráfico 28



VI.8 Acompanhamento Financeiro de Convênios⁴⁴

O Estado do Rio de Janeiro encerrou o 3º bimestre de 2014, com 605 Convênios de Despesa e 372 Convênios de Receita vigentes⁴⁵.

Entre os Convênios de Despesa, aqueles celebrados no âmbito do Programa Somando Forças⁴⁶, são os de impacto mais abrangente, participando de forma expressiva na capilarização dos recursos para o interior do Estado. Já no que tange aos Convênios de Receita, os repasses oriundos do Programa de Aceleração do Crescimento Econômico – PAC⁴⁷ engloba os investimentos de maior relevância.

No âmbito do Programa Somando Forças, encontram-se vigentes 251 convênios, beneficiando 67 Municípios. O valor disponibilizado pelo

⁴⁴Os dados utilizados nesta seção foram extraídos de relatórios do Sistema Informações Gerenciais (SIG) e do SIAFEM em diversas datas ao longo do mês.

⁴⁵Convênios de Receita – São aqueles em que órgãos ou entidades da administração pública federal aportam receitas ao Estado. Convênios de Despesa - São aqueles em que o Estado do Rio de Janeiro coloca seus recursos à disposição das Prefeituras Municipais e/ou Entidades não Governamentais. Salienta-se que também são conhecidos como uma modalidade de transferência voluntária de recursos.

⁴⁶Decreto nº 42.384/01, de 29 de março de 2010.

⁴⁷Lei nº 11.578/2007 – Regula a transferência obrigatória de recursos financeiros federais para Estados, DF e Municípios, para execução das ações do PAC, cuja descentralização seja do interesse da União.



Tesouro Estadual foi de, aproximadamente, R\$ 322,15 milhões, que estão sendo utilizados, principalmente, em obras de infraestrutura.

Nos demais Convênios de Despesa, encontram-se vigentes 354 convênios, abrangendo programas de infraestrutura, saúde, educação, esporte e lazer. O valor disponibilizado pelo Tesouro Estadual, até os meses de maio e junho de 2014, foi de, aproximadamente, R\$ 2,22 bilhões.

No que se refere aos convênios abarcados pelo PAC, o Estado firmou com a União, até o 3º bimestre de 2014, o total de 30 Convênios de Receita para a concretização das diversas obras de infraestrutura, alcançando um investimento de, aproximadamente, R\$ 1,92 bilhão⁴⁸. Dessa importância, R\$ 1,08 bilhão consiste no valor previsto de repasse da União, e R\$ 842,66 milhões são oriundos do Tesouro Estadual.

Desses recursos disponibilizados pelo Tesouro do Estado, até o 3º bimestre de 2014, foram repassados em torno de R\$ 852,99 milhões, sendo destinados 93,44% à área de Habitação; e, 6,56% à área de Saneamento.

VI.9 Análise de Viabilidade Econômica de PPP's

Em função das alterações promovidas pelo poder Concedente, previstas no **Primeiro Termo Aditivo** ao Contrato de Parceria Público-Privada Casa Civil nº 27/2013, o Consórcio “Complexo Maracanã Entretenimento S.A.”, se comprometeu a apresentar um novo projeto Executivo, que até o 3º bimestre de 2014, ainda não foi disponibilizado ao Governo Estadual, tendo como prazo o dia 07 de junho de 2014.

O Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas do Estado do Rio de Janeiro (PROPAR) mantém 10 (dez) projetos em estudo, conforme o quadro abaixo.

⁴⁸ Valor original desconsiderando os aditivos.



Tabela 57

Projeto	Objeto	Investimento Total	Contraprestação	Prazo de	Fase Atual
		Inicial (milhões)	anual (milhões)	Concessão	
PPP Ferrovia Modalidade Patrocinada	Implantação, manutenção e operação do serviço de transporte com tecnologia monotrilho para o Estado do Rio de Janeiro ponderando o trecho próximo à BR 101, com extensão estimada de 23 Km ligando a Praça Araribóia, em Niterói, até a localidade de Guaxindiba, na cidade de São Gonçalo, com 14 estações de embarque.	R\$ 3.847	R\$ 525,6 (total)	25 anos (4 anos de obras)	Aguardando apresentação de Estudo Técnico
PPP Rodovias I Modalidade Administrativa	Restauração, operação, manutenção e conservação do sistema viário correspondente a rodovia RJ-104 para implantação de melhorias físicas e operacionais.	Ainda não disponível	Ainda não disponível	Ainda não disponível	Aguardando Estudo Técnico
PPP Rodovias II Modalidade Administrativa	Restauração, operação, manutenção e conservação do sistema viário correspondente a rodovia RJ-106, para duplicação trecho Maricá-Bacaxá com construção de túnel sob Serra do Mato Grosso (1,9 km)	R\$ 760,00	Ainda não disponível	Ainda não disponível	Aguardando Estudo Técnico
PPP Rodovias III Modalidade Administrativa	Restauração, operação, manutenção e conservação do sistema viário correspondente a rodovia RJ-106 para implantação de melhorias físicas e operacionais com ampliação no trecho Rio das Ostras - Macaé	Ainda não disponível	Ainda não disponível	Ainda não disponível	Aguardando Estudo Técnico
PPP Rodovias IV Modalidade Administrativa	Restauração, operação, manutenção e conservação do sistema viário correspondente a rodovia RJ-116 para implantação da estrada de contorno a Cidade Nova Friburgo, entre Mury e interseção RJ-116 e RJ-144	Ainda não disponível	Ainda não disponível	Ainda não disponível	Aguardando Estudo Técnico
PPP Saneamento Modalidade Administrativa	Implantação, operação e manutenção dos sistemas de esgotamento sanitário dos municípios de São Gonçalo e Itaboraí.	R\$ 1.229,00 (R\$ 646 milhões do setor privado e R\$ 628 milhões do setor público)	Ainda não disponível	Ainda não disponível	Aguardando deliberação do CGP para definir a modalidade de concessão do projeto: PPP ou SUBCONCESSÃO
PPP Data Center	Projeto de integração e modernização tecnológica da informação e da central de dados do Governo do Estado do Rio de Janeiro.	Ainda não disponível	Ainda não disponível	Ainda não disponível	Aguardando publicação de MIP e Termo de Referência
PPP Banda Larga	Projeto para implementar o acesso à Internet banda larga para os 92 municípios do Estado do Rio de Janeiro.	R\$1.322,1	R\$ 115,1	30 anos	Aguardando Análise dos Estudos Técnicos
PPP Instituto Carlos Éboli Modalidade Administrativa	Implantação da nova sede dos seguintes institutos: (i) Instituto de Criminalística Carlos Éboli-ICCE; e do (ii) Instituto de Pesquisas e Perícias em Genética Forense da Polícia Civil do Estado do RJ, bem como a instalação de gestão de infraestrutura necessária ao desenvolvimento das atividades operacionais.	R\$ 840,90	R\$ 46,7	20 anos (2 anos de obras e 18 anos de manutenção)	Análise do Estudo Técnico
PPP Resíduos Sólidos	Implantação e manutenção de um aterro sanitário no município de Saquarema para atender os municípios de Araruama, Saquarema e Silva Jardim	Ainda não disponível	Ainda não disponível	Ainda não disponível	Aguardando publicação de MIP e Termo de Referência